MINISTÉRIO DA EDUCAÇAO
Universidade Federal do Amapá
Decreto n 98.977, de 02 de março de 1990

PROJETO

PEDAGÓGICO

INSTITUCIONAL

Rodovia Juscelino Kubitscheck de Oliveira, Km 02
68.902-280 – MACAPÁ – AMAPÁ (096) 241-1943 e Fax 241-2582

MINISTÉRIO DA EDUCAÇAO
Universidade Federal do Amapá
Decreto n 98.977, de 02 de março de 1990

UNIFAP

Prof. Paulo Fernando Batista Guerra
Reitor

Projeto Pedagógico Institucional

PPI

Projeto desenvolvido com Apoio da FUNDAP - Fundação de Apoio à Pesquisa e à Cultura da UNIFAP Federal do Amapá e do Estado do Amapá
Presidente Adm. Prof. Cirilo Simões

Assessoria Técnica Especializada:
Prof. Ms. Daniel Gonçalves
Prof. Ms. Manoel Campos da Silva
Consultores Associados

- 2001 -

SUMÁRIO

Mensagem do Reitor	06
Apresentação	07
Introdução	**10**
1. Caracterização Geral do Projeto Pedagógico Institucional da UNIFAP	**13**
2. Bases Fundamentais	17
2.1. Legais	17
2.2. Filosóficas	18
2.2.1. São Objetivos da UNIFAP	18
2.3. Sócio-culturais	23
2.4. Institucionais	24
2.4.1. Objetivos da UNIFAP	24
3. O Papel da Educação Superior na Vida da UNIFAP	**26**
3.1. Ensino e Aprendizagem na Graduação: A Interdisciplinaridade no Projeto Pedagógico Institucional	28
3.1.1. Cursos de Graduação em Funcionamento	30
3.2. Currículos Plenos e Projeto Pedagógico de Curso / Autorização e Reconhecimento	31
Grade Curricular do Curso de Ciências Sociais	32
Grade Curricular do Curso de Direito	34
Grade Curricular do Curso de Educação Artística	37
Grade Curricular do Curso de Enfermagem	40
Grade Curricular do Curso de Geografia	43
Grade Curricular do Curso de História	45
Grade Curricular do Curso de Letras	47
Grade Curricular do Curso de Matemática	50
Grade Curricular do Curso de Pedagogia : a) Orientação Educacional e b) Supervisão Escolar	**52**
Grade Curricular do Curso de Secretário Executivo	**54**
3.3. Autorização de Cursos de Graduação	**56**
3.4. Planos de Ensino	**59**
3.5. Reconhecimento	**60**
3.6. Cronograma de Implantação dos Novos Cursos de Graduação projetados	62
3.7. O Processo Seletivo e suas funções	**63**
3.8. Divulgação do Processo Seletivo	69
4. Os Cursos Seqüenciais: uma nova oportunidade de acesso a Educação Superior	70
5. A Matrícula e seu Planejamento	71
6. Os concluintes e Política de Egressos	73
7. Formas de Integração da Graduação com a Comunidade	**74**
8. Programa de Capacitação Permanente	78
9. Perfil Ideal do Professor da UNIFAP	80
9.1. Equilíbrio Emocional	80
9.2. Sensibilidade	80
9.3. Matriz Referencial	80
9.4. Habilidades Necessárias	81
9.4.1. Segurança	**81**
9.4.2. Convicção	81
9.4.3. Entusiasmo	81
9.4.4. Parceria	81
9.4.5. Conhecimento	81
9.5. Relacionamento Interpessoal	82
9.6. Identificação com a sua função docente	83
9.7. Condições Profissionais	83
9.8. Vocação Pedagógica	**83**
9.8.1. Amor Pedagógico	**83**
9.8.2. Sentido de Valores	**83**
9.8.3. Consciência de Responsabilidade	**84**
9.9. O compromisso social do professor com a Universidade	**84**
9.10. Atividades Administrativas	**85**
10. O Futuro	**87**
11. Corpo Discente	**89**
11.1. Sistema de acompanhamento e de orientação pedagógica	**89**
11.2. Programa de Iniciação Científica	**91**
11.3. Podem participar deste programa	**91**
11.4. A UNIFAP ao definir as Linhas de Pesquisa, estabelecerá	**92**
11.5. Sistema de Monitoria	**92**

11.6. Ao Monitor poderão ser atribuídas as seguintes atividades	92
11.7. Formas de participação e representação do Corpo Discente nos Colegiados da Universidade	93
11.8. Direitos e Deveres do Corpo Discente	93
12. Organização Didático-Acadêmica: O Projeto Pedagógico dos Cursos de Graduação	94
12.1. Sistema de Registro e Controle Acadêmico	94
12.2. Planejamento de Ensino de Graduação	95
12.3. Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação	105
13. Atividades dos Departamentos e Coordenações do Curso de Graduação	106
13.1. Competências dos Departamentos	106
13.2. Atribuições dos Chefes de Departamentos	106
13.3. Avaliação da Aprendizagem	108
13.4. Os Estágios Supervisionados e Trabalho de Conclusão de Curso	111
13.4.1. No desenvolvimento dos estágios, a forma obedece a característica de cada Curso	112
13.4.2. Coordenação dos Estágios: Atribuições e Competências da Coordenação	112
13.4.3. Do Corpo Docente/Discente	113
14. Atividades Complementares	115
15. O Projeto Institucional de Formação de Professores	116
16. Ensino de Pós-Graduação	117
16.1. Pós-Graduação “Lato-Sensu” e “Stricto-Sensu”	117
16.2. Pesquisa e Linhas de Pesquisa	117
16.2.1. Pesquisa	117
16.2.2. Linhas de Pesquisa	118
16.2.3. Poderão participar das linhas de pesquisa	119
a) Docentes Pesquisadores	119
b) Auxiliares de Pesquisa	119
b1) Bolsistas de Iniciação	119
b2) Bolsistas de Aperfeiçoamento Científico	119
c) Poderão participar como Coordenador de Linha	120
17. Metodologia do Ensino Superior	121
18. Política de Comunicação Social	122
18.1. Filosofia de Comunicação	122
18.2. Por que Comunicação	122
18.3. As ferramentas	123
18.4. As funções da Assessoria Especial	123
19. Planejamento Estratégico Permanente – PEP	125
19.1. Principais Características do PEP	126
19.1.1. Operacionalização	126
19.1.1. a) Definição de Missão	126
19.1.1.b) Análise Ambiental	127
19.2. As principais variáveis do macroambiente consideradas são	127
19.3. As principais variáveis do ambiente interno são identificadas nos seguintes pontos	128
19.4. Objetivos	129
19.4.1. Níveis de Planejamento	129
19.4.1.1. Planejamento Educacional	129
19.4.1.2. Planejamento Curricular	129
19.4.1.3. Planejamento de Ensino	130
19.4.1.4. Estratégias	130
19.4.1.5. Planos Táticos e Planos Operacionais	131
19.4.1.6. Reavaliação	131
20. A Avaliação Institucional da UNIFAP	132
21. Esporte, Arte e Cultura	135
22. Plano Editorial	136
23. Programa de Qualidade	137
23.1. Roteiro para Institucionalização do Programa de Qualidade	139
23.1.1. Visão	139
23.1.2. Missão	139
23.1.3. Meta	139
23.1.4. Macro-Objetivos	139

23.1.5. Objetivos	139
23.1.6. Sensibilização e Motivação	140
23.1.7. Capacitação	140
23.1.8. Articulação Institucional	140
23.1.9. Avaliação	140
24. Organograma Geral da UNIFAP	141
25. O Plano de Expansão de Cursos da UNIFAP – Qüinqüênio 2002 a 2006	142
26. Plano de Expansão do Acervo	144
27. Conclusão	145

“Se pudéssemos, de início, saber onde estamos e para onde nos dirigimos, poderíamos julgar melhor o que fazer e como fazer”

A. Lincoln

Mensagem do Reitor

No âmbito do processo mais amplo de alinhamento estratégico, a etapa de definição do conjunto de diretrizes estratégicas é um momento de profundas reflexões individuais e intensas discussões acerca do comportamento provável de um grande número de fatores internos e externos à instituição, bem como do modo como poderá afetar o seu desempenho futuro. O ponto de partida é a percepção convergente das lideranças, quanto à necessidade de se assumir uma atitude permanente de prontidão estratégica, em vista do processo, ultra-rápido e imprevisível, de mudanças e transformações sociais, econômicas, tecnológicas e políticas por que passa o ambiente de atuação da instituição. É um momento importante, em que as lideranças assumem responsabilidades e compromissos em face das escolhas estratégicas estabelecidas no processo de discussão. Essas escolhas formam o conjunto de diretrizes cujo propósito é o de alinhar e catalisar os esforços e contribuições individuais em torno de objetivos e projetos comuns.

Prof. Paulo Fernando Batista Guerra
Reitor

Vista aérea da UNIFAP

APRESENTAÇÃO

A Universidade Federal do Amapá - UNIFAP, é uma instituição comprometida com o desenvolvimento da comunidade na qual está buscando a produção de conhecimentos úteis para a sociedade.

Na sociedade em que vivemos e para o conjunto das atividades humanas, faz-se mister a difusão do conhecimento mediante uma circunstancial análise que tenda a ser rigorosa, assumindo posições e compromissos.

A Instituição de Ensino Superior educa o homem contemporâneo para agir no seu tempo, preparando-o para intervir no processo histórico, matriz da evolução humana social. Não tem portanto, por função de consumir idéias, mas produzí-las.

Para isto busca o domínio, numa perspectiva crítico-criativa, do conhecimento e das ciências, da visão globalizante das relações sócio-educacionais e situações que destas advêm; da conscientização profissional e da responsabilidade que a mesma impõe; da necessidade de ser um agente de transformação social.

Nenhum conhecimento humano se desenvolve fora de um contexto econômico, político e social. Na sociedade regida pelo poder da ciência e da tecnologia, a Instituição de Ensino

Superior deve buscar sua identificação na dimensão da nova ordem. Os "*produtos da Universidade*" não se restringem ao conhecimento científico e tecnológico, vão além ou seja, do homem, do profissional na sua área específica de atuação.

Percebe-se que o desenvolvimento e o progresso passam por uma escola da interdisciplinaridade e até mesmo da transdisciplinaridade, podendo se configurando como uma instituição que participa de maneira ativa no planejamento do futuro da sociedade contemporânea.

O consumo, o culto à individualidade e à produção não garante o desenvolvimento da condição humana, somente o conhecimento, reflexão e crítica possibilitam a integração das dimensões individual e coletiva, gerando competência e criatividade e, portanto, desenvolvimento humano, científico e tecnológico.

Não interessa a Universidade Federal do Amapá - UNIFAP o ensino decorativo, e sim sempre procurar oferecer um ensino profissional, habilitando o ser humano a buscar sua sobrevivência através do trabalho de suas próprias mãos, decorrente de uma formação integral adquirida nos bancos escolares decorrente da perfeita relação professor/aluno.

Através do projeto pedagógico a UNIFAP prolonga, reforça e amplia essa linha de ação que deve ser seguida. A UNIFAP, portanto, consiste basicamente em proporcionar a formação profissional de nível superior às populações que buscam e precisam encontrar formas aptas de sobrevivência e convivência com camadas populares, que tem papel decisivo na Instituição, se apresenta e atua como Centro de Estudo de Nível Superior que promove a busca o conhecimento através do ensino, da pesquisa e da extensão; a formação de profissionais, o diálogo entre as culturas e a inserção efetiva em seu meio, assumindo responsabilidade pelo seu desenvolvimento.

Entre suas finalidades estabelecidas nos seus Estatutos e no seu Regimento Geral, estão o desenvolvimento das funções básicas de ensino, pesquisa e extensão, a difusão da cultura e a veiculação da concepção democrática do mundo e da vida.

O Projeto Pedagógico Institucional da UNIFAP baseia-se no desenvolvimento de uma consciência humana, democrática, ética e cidadã.

O presente Projeto Pedagógico Institucional é o modelo de referencial e diferencial; diretrizes e estratégias dos vários cursos de graduação e pós-graduação que a compõe.

A natureza dinâmica e processual da educação faz deste Projeto Pedagógico Institucional um instrumento de trabalho, para realização das idéias centrais e filosóficas da Universidade Federal do Amapá - UNIFAP.

INTRODUÇÃO

A Universidade Federal do Amapá é uma instituição de ensino superior, autorizada pela Lei nº 7.530, de 29 de agosto de 1986, e instituída mediante o Decreto nº 98.977, de 02 de março de 1990, vinculada ao Ministério da Educação, tem sede e foro na cidade de Macapá, capital do Estado do Amapá, tem como finalidade precípua disseminar por todos os meios, o ensino, a pesquisa e a extensão.

O Projeto Pedagógico Institucional da UNIFAP decorre da premissa de que os seres humanos carecem de educação, não só para se tornarem plenamente humanos, mas para poderem prover as próprias necessidades mediante trabalho produtivo.

O Projeto Pedagógico Institucional da UNIFAP, portanto, consiste basicamente em proporcionar formação profissional de nível superior às populações que buscam e precisam encontrar formas aptas de sobrevivência e energia produtiva das camadas populares, que têm papel decisivo na construção de uma sociedade mais justa e humana.

Nesta perspectiva, **a UNIFAP se apresenta e atua**, como já dissemos, **como Centro de Estudo de Nível Superior que promove:**

a) a busca da verdade através do ensino, da pesquisa e da extensão;

b) a formação de profissionais;

c) o diálogo entre as culturas e a inserção efetiva em seu meio, assumindo responsabilidade pelo seu desenvolvimento.

Entre suas **finalidades precípuas**, estão:

a) a formação democrática e ética dos quadros superiores da região;

b) o desenvolvimento das funções básicas de ensino, pesquisa e extensão;

c) a difusão da cultura e a veiculação da concepção humanista do mundo e da vida.

A UNIFAP necessita não só de um Projeto Pedagógico, como de um Projeto Político-Pedagógico, pois está inserida em uma sociedade moderna e industrial dominada pela globalização da economia e da comunicação, pelo pluralismo político e pela emergência do poder local, politicamente democrático e culturalmente diverso, onde cresce o desejo de afirmação da singularidade de cada região, onde cresce o desejo pela qualidade de vida. A multiculturalidade é a marca mais significativa do nosso tempo.

Não se estabelece um projeto sem uma direção política, um norte e um rumo. Por isso, este Projeto Pedagógico Institucional, é também, político, sendo por isto, sempre um processo inconcluso, uma etapa em direção a uma finalidade, que permanece como horizonte. É dinâmico e não estático.

Este Projeto Pedagógico Institucional está, inserido num cenário marcado pela diversidade. Cada escola é o resultado de um processo de crescimento e de desenvolvimento de suas próprias contradições. Não existem duas escolas iguais.

A autonomia e a gestão democrática é justificada, por duas razões: formar para a cidadania e melhorar o que é específico da Instituição, o processo ensino-aprendizagem, a pesquisa e a extensão.

Este Projeto Pedagógico Institucional baseia-se no desenvolvimento de uma consciência humana.

Assim o Projeto Pedagógico da Instituição depende da ousadia de seus dirigentes e professores, da ousadia de cada setor em assumir-se como tal.

Qualidade é uma questão evidente. A UNIFAP, só sobreviverá se estiver sempre correndo na busca do melhor.

Qualidade é mudança cultural. Uma escola de qualidade depende da cooperação de quatro elementos fundamentais: os administradores, os professores, os funcionários e os alunos.

A verdadeira função, o verdadeiro fim da UNIFAP é bem servir os seus acadêmicos, desenvolvendo, ao máximo, todas as suas potencialidades.

O grande objetivo das organizações humanas é atender às necessidades do ser humano, na sua luta pela sobrevivência.

O serviço educacional de qualidade é aquele que atende perfeitamente, de forma confiável, acessível, segura e no tempo certo às necessidades do alunado.

O verdadeiro critério da boa qualidade educacional é a preferência do alunado. É isso que garantirá a sobrevivência da Instituição.

A natureza dinâmica e processual da educação faz deste Projeto Pedagógico Institucional um instrumento de trabalho, para realização dos ideais e da missão da Instituição.

O presente Projeto Pedagógico Institucional tem uma função articuladora identificadora, retroalimentadora e ética. Portanto, como já dissemos antes, é dinâmico e não estático.

E, finalmente, uma função política, enquanto coloca o exercício da educação como algo comprometido com a qualidade de vida da sociedade, seja pela prática profissional, seja pelo exercício consciente da cidadania.

A Instituição que almejamos é aquela que se completa com o desejo de qualidade de vida.

1. CARACTERIZAÇÃO GERAL DO PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ - UNIFAP

A missão primordial da UNIFAP é a educação e tecnologia. **A Universidade orienta-se não só pelo desafio tecnológico mas também pela questão ética que diz respeito a toda amplitude humana; pela cultura da paz como premissa para uma sociedade mais justa; pela formação humanista e crético-social através da convivência do cotidiano (extra-muro); pelo senso ético com responsabilidade social; pelo predomínio do humano e do ambiental sobre o econômico; pela formação de um profissional capaz de exercer a plena cidadania; pela capacidade de intervir na rotação homem-ambiente preservando os valores ambientais e culturais; também para garantir nos cursos a adequação dos conteúdos à realidade amazônida para a formação de um profissional integrado a realidade local e globalizada, a fundamentação teórica básica de cada área do conhecimento, possibilitar a formação humana, política e sócio-econômica, para desenvolver a capacidade de apropriar, construir e reconstruir o conhecimento de forma a intervir na realidade em busca da consolidação da cidadania e de leitura das diversas realidades que o rodeia.**

A UNIFAP não “assenta tijolos” mas ensina assentá-los; não é hospital, igreja, governo ou indústria, mas o lugar onde professores, mestres, doutores, filósofos, teólogos, escritores, líderes políticos, administradores, cientistas, dentistas, médicos, pesquisadores, arquitetos e engenheiros e outros são formados.

Num nível ainda mais profundo, a educação superior não só objetiva desenvolver profissionais, mas também o povo, preparando-o para viver uma vida digna e produtiva, em harmonia com seu meio ambiente e com o seu semelhante.

Se a Instituição cumprir sua missão corretamente, seus diplomados estarão preparados para fazer uso correto e pleno de suas potencialidades e de suas capacidades, no exercício das profissões escolhidas. Mais importante ainda, os estudantes sairão conscientizados dos problemas da sociedade brasileira e da humanidade a serem enfrentados e se sentirão comprometidos com a solução dos mesmos. Formar tal tipo de cidadão é a tarefa suprema da Universidade Federal do Amapá - UNIFAP.

Em suma, o desafio dos administradores e professores da Instituição é realizar uma educação que promova o desenvolvimento social dos seus acadêmicos.

De outra parte melhorar a qualidade de ensino é atualmente a principal função das instituições educacionais.

Está claro, também nos dias de hoje, que boas escolas dependem de bons professores.

A UNIFAP prepara-se para ser uma escola do terceiro milênio. Por isso investe na formação de seu corpo docente.

A questão da qualidade, neste momento, é como formar um profissional cada vez mais versátil, capaz de se adaptar as rápidas mudanças tecnológicas que caracterizam a era da informática.

A Instituição ao implementar os seus currículos plenos, ementas e programas, pretende:

- Promover o aprofundamento das ciências e da tecnologia no contexto histórico-social da filosofia, das letras e das artes, buscando vigorosa e metodicamente o

conhecimento, por intermédio da livre discussão do ensino, da pesquisa e da extensão, fazendo da ação profissional sempre uma ação retomada para o futuro;

- Privilegiar a produção e a transmissão do conhecimento sistematizado, da reflexão, do debate e da crítica numa perspectiva interdisciplinar;
- Recuperar o conhecimento como reflexão, dúvida, compreensão e crítica do que nos é oferecido pela observação e pela experiência do mundo físico e social.

A tarefa da educação consiste em formar o homem, ou seja, uma determinada criança, jovem ou adulto, pertencendo a uma determinada região, a um ambiente social e momento histórico dado. Contudo, antes de ser uma criança do terceiro milênio, é ela um descendente do homem. Segundo Píndaro, o nosso primeiro dever é de nos tornarmos àquilo que somos, nada mais importante, nem mais difícil do que nos tornarmos homem.

Falamos homem, na educação do homem. Que é o homem? Para responder a esta pergunta é necessário abordar, pelo menos, a concepção científica, filosófica e teológica do homem.

Para se fundamentar o trabalho educacional da UNIFAP é necessária uma reflexão que explicite, embora sinteticamente, um conceito de homem.Uma tal conceituação certamente auxiliará a Instituição a assumir de maneira mais objetiva a sua parte nesta tarefa maior, que a UNIFAP, compartilhará com a família e a própria sociedade civil. Se o conceito de homem não pode ser definido sem a contribuição das diversas ciências, por outro lado, o problema exige um nível de fundamentação que se consegue só com o esforço da reflexão filosófica.

O conceito de homem, não refletirá apenas o que existe de fato, mas descreverá, graças aos seus conteúdos de imaginação, de crítica e de idealização, uma realidade que poderia ou deveria existir, para que a vida humana pudesse ser mais ampla, mais rica e abrangente, e o homem pudesse ser verdadeiramente homem, ou, em outras palavras, pudesse tornar-se de fato uma pessoa na plenitude de sua humanidade (VEIT, 1984).

Para explicitar e obter um entendimento mais completo e abrangente do homem, segundo VEIT, talvez seja necessário referir a idéia dos pensadores antigos, modernos e contemporâneos.

Os antigos definiam o homem como um ser sintético, ligado à matéria e à natureza circundante, mas ao mesmo tempo capaz de transcende-las graças à sua racionalidade ou faculdades espirituais, que o constituíam numa pessoa humana, centro de direitos e deveres, pessoais e sociais.

O homem foi logo definido como um ser político, destinado, à liberdade e capaz de assumir como tarefa própria a sua auto-realização.por sua racionalidade e sua capacidade de ser livre, por sua inteligência teórica e prática e por sua imaginação criadora, o homem se mostrou desde cedo capaz de, aperfeiçoando a si mesmo, transformar a realidade, humanizando-a .

Os modernos, ao conceituarem o homem, enfatizaram também sua racionalidade, como fonte de dominação da natureza, pela ciência, pela técnica e por todas as atividades econômicas. O homem foi visto e então como um criador de um mundo cultural e de si mesmo, ou pelo menos como um colaborador da criação, mas, mesmo aí, criador consciente e ativo. Os modernos enfatizaram mais o aspecto social da liberdade, de modo que as declarações de direitos (e os conseqüentes deveres) passaram a incorporar-se às definições do homem. A concepção do homem como um ser político buscou sintetizar os elementos da liberdade da pessoa com os elementos de organizações sociais, nomeadamente do Estado e a Igreja. Os modernos trouxeram, finalmente, uma contribuição importante para a conceituação de o homem refletir explicitamente sobre a historicidade como característica essencial deste ser nacional, criador de cultura, destinado à liberdade e sempre inserido numa comunidade política.

A história contemporânea, principalmente no mundo da economia, embora defina o homem como livre, levou-o muitas vezes a novas formas de escravidão e, conseqüentemente, a novos esforços, teóricos e práticos, em busca de uma liberdade realmente humana. A definição do homem como ser livre, destinado ao amor e à solidariedade, exerce, portanto, necessariamente uma função crítica e estimuladora para todos os que querem o aperfeiçoamento do homem, como deve ser os que trabalham nas instituições universitárias na medida que a UNIFAP se entender como um dos agentes de transformação, com vistas ao aprimoramento da sociedade.

2. BASES FUNDAMENTAIS

2.1. Legais

A nova lei de diretrizes e bases da educação nacional, no TÍTULO IV – "Da Organização da Educação Nacional", trata explicitamente da proposta pedagógica e do projeto pedagógico da escola elaborada com a participação dos docentes. A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, não pode ser a novidade que não inova. A comunidade acadêmica deve repensar a instituição de educação com os princípios e a flexibilidade estabelecidos pela LDB, onde o projeto pedagógico é o sonhado, o desejado, o idealizado e o Estatuto e o Regimento são a lei da UNIFAP ou seja a norma definidora.

A distinção entre cursos reconhecidos e cursos autorizados é unicamente verbal. A autorização implica necessariamente o reconhecimento da legalidade. O reconhecimento é mera confirmação ou renovação da autorização.

> *"O vocábulo reconhecimento não corresponde a uma categoria distinta de ato jurídico: é mera adesão cognoscitiva, ínsita em toda aquiescência, confirmação ou, de qualquer forma, exteriorização de certeza, ou ciência, a respeito de um dado fato ou uma da situação jurídica" (Parecer CFE 671/89).*

São válidos, portanto, os atos escolares ocorridos no período de autorização, independentemente de posterior reconhecimento. Não cabe assim, o impedimento de transferência ou registro de diploma.

A constituição podia não prescrever a garantia de qualidade do ensino. A Constituição não precisava patentear o óbvio: ninguém imaginava que se pudesse pensar em educação sem qualidade.

Na perspectiva e na ordem humanística sempre se coloca a sociedade a serviço do homem. Este Projeto Pedagógico Institucional nunca será utilitarista, nem pragmático. Evidentemente, não se deseja propugnar por uma Instituição de Ensino Superior que faça do homem um sibarita. O homem não nasceu para ser sibarita, mas para realizar-se na alegria criadora, de que o trabalho é uma expressão. O trabalho e a arte são transbordamentos do homem. O homem não é um robô – é um ser livre e criador. O mundo inteiro está preocupado com a desumanização do homem pelo bitolamento técnico e pelo especialismo. É preciso ser, antes, homem, para ser, então, um trabalhador. Se a constituição quer padrão de qualidade, não pode querer uma Instituição que comece pelas mãos, ensine habilidades, mas uma Instituição que comece por aquilo que faz do homem um homem. Isto é, pela cabeça, pela inteligência e pelo conhecimento.

2.2. Filosóficas

Hipócrates de Cós, médico grego, há 2.500 anos, definiu a primeira responsabilidade de um profissional: **primum non nocere** (acima de tudo, não causar o mal intencionalmente). Por isso, um profissional pode e deve prometer que não causará o mal intencionalmente. É a regra fundamental de uma ética profissional, a regra básica de uma ética de responsabilidade pública.

Para a UNIFAP não basta o juramento hopocrático, vai além.

As finalidades da UNIFAP expressam a sua filosofia de trabalho.

2.2.1. São objetivos da UNIFAP

I – Promover a criação e a difusão cultural, bem como o desenvolvimento da capacidade científica e do pensamento reflexivo ou crítico;

II – Formar profissionais nas diferentes áreas do conhecimento para a participação no desenvolvimento da comunidade regional e da sociedade brasileira;

III – Preservar a democracia e a ética confrontando-a com outras concepções veiculadas na sociedade e propondo-a como alternativa de interpretação do sentido da existência humana;

IV – Promover a formação integral da pessoa humana como ente eticamente responsável;

V – Incentivar e realizar o trabalho de pesquisa, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia;

VI – Divulgar os conhecimentos culturais, científicos e técnicos;

VII – Promover o aperfeiçoamento cultural e profissional possibilitando a correspondente concretização e integração desses conhecimentos numa estrutura sistêmica;

VIII – Promover o conhecimento humano, em particular os problemas nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

IX – Promover a extensão, aberta à participação da população, visando a difusão das conquistas e benefícios resultantes do ensino, da criação do conhecimento e da pesquisa científica e tecnológica geradas no centro;

X – Promover a compreensão e cooperação internacional;

XI - Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

XII – Formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimentos, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade amapaense e brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

XIII – Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

XIV – Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

XV – Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente caracterização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

XVI – Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os do Estado, da região e da nação, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

XVII – Promover a extensão, aberta à participação da população, visando a difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica gradas na Universidade;

XVIII – Incentivar, promover e estimular o intercâmbio com outras instituições e organizações científicas e técnicas, nacionais e estrangeiras, visando ao desenvolvimento das ciências e das artes, preservando a natureza e interagindo com o ecossistema amazônico;

XIX – Colaborar com entidades públicas e privadas através de estudos, projetos, pesquisas e serviços com vistas à solução de problemas regionais e nacionais sem perder de vista os valores étnicos, ecológicos, em consonância com os anseios e tradições dos povos da região;

XX – Contribuir para a formação da consciência cívica nacional, com base em princípios da ética e do respeito à dignidade da pessoa humana, considerando o caráter universal do saber.

A partir desses objetivos a UNIFAP entende a si mesmo como comunidade eticamente responsável, além de cultivar um relacionamento moral entre seus integrantes, procura atuar como consciência crítica da sociedade.

Concebe a educação não como processo de formação apenas, mas como interação social que conduz à participação plena, produtiva e crítica das pessoas na sociedade. Considera a educação um meio para o desenvolvimento social enquanto habilita as pessoas a contribuírem para o bem-estar comum na medida plena de suas capacidades.

Nesta perspectiva, a UNIFAP **valoriza a pesquisa científica** não como um fim, mas como meio. Através dela traça as origens do conhecimento científico, testa verdades estabelecidas,

amplia as fronteiras do saber, descobre novas aplicações de conhecimentos, aperfeiçoa o processo de ensino-aprendizagem.

Neste enfoque **a extensão se apresenta não como tarefa adicional, mas como forma de intercâmbio entre a comunidade universitária e a comunidade social.** Na verdade a UNIFAP não constitui uma entidade à parte: é antes uma instituição da própria comunidade social, mantida para o fim específico de promover o bem-estar social pelo cultivo das ciências, das artes e da tecnologia.

Como vanguarda crítica do corpo social, a Instituição está sempre em comunicação com o passado, enquanto cultiva a tradição; com a sociedade contemporânea, na medida em que acolhe, elabora e procura viabilizar os seus anseios.

A UNIFAP é muito mais do que escola superior integrada. É o campo de ensaio de novas formas de convívio social em termos de liberdade, respeito mútuo e cooperação. É uma alavanca para o desenvolvimento e inovação tanto da região como do país. É um tempo. Segundo um pensador moderno, **"fundar o futuro é, antes e exclusivamente, pensar o presente".**

A UNIFAP do terceiro milênio tem como função não só a atualização de conhecimentos, a produção científica e a qualificação de docentes num quadro de inovações tecnológicas, mas tem também como função à formação de profissionais com o perfil adequado às exigências da modernidade.

Hoje vivemos num período de rápidas mudanças, mais comparáveis em suas características básicas às últimas décadas do século vinte do que ao passado imediato com o qual estamos familiarizados. No final do século passado, surgia a cada poucos meses de intervalo, em média, uma nova e importante invenção que levava quase imediatamente ao surgimento de uma nova grande indústria. Este período teve início em 1856, o ano que presenciou o dínamo da Siemens e a tintura de anilinas de Perkin. E terminou com o desenvolvimento da válvula eletrônica moderna em 1911. No intervalo apareceram a máquina de escrever e o automóvel, a lâmpada elétrica, fibras sintéticas, tratores, bondes, drogas sintéticas, o telefone, o rádio e o avião – para mencionar apenas alguns. No intervalo, em outras palavras, aconteceu o mundo moderno.

Hoje a necessidade de inovação social e política está se tornando urgente outra vez. A metrópole moderna necessita manter formas de governo democrático e capazes de solucionar problemas. É preciso pensar sobre e reestruturar as relações entre as pessoas e seu meio ambiente.

Nenhum governo moderno consegue governar com eficácia. A crise do nosso mundo é, antes de tudo, uma crise institucional que exige inovação institucional.

As empresas e as instituições, sua estrutura e sua organização, a maneira como integram o conhecimento ao trabalho e o trabalho ao desempenho e a maneira como integram empreendimentos com a sociedade e o governo são áreas de grande carência e oportunidades inovadoras. Não resta dúvida que na esfera social e econômica existe a necessidade de um outro período de atividades inovadoras como o que atravessamos na segunda metade do século passado.

Mas, em contraste nítido com o século vinte, as inovações daqui para frente terão de ser incorporadas às instituições existentes. As empresas e as Instituições de Ensino devem se tornar cada vez mais capazes de se organizar visando a inovação, bem como a administração.

Em primeiro lugar, as empresas dominam o acesso a recursos humanos e de capital a uma avaliação inimaginável há cem anos atrás. Mas a relação entre invenção ou pesquisa e os esforços necessários para transformar seus resultados em novos negócios, novos produtos ou novas instituições também sofreu profundas alterações. Hoje já se aceita, ao menos como norma prática, que para cada dólar gasto com a geração de uma nova idéia, dez dólares precisam ser gastos em "pesquisa a fim de transformá-la numa nova descoberta ou numa nova invenção"; que para cada dez dólares gastos em "pesquisa", no mínimo outros cem precisam ser aplicados no "desenvolvimento", e que para cada cem dólares gastos em "desenvolvimento" algo entre mil dólares é necessário para introduzir e estabelecer um novo produto ou uma nova empresa no mercado. E somente após o novo produto ou a nova empresa ter sido estabelecida no mercado é que existe uma "inovação".

Inovação não é um termo técnico. É um termo econômico e social. Seu critério não é a ciência nem a tecnologia, mas uma mudança no cenário econômico ou social, uma mudança no comportamento das pessoas como consumidores ou produtores, com cidadãos, estudantes ou professores. A inovação gera novas riquezas ou um novo potencial de ação, ao invés de novos conhecimentos. Isso significa que o grosso dos esforços inovador terá de provir daqueles que controlam os fatores humanos e o dinheiro necessário ao desenvolvimento e ao marketing, isto é, do grande agregado existente de indivíduos preparados e de dinheiro disponível – das empresas e das instituições de ensino superior.

Isso talvez seja particularmente verdadeiro para as instituições de serviço. Há cem anos atrás, elas eram poucas. A tarefa de então era basicamente criar novas instituições onde não

houvesse nenhuma. Hoje, essas instituições são enormes e dominam o panorama social, político e econômico. Representam as burocracias, as concentrações de conhecimentos especializados, as atribuições e os programas que existem hoje. Se tais instituições não se tornarem inovadoras, aquele "novo" que precisamos tem poucas chances de se efetivar como grandes forças armadas, a grande UNIFAP, o grande hospital...

2.3. Sócio-culturais

O relacionamento entre as indústrias e a UNIFAP é um imperativo dos tempos modernos. Ainda mais importantes são as relações entre os dirigentes dessas instituições. O estreitamento do contato entre esses dois segmentos de nossa sociedade é absolutamente essencial ao progresso do Estado, da Região e do país.

Hoje, o desenvolvimento das empresas, o crescimento do Estado, da Região e do País, e a administração profissional, vêm se tornando uma regra, modificaram significativamente o ambiente brasileiro. Apesar das falhas do nosso sistema de ensino, há muito mais instrução e formação, muito mais consciência social, e um número cada vez maior de empréstimos tem a convicção de que a empresa não é um fim em si mesmo, e sim um instrumento de desenvolvimento social.

Nesse contexto é que devemos examinar o tema: **empresa e cultura**.

Entretanto, há necessidade de desfazer um preconceito. Existe grande diversidade de empresários, e alguns ainda não vivem na modernidade, fazendo da empresa o único objetivo das suas vidas. O preconceito não é só deles, mas também da assim chamada comunidade intelectual. Há empresários que se preocupam e investem na cultura.

A UNIFAP tem um novo enfoque de Ensino Superior. Pretende estabelecer ou fortificar, conforme o caso, o movimento em prol de um bom relacionamento **empresa / escola**, a fim de criar condições para o desenvolvimento cultural, científico e tecnológico. Consideramos uma obrigação social da empresa e da Universidade a participação no desenvolvimento social. É evidente que este objetivo é também do governo.

A sociedade como um todo não pode ficar alheia ao esforço de apoiar, por exemplo, a criação artística e cultural, o surgimento de novos talentos, a preservação do patrimônio, da nossa

memória, dos museus, das bibliotecas ou orquestras, música, teatro, cinema, literatura, dança, artes plásticas, fotografias nacionais. Tudo é cultura, como aliás, em seu sentido mais amplo, também é cultura a ciência, como fonte de pesquisa básica e aplicada.

Mas, neste momento, estamos pensando mais no sentido convencional da palavra procurando indicar como pode a empresa inserir-se no contexto da atividade cultural.

> *"As causas do não surgimento de novos empresários são antigas e nasceram com o próprio sistema deformado de ensino que forma empregados, nunca patrões." (*Dagoberto Lima Godoy*).*

O Empresário Dagoberto Lima Godoy, costuma afirma que o germe da vocação empresarial está no ar e não só contamina em massa porque o sonho do recém-formado é conseguir um emprego no serviço público e, em segundo plano, na empresa privada. Para Godoy o grande óbice é mesmo cultural.

O dilema de aumentar a oferta de produtos poderá ser muito diminuído , se a UNIFAP **conseguir reverter o sistema de ensino, preparando os atuais acadêmicos para serem empreendedores.**

2.4. Institucionais

A Universidade Federal do Amapá é uma instituição de ensino superior, mantida pela Fundação Universidade Federal do Amapá, autorizada pela Lei nº 7.530, de 29 de agosto de 1986, e instituída mediante o Decreto nº 98.977, de 02 de março de 1990, vinculada ao Ministério da Educação, tem sede e foro na cidade de Macapá, capital do Estado do Amapá.

2.4.1. Objetivos da UNIFAP

A Universidade Federal do Amapá - UNIFAP tem os seus objetivos definidos como segue:

I) Ministrar o ensino, que é indissociável da Pesquisa e Extensão;

II) desenvolver as ciências, as letras e as artes;

III) prestar serviços a entidades públicas, privadas e a comunidade em geral;

IV) promover o desenvolvimento nacional, regional e local.

3. O PAPEL DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NA VIDA DA UNIFAP

Pensar e equacionar a educação superior representa um grande desafio. O que faz uma Instituição de Ensino Superior não são seus Estatutos, seus Regimentos e suas Normas. O que faz uma IES é o seu Projeto Pedagógico Institucional. Vale, portanto a UNIFAP, pelo Projeto Pedagógico Institucional que veicula e pelo fornecimento das condições de sua efetivação.

A educação superior não é adestramento ou o fortalecimento de mão-de-obra para um mercado saturado. A educação superior precisa produzir conhecimento e daí a necessidade de uma sólida formação teórica para a formação de um profissional competente, capaz de compreender as contradições sociais, propondo alternativas de desenvolvimento e de mudanças. A busca de alternativas sempre depende de uma liderança conseqüente que garanta as condições para despertar a motividade.

A busca desse projeto deve envolver a discussão da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

No momento em que se desvincula o ensino da pesquisa e da extensão e se transfere a pesquisa para a pós-graduação, os professores da graduação tendem transformar-se em mão-de-obra fácil e farta para as Instituições de Ensino Superior.

A educação superior envolve a pesquisa, quer aquela que o professor realiza para a sua carreira docente, quer aquela que deve desenvolver em função de seu ensino.

O ensino, a pesquisa e a extensão não podem ser analisados separadamente. O ensino não pode ser compreendido sem a alimentação da pesquisa e a pesquisa sem o campo da aplicação do ensino e da extensão.

MISSÃO DA UNIFAP

A missão da UNIFAP, é a busca rigorosa e metódica do conhecimento por intermédio do ensino, da pesquisa e da extensão, para a qual deve convergir a sua organização administrativa e acadêmica, seus recursos materiais e seu corpo docente, fundamentando-se para isto nos seguintes princípios:

Quanto aos Fundamentos Éticos-Políticos:

a) a Universidade se orienta não só pelo desafio tecnológico mas também pela questão ética que diz respeito a toda amplitude humana;
b) a cultura da paz como premissa para uma sociedade mais justa;
c) prepara o profissional para conviver com as diversas formas culturais da Amazônia;
d) proporciona formação humanista e crítico-social através da convivência do cotidiano (extra-aluno);
e) forma o profissional com senso ético com responsabilidade social;
f) faz prevalecer o predomínio do humano e do ambiental sobre o econômico;
g) forma um profissional capaz de exercer a plena cidadania.

Quanto a Competência Profissional:

a) Capacidade de intervir na rotação homem-ambiente preservando os valores ambientais e culturais;
b) Garantir nos cursos a adequação dos conteúdos à realidade amazônica para a formação de um profissional integrado a realidade local e globalizado;
c) Garantir e possibilitar a formação humana, política e sócio-econômica;
d) Desenvolver a capacidade de apropriar, construir e reconstruir o conhecimento

de forma a intervir na realidade em busca da consolidação da cidadania;

e) Desenvolver a capacidade de leitura das diversas realidades que o rodeia.

Quanto a Autonomia:

a) A UNIFAP com base na prerrogativa do art. 207 da Constituição Federal de 1988, não pode perder de vista a percepção de seu verdadeiro espaço de pensar, criticar, criar e propor alternativas referentes aos problemas internos da nossa Instituição;

b) A UNIFAP procura dar autonomia.

Quanto ao Respeito:

a) Ser um canal permanente aberto à comunidade (fechado em si mesma perde seu caráter de servir).

b) A missão da Universidade enquanto instituição pública deve primar pela melhoria de qualidade de vida do homem em todos os seus aspectos.

Quanto a Religiosidade:

a) Respeito aos diferentes credos conforme preceito constitucional.

Quanto aos Fundamentos Didático-Pedagógicos:

a) Qualidade e excelência no ensino a partir de uma pedagogia progressivista;

b) Planejamento Estratégico Permanente e uso eficiente dos recursos materiais;

c) Qualidade nos serviços prestados à sociedade (extensão)...)

d) Visão/missão idealista ou funcionalista.

3.1. Ensino e Aprendizagem na Graduação: A Interdisciplinaridade no Projeto Pedagógico Institucional.

Segundo JAPIASSU/1976 *"interdisciplinaridade é uma relação de reciprocidade, de mutualidade que pressupõe uma atitude diferente a ser assumida frente ao problema do conhecimento, ou seja, é a substituição de uma concepção fragmentária para unitária do ser humano. É uma atitude de abertura, não preconceituosa onde todo*

> *conhecimento é igualmente importante. Pressupõe uma atitude engajada, um comprometimento pessoal. Atitude feita de curiosidade, de sentido de aventura, de intuição das relações existentes entre as coisas e que escapam à observação comum. A interdisciplinaridade exige uma nova Pedagogia, a da comunicação."*

A interdisciplinaridade no fazer pedagógico postula a instauração da dúvida, de acordo com a qual educadores e educandos empenham-se na busca de uma melhor compreensão e inserção na realidade, na qual ambos tenham possibilidade de descobrir os limites do nosso pensamento.

A interdisciplinaridade pressupõe a interação, e não simplesmente a integração de disciplinas científicas, de seus conceitos, de sua metodologia, de seus procedimentos, de seus dados, e da organização do ensino. Acreditamos na interdisciplinaridade como instrumento que pode contribuir para que a escola seja lugar onde se produza coletiva e criticamente um saber novo.

A integração é, portanto, condição para que se efetive a interdisciplinaridade. Ela consiste num passo além da integração. Para que haja interdisciplinaridade, é necessário "uma sintonia e uma adesão recíproca, uma mudança de atitude frente a um fato a ser conhecido."

De acordo com JOSÉ BIEGER:

> "*Ensino e aprendizagem constituem passos dialéticos inseparáveis, integrantes de um processo único, em permanente movimento."*

O fazer pedagógico consiste no processo de construção da aprendizagem, que se dá nas relações do sujeito consigo mesmo e com os outros, as quais processam-se num contexto social e institucional, situado e situante. Está ligada a toda ação-reflexão, construção-comunicação, produção-relação que envolve a aprendizagem como processo de mudança-transformação do sujeito e do meio, por intermédio das relações sociais.

> "*O fazer pedagógico pressupõe uma intencionalidade para a aquisição de um novo saber, pressupõe, portanto, ensino. Ensino-aprendizagem dialetizam-se nas relações em que existe não quem aprende e quem ensina mas a crença de que" não se pode ensinar corretamente enquanto não se aprende durante a própria tarefa de ensinar*."(Bieger, 1980).

Na práxis, comum, cada um recupera seu próprio saber e experiência do outro. Na dialética da interação e da tarefa partilhada, todos e cada um são sujeitos do conhecer; é o grupo que possibilita a conquista de um nível simbólico que integra o plano da experiência mais também o supera, com a elaboração de um marco referencial comum.

No momento em que se definiu este Projeto Pedagógico Institucional estão em funcionamento os seguintes cursos de graduação:

3.1.1. CURSOS DE GRADUAÇÃO EM FUNCIONAMENTO

Nº	CURSO/ HABILITAÇÃO	AUTORIZAÇÃO CONSU	RECONHECIMENTO
01	Ciências Biológicas		
02	Ciências Sociais	Resolução 08/97, 02.10.97 Parecer 002/97, de 10.09.97	
03	Direito	Resolução 17/91, 19.12.91	Portaria MEC 1.014/96, DOU 02.10.96
04	Educação Artística		Portaria MEC 1.852/94, DOU 29.12.94
05	Enfermagem	Decreto 98.977, 02.03.90	Portaria MEC 0053/96, DOU 24.01.96
06	Geografia		Portaria MEC 1.400/96, DOU 24.12.96
07	História		Portaria MEC 1.482/95, DOU 06.12.95
08	Letras	Parecer 300/95, 29.11.95	Portaria MEC 1.466/95, DOU 06.12.95
09	Matemática	Decreto 98.997, 02.03.90	Portaria MEC 1.483/95, DOU 06.12.95
10	Pedagogia – Orient Educ.		Portaria MEC 1.251/96, DOU 12.06.96
	Pedagogia – Sup. Escolar		Portaria MEC 1.251/96, DOU 12.06.96
11	Secretário Executivo		Portaria MEC 162/96, DOU 22.02.96

3.2. Currículos Plenos e Projeto Pedagógico de Curso / Autorização e Reconhecimento

A organização de um currículo pleno deve partir da identificação de um perfil que se persiga, tendo sempre na devida conta os mínimos conteúdos e duração oficialmente e as exigências das leis de regulamentação profissional.

A partir da identificação do perfil profissiográfico pretendido é que são definidos os currículos plenos dos cursos, observadas as disposições emanadas dos órgãos normativos, em especial, no que diz respeito ao currículo mínimo, estabelecido para cada curso, carga horária mínima, disciplinas obrigatórias e eletivas.

Os currículos plenos dos cursos de graduação da UNIFAP, são definidos nos Projetos Pedagógicos de cada curso e estruturados, basicamente da seguinte forma:

> **Formulário próprio contendo:**

a) Nome do Curso;

b) Nome da disciplina;

c) Carga horária da disciplina;

d) Número de créditos;

e) Nome do(s) professor (es);

f) Pré-requisito.

A montagem (estrutura) científica dos currículos cabe a professores e especialistas das áreas específicas (pedagogos, profissionais da área do curso) a parte técnica (forma) é orientada por especialista sem poder de decisão do mérito. Definido o currículo que além de respeitar normas estabelecidas deve considerar peculiaridades, necessidades e condições regionais, o mesmo é aprovado pelo Conselho Universitário – CONSU que o aprova por Resolução, onde autoriza o funcionamento do Curso. A partir do 2º ano de funcionamento e antes de formar a 1ª turma é solicitado o Reconhecimento junto ao MEC.

Grade Curricular do Curso de Ciências Sociais

Curso de Ciências Sociais autorizado pelo CONSU
Resolução 08/97, de 02.10.97 e Parecer 002/97, de 10.09.97
Reconhecido pela Portaria MEC nº

MATÉRIA	DISCIPLINA	CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA	PRÉ-REQUISITO
HISTÓRIA	História Econômica e Política do Brasil	04	60	
	História Econômica e Social da Amazônia	04	60	História Econômica e Política do Brasil
GEOGRAFIA HUMANA E ECONÔMICA	Geografia Humana e Econômica do Brasil	04	60	
SOCIOLOGIA	Introdução à Sociologia	04	60	Introdução à Sociologia
	Sociologia Durkheiminiana	04	60	Introdução à Sociologia
	Sociologia Weberiana	04	60	Introdução à Sociologia
	Sociologia Marxista	04	60	Introdução à Sociologia
	Sociologia Contemporânea	04	60	Introdução à Sociologia
	Sociologia da Cultura	04	60	Introdução à Sociologia
	Sociologia da Educação	04	60	Introdução à Sociologia
	Sociologia Urbana	04	60	Introdução à Sociologia
	Sociologia Rural	04	60	Introdução à Sociologia
	Sociologia do Trabalho	04	60	Introdução à Sociologia
	Sociologia dos Movimentos Sociais	04	60	Introdução à Sociologia
ANTROPOLOGIA	Antropologia Social	04	60	
	Antropologia Brasileira	04	60	Antropologia Social
	Etnologia da Amazônia	04	60	Antropologia Brasileira
	Cultura Brasileira	04	60	
POLÍTICA	Ciência Política I	04	60	
	Ciência Política II	04	60	Ciência Política I
	Pensamento Político Brasileiro	04	60	Ciência Política II
ECONOMIA	Economia Política	04	60	
	Economia e Meio Ambiente	04	60	
ESTATÍSTICA	Estatística Geral	04	60	
	Estatística Aplicada às Ciências Sociais	04	60	Estatística Geral
METODOLOGIA E TÉCNICAS DE PESQUISA	Mét. Téc. de Pesq. das Ciênc. Sociais I	04	60	
	Mét. Téc. de Pesq. das Ciênc. Sociais II	04	60	Mét. Téc. de Pesq. das Ciênc. Sociais I
DISCIPLINAS COMPLEMENTARES OBRIGATÓRIAS	Língua Portuguesa e Comunicação	04	60	
	Introdução à Filosofia	04	60	
	Pensamento Científico e Meio Ambiente	04	60	
	Populações Tradicionais e Meio Ambiente	04	60	
	Planejamento Ambiental	04	60	
	Pesquisa de Opinião	04	60	Mét. Téc. de Pesq. das Ciênc. Sociais I
	Didática Geral	04	60	
	Psicologia da Educação	04	60	
	Est. e Func. Ens. 1º e 2º Graus	04	60	
	Direito Ambiental	04	60	
DISCIPLINAS PRÁTICAS	Trabalho de Conclusão de Curso	04	60	
	Estágio Sup. em Cultura e Meio Ambiente	04	60	
	Prática de Ensino	10	300	

Fonte: Coordenação 89 do Curso de Ciências Sociais

Grade Curricular do Curso de Direito

Curso de Direito autorizado pelo CONSU
Resolução 17/91, de 19.12.91
Reconhecido pela Portaria MEC nº 1.014/96, DOU 02.10.96

BLOCO	DISCIPLINA	CRÉDITO		CARGA HORÁRIA	PRÉ-REQUISITO
		TEORIA	PRÁTICA		
I	Língua Portuguesa e Comunicação	04		60	
	Introdução à Filosofia	04		60	
	Introdução à Sociologia	04		60	
	Introdução à Economia	04		60	
	Introdução ao Estudo do Direito I	04		60	
II	Introdução à Metodologia das Ciências Sociais	04		60	
	Ciência Política	04		60	
	Introdução ao Estudo do Direito II	04		60	Introdução ao Estudo do Direito I
	Sociologia Jurídica	04		60	Introdução à Sociologia
	História do Direito	04		60	Introdução ao Estudo do Direito I
III	Direito Civil I	04		60	Introdução ao Estudo do Direito I
	Direito Penal I	04		60	Introdução ao Estudo do Direito I
	Direito Constitucional I	04		60	Introdução ao Estudo do Direito I
	Direito Internacional Público	04		60	Introdução ao Estudo do Direito I
	Filosofia do Direito	04		60	Introdução à Filosofia
IV	Direito Constitucional II	04		60	Direito Constitucional I
	Direito Civil II	04		60	Direito Civil I
	Direito Penal II	04		60	Direito Penal I
	Direito Comercial I	04		60	Direito Civil I
	Teoria Geral do Processo	04		60	Direito Civil I
V	Direito Administrativo	04		60	Direito Constitucional II
	Direito Penal III	04		60	Direito Penal II
	Direito Civil III	04		60	Direito Civil II
	Direito do Trabalho I	04		60	Direito Civil II
	Direito Comercial II	04		60	Direito Civil II
VI	Direito Civil IV	04		60	Direito Civil III
	Direito Processual Civil I	04		60	Teoria Geral do Processo
	Direito do Trabalho II	04		60	Direito do Trabalho
	Deontologia Profissional	04	02	30	Introdução ao Estudo do Direito II
	Direito Administrativo II	04		60	Direito Administrativo I
	Direito Econômico	02		30	Direito Comercial I
VII	Direito Civil V	04		60	Direito Civil IV
	Direito Processual Civil II	04		60	Direito Processual Civil I
	Direito Penal IV	04		60	Direito Penal II
	Direito Processual Penal I	04		60	Teoria Geral do Processo
	Organização Judiciária		02	30	Teoria Geral do Processo
	Direito do Trabalho III	04		60	Direito do Trabalho I
	Estágio Supervisionado de Prática Jurídica I		05	75	

VIII	Direito Processual Civil III	04		60	Direito Processual Civil II
	Direito Civil VI	04		60	Direito Civil V
	Direito Processual Penal II	04		60	Direito Processual Penal I
	Direito das Sociedades	04		60	Direito Comercial I
	Direito Financeiro	04		60	Direito Constitucional II
	Direito Previdenciário	04		60	Direito do Trabalho II
	Prática de Processo Civil I		02	30	Direito Processual Civil I
	Estágio Supervisionado de Prática Jurídica II		05	75	
IX	Direito Internacional Privado	04		60	Direito Penal I
	Direito Agrário	02		30	Direito Comercial II
	Direito Tributário e Fiscal	04		60	Prática de Processo Civil II
	Direito Falimentar	04		60	Direito Processual Penal I
	Direito da Criança e do Adolescente	04		60	Direito Administrativo II
	Prática de Processo Penal I		02	30	Direito Comercial II
	Prática de Processo Civil II		02	30	Direito do Trabalho III
	Direito da Navegação	02		30	Direito Financeiro
	Educação Física I	02		30	
	Estagio Supervisionado de Prática Jurídica III		05	75	
	Trabalho de Conclusão de Curso I	02		30	
X	Medicina Legal	04		60	Direito Penal I
	Direito do Consumidor	02		30	Direito Comercial II
	Prática de Processo Civil III		02	30	Direito de Processo Civil II
	Prática de Processo Penal II		02	30	Direito Processual Penal I
	Prática de Processo Administrativo		02	30	Direito Administrativo II
	Prática de Processo Comercial		02	30	Direito Comercial II
	Prática de Processo Trabalhista		02	30	Direito do Trabalho III
	Prática de Processo Tributário e Fiscal		02	30	Direito Financeiro
	Educação Física II	02		30	
	Estágio Supervisionado de Prática Jurídica IV		05	75	
	Trabalho de Conclusão de Curso II	02		30	Trabalho de Conclusão de Curso I

Curso de Educação Artística

Curso de Educação Artística autorizado pelo CONSU - Resolução nº
Reconhecido pela Portaria MEC nº 1.852/94, DOU 29.12.94

Bloco	Disciplina	Carga Horária	Pré-Requisito
I	História da Arte I	90	
	Introdução à Educação	75	
	Língua Portuguesa e Comunicação	60	
	Introdução à Filosofia	60	
	Introdução à Sociologia	60	
	Educação Física I	60	
II	História da Arte II	60	História da Arte I
	Antropologia Cultural	60	
	Língua Portuguesa	60	
	Folclore Brasileiro	60	
	Educação Física II	60	
III	História da Arte III	60	História da Arte II
	Psicologia da Educação	90	
	Formas de Exp. e Com. Artística I (Artes Plásticas)	90	
	Literatura Infanto-Juvenil	60	
	Percepção Visual	60	
IV	Estética I	60	
	Metodologia de Pesquisa Científica	60	
	Forma Expres. e Com. Artística II (Artes Cênicas)	90	
	Desenho Geométrico	60	
	Arte Brasileira I	60	
V	Estética II	60	Estética I
	Didática I	60	Psicologia da Educação
	Norma Expres. e Com. Artística III (Arte Musical)	90	
	Técnica de Composição Artística I	60	
	Arte Brasileira II	60	Arte Brasileira I
	Arte Aplicada à Educação I	60	
VI	Cerâmica	60	
	Didática II	60	Didática I
	Desenho I	90	Formas de Expressão Artística I
	Técnica de Composição Artística II	60	Técnica de Composição Artística I
	Linguagem Visual (Fotografia)	60	
VII	Trabalho de Conclusão de Curso I	30	
	Metodologia da Educação Artística	60	
	Desenho II	90	Desenho I
	Pintura I	90	
	Estrutura e Func. do Ensino de 1º e 2º Graus	60	
VIII	Escultura I	60	
	Artes Gráficas	60	
	Arte Aplicada à Educação II	90	Arte Aplicada à Educação I
	Pintura II	90	Pintura I

IX	Escultura II	60	Escultura I
	Serigrafia	60	Desenho II
	Xilografia	60	Desenho II
	Materiais Expressivos	60	
X	Trabalho de Conclusão de Curso II	30	
	Prática de Ensino em Artes Plásticas	180	Didática II

Fonte: Coordenação do Curso de Educação Artística

Curso de Enfermagem

Curso de ENFERMAGEM autorizado pelo Decreto nº 98.977, de 02.03.90
Reconhecido pela Portaria MEC nº 0053/96, DOU 24.01.96

BLOCO	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITO	PRÉ-REQUISITO
I	Biologia Geral	60	03	
	Anatomia Humana	120	06	
	Histologia	90	04	
	Educação Física I	60	04	
	Introdução à Sociologia	60	03	
	Introdução à Antropologia	60	03	
	Bioquímica	60	03	
II	Fisiologia	120	07	Anatomia Hum/Histologia/Bioquímica
	Microbiologia e Imunologia	90	05	Biologia Geral
	Saúde Mental	60	03	
	Introdução à Saúde Pública	60	04	Int. a Soc/Int. à Antropologia
	Educação Física II	60	04	Educação Física I
	Biofísica	60	03	
	Língua Portuguesa e Comunicação	60	03	
III	Patologia Geral	90	05	Fisiologia
	Parasitologia	90	05	Microbiologia e Imunologia
	Farmacologia	90	05	Fisiologia Anat Hum/Histol/Bioquímica
	Filosofia	60	03	
	Nutrição	60	03	Fisiologia/Anat.Humana/Histologia
	Psicologia do Desenvolvimento	60	03	
IV	Bioestatística e Epidemiologia	90	06	
	Deontologia e Legislação do Exercício de Enfermagem	60	03	
	Processo Cuidar da Enfermagem	150	08	Farmacologia/Fisiologia/Anatonomia Humana/Histologia e Bioquímica
	Introdução à Educação	60	03	
	Est. e Func. do Ens. 1º e 2º Graus	90	05	
V	Saúde do Adulto I	90	05	Proc. Cuidar da Enfermagem / Farmacologia / Fisiologia / Anatomia Humana / Histologia / Bioquímica
	Materno Infantil I	90	05	Proc. Cuidar da Enfermagem / Farmacologia / Fisiologia / Anatomia Humana / Histologia / Bioquímica
	Enfermagem em Doenças Transmissíveis	120	06	Proc. Cuidar da Enfermagem / Farmacologia / Fisiologia / Anatomia Humana / Histologia / Bioquímica / Bioest. e Epidemiologia
	Metodologia da Pesquisa I	60	03	
	Enfermagem Psiquiátrica	90	05	Proc. Cuidar da Enfermagem / Farmacologia / Fisiologia / Anatomia Humana / Histologia e Bioquímica

VI	Saúde do Adulto II	120	05	Saúde do Adulto I / Materno Infantil I / Proc do Cuidar Enfermagem / Farmacologia / Fisiologia / Anatomia Humana / Histologia / Bioquímica
	Materno Infantil II	120	05	Materno Infantil I / Proc Cuidar Enfermagem / Farmacologia / Fisiologia / Anatomia Humana / Histologia / Bioquímica
	Psicologia da Educação	60	03	
	Metodologia da Pesquisa II	60	03	Metodologia da Pesquisa I
	Ciência da Informática	60	03	
VII	Saúde do Adulto III	180	09	Saúde do Adulto II, Materno Infantil I, Processo do Cuidar da Enfermagem, Farmacologia, Fisiologia, Anatomia Humana, Histologia e Bioquímica.
	Materno Infantil III	120	05	Saúde do Adulto II, Materno Infantil I, Processo do Cuidar da Enfermagem, Farmacologia, Fisiologia, Anatomia Humana, Histologia e Bioquímica.
	Didática Geral	90	04	Metodologia da pesquisa II, Estrutura e Funcionamento do Ensino 1º e 2º graus e Introdução à Educação
VIII	Administração Aplicada à Enfermagem	120	05	Materno Infantil I, II e III / Saúde do Adulto I e II / Processo do Cuidar da Enfermagem, Farmacologia, Fisiologia, Anatomia Humana, Histologia e Bioquímica.
	Metod. do Ensino da Enfermagem	60	03	Didática Geral / Metodologia da Pesquisa I e II / Estrutura e Funcionamento do Ensino 1º e 2º Graus / Introdução à Educação
	Didática Aplicada à Enfermagem	60	03	Didática Geral / Metodologia da Pesquisa I e II / Estrutura e Funcionamento do Ensino 1º e 2º Graus / Introdução à Educação
IX	Estágio Supervisionado I	450	15	Adm. Aplic. Enfermagem / Mat. Infantil I e II / Saúde Adulto I e II / Proc. do Cuidar Enfermagem / Farmacol. / Fisiologia / Anatomia Humana / Histologia / Bioquímica
	Prática do Ensino I	150	05	Met. Ens. Enfermagem / Didática Aplicada Enfermagem / Didática Geral / Metodologia Pesquisa II / Estrutura Func. Ensino de 1º e 2º Graus / Introdução à Educação
	Trabalho de Conclusão de Curso I	30	02	
X	Estágio Supervisionado II	450	15	Estágio Supervisionado I
	Prática do Ensino II	150	05	Prática do Ensino I
	Trabalho de Conclusão de Curso II	30	02	Trabalho de Conclusão de Curso I

Fonte: Coordenação do Curso de Enfermagem

Curso de Geografia

Curso de GEOGRAFIA autorizado pelo
Reconhecido pela Portaria MEC nº 1.400/96, DOU 24.12.96

BLOCO	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITO	PRÉ-REQUISITO
I	Língua Portuguesa e Comunicação	60	04	
	Epistemologia e História da Geografia	60	04	
	Introdução à Filosofia	60	04	
	História do Pensamento Econômico	60	04	
	Introd. Metodologia das Ciências Sociais	60	04	
	Educação Física I	60	04	
II	Matemática Aplicada à Geografia	60	04	
	Introdução à Geografia Humana	60	04	Epistemologia e História da Geografia
	Introdução à Geografia Física	60	04	Epistemologia e História da Geografia
	Geologia Geral	60	04	
	Antropologia Cultural	60	04	
III	Estatística Espacial	60	04	Matemática Aplicada à Geografia
	Climatologia	60	04	Introdução à Geografia Física
	Geografia Econômica	60	04	História do Pensamento Econômico
	Geografia da população	60	04	Introdução à Geografia Humana
	Geomorfologia	60	04	Introdução à Geografia Física/Geologia Geral
IV	Biogeografia	60	04	Introdução à Geografia Física
	Geografia Urbana	60	04	Introdução à Geografia Humana
	Hidrografia	60	04	Introdução à Geografia Física
	Metodologia Geográfica	60	04	
	Cartografia Básica	60	04	Estatística Espacial
	Educação Física II	60	04	
V	Psicologia da Educação	60	04	
	Geografia Agrária	60	04	Introdução à Geografia Humana
	Geografia do Brasil	60	04	
	Cartografia Temática	60	04	Cartografia Básica
	Geografia Regional	60	04	Epistemologia e História da Geografia
VI	Geografia da Amazônia	60	04	Geografia do Brasil
	Pesquisa Geográfica	60	04	Metodologia Geográfica
	Geografia Regional do Brasil	60	04	Geografia Regional
	Geopolítica	60	04	Introdução à geografia Humana
	Aerofotogrametria e Fotointerpretação	60	04	Cartografia Temática
VII	Geografia do Amapá	60	04	Geografia da Amazônia
	Estrut. e Func. Do Ensino de 1º e 2º graus	60	04	
	Didática Geral	60	04	Psicologia da Educação
	Sensoriamento remoto	60	04	Aerofotogrametria e Fotointerpretação
	Disciplina optativa	60	04	
VIII	Metodologia do Ensino da Geografia	60	04	
	Trabalho de Conclusão de Curso	60	04	
	Prática de Ensino	300	20	Didática Geral
IX	Estágio Supervisionado	300	20	
	Planejamento Ambiental	60	04	

Curso de História

Curso de HISTÓRIA autorizado pelo CONSU
Reconhecido pela Portaria MEC nº 1.482/94, DOU 06.12.95

Bloco	Disciplina	Carga Horária	Crédito	Pré-Requisito
I	Língua Portuguesa e Comunicação	60	04	
	Introdução à Filosofia	60	04	
	Introdução à Sociologia	60	04	
	Introdução ao Estudo da História	60	04	
	História Antiga I	60	04	
	EDF I	60	04	
II	Introdução à Geografia	60	04	
	Introdução à Metodologia das Ciências Sociais	60	04	
	Teoria da História	60	04	Introdução ao Estudo da História
	Introdução à Educação	60	04	
	História Antiga II	60	04	História Antiga I
	EDF II	60	04	EDF I
III	Antropologia Cultural I	60	04	
	História Medieval	60	06	História Antiga II
	Psicologia da Educação	60	04	
	História da Idéias Políticas e Sociais	60	04	
	Estrut. e Func. do Ensino de 1º e 2º Graus	60	04	
IV	Didática Geral	60	04	Psicologia da Educação
	História da Civilização Ibérica	60	04	História Medieval
	História Moderna I	60	04	História Medieval
	Pré-História Brasileira	60	04	
	Antropologia Cultural II	60	04	Antropologia Cultural I
V	Etnologia da Amazônia	60	04	
	História do Brasil I	60	04	História Moderna I
	Medodologia do Ensino da História	60	04	Didática Geral
	História Moderna II	60	04	História Moderna I
	História Agrária Brasileira	60	04	
VI	História da Amazônia I	60	04	Etnologia da Amazônia
	História do Brasil II	60	04	História do Brasil I
	História da América I	60	04	História Moderna II
	História Contemporânea I	60	04	
	História do Pensamento Econômico	60	04	
VII	História da Amazônia II	60	04	História da Amazônia I
	História do Brasil III	60	04	História do Brasil II
	História da América II	60	04	História da América I
	História Contemporânea II	60	04	História Contemporânea I
	Métodos e Téc. de Pesq. Aplicada à História I	60	04	Teoria da História
VIII	História do Amapá I	60	04	História da Amazônia II
	História da América III	60	04	História da América II
	Métodos e Téc. de Pesq. Aplicada à História II	60	04	Mét. e Téc. de Pesq. Aplicada à História I
	Prática de Ensino da História I	60	04	
	Historiografia Brasileira	60	06	
IX	Prática de Ensino de História II	60	04	Prática de Ensino da História I
	História do Amapá II	60	04	História do Amapá I
	História da Arte	60	04	
	Trabalho de Conclusão de Curso	60	04	

Fonte : Coordenação do Curso de História

Curso de Letras

Curso de LETRAS autorizado pelo CONSU
Parecer 300/95 de 29.11.95
Reconhecido pela Portaria MEC nº 1.466/95, DOU 06.12.95

Bloco	Disciplina	Carga Horária	Crédito	Pré-Requisito
I	Educação Física I	60	04	
	Introdução à Filosofia	60	04	
	Introdução à Sociologia	60	04	
	Metodologia do Trabalho Científico	60	04	
	Introdução aos Estudos Lingüísticos	60	04	
	Língua Portuguesa e Comunicação	60	04	
	Língua Latina I	60	04	
II	Educação Física II	60	04	
	Antropologia Cultural	60	04	
	História da Literatura	60	04	
	Lingüística I	60	04	Introdução aos Estudos Lingüísticos
	Lingua Portuguesa I	60	04	
	Filologia Românticа	60	04	
	Língua Latina II	60	04	Língua Latina I
III	Teoria da Literatura I	60	04	
	Literatura Potuguesa I	60	04	
	Língua Portuguesa II	60	04	Lingua Portuguesa I
	Lingüística II	60	04	Lingüística I
	Língua Francesa Instrumental	60	04	
	Língua Inglesa Instrumental	60	04	
	Estética	60	04	
IV	Introdução à Educação	60	04	
	Estrutura e Func. do Ensino de 1º e 2º Graus	60	04	
	Literatura Portuguesa II	60	04	
	Teoria da Literatura II	60	04	Teoria da Literatura I
	Língua Portuguesa III	60	04	
	Lingüística III	60	04	Língua Portuguesa II
	Língua Francesa I	60	04	Lingüística II
	Língua Inglesa I	60	04	
V	Psicologia da Educação	60	04	Introdução à Educação
	Introdução à Psicolingüística	60	04	Lingüística I
	Literatura Portuguesa III	60	04	
	Literatura Brasileira I	60	04	
	Língua Portuguesa IV	60	04	Língua Portuguesa III
	Teoria da Literatura III	60	04	Teoria da Literatura II
	Língua Francesa II	60	04	Língua Francesa I
	Língua Inglesa II	60	04	Língua Inglesa I
VI	Trabalho de Conclusão de Curso I	30	02	75% das Disciplinas
	Didática Geral	60	04	Psicologia da Educação
	Introdução à Sociolingüística	60	04	Lingüística I
	Literatura Portuguesa IV	60	04	
	Literatura Brasileira II	60	04	
	Língua Portuguesa V	60	04	Língua Portuguesa IV
	Literatura Infanto-Juvenil	60	04	
	Língua Francesa III	60	04	Língua Francesa II
	Língua Inglesa III	60	04	Língua Inglesa II
VII	Cultura Brasileira	60	04	
	Metodologia do Ensino do Português	60	04	Didática Geral
	Literatura Brasileira III	60	04	
	Introdução à Semântica	60	04	Lingüística I
	Estilística da Língua Portuguesa	60	04	
	Língua Portuguesa VI	60	04	Língua Portuguesa V

	Literatura Francesa I	60	04	
	Literatura Inglesa I	60	04	
	Língua Francesa IV	60	04	Língua Francesa III
	Língua Inglesa IV	60	04	Língua Inglesa III
VIII	Trabalho de Conclusão de Curso II	30	02	Disciplina Específica
	Prática de Ensino I (Português)	60	02	Metodologia do Ensino do Português
	Prática de Ensino II (Português)	60	02	Metodologia do Ensino do Português
	Literatura Brasileira IV	60	04	
	Língua Portuguesa VII	60	04	Língua Portuguesa VI
	Literatura Francesa II	60	04	
	Literatura Inglesa II	60	04	
	Literatura Americana I	60	04	
	Língua Francesa V	60	04	Língua Francesa IV
	Língua Inglesa V	60	04	Língua Inglesa IV
IX	Metodologia do Ensino Francês	60	04	Didática Geral
	Metodologia do Ensino Inglês	60	04	Didática Geral
	Lingüística Aplicada à Língua Estrangeira	60	04	
	Literatura Americana II	60	04	
	Literatura Inglesa III	60	04	
	Língua Francesa VI	60	04	Língua Francesa V
	Literatura Francesa III	60	04	
	Língua Inglesa VI	60	04	Língua Inglesa V
X	Prática do Ensino III (Francês)	60	02	Metodologia do Ensino Francês
	Prática do Ensino IV (Francês)	60	02	Metodologia do Ensino Francês
	Prática do Ensino V (Inglês)	60	02	Metodologia do Ensino Inglês
	Prática do Ensino VI (Inglês)	60	02	Metodologia do Ensino Inglês
	Literatura Americana III	60	04	Literatura Americana II
	Literatura Francesa IV	60	04	
	Língua Francesa VII	60	04	Língua Francesa VI
	Língua Inglesa VII	60	04	Língua Inglesa VI

Fonte: Coordenação do Curso de Letras

Curso de Matemática

Curso de MATEMÁTICA autorizado pelo CONSU
DECRETO 98.997 DE 02.03.90
Reconhecido pela Portaria MEC nº 1.483/95, DOU 06.12.95

Bloco	Disciplina	Carga Horária	Crédito	Pré-Requisito
I	Fundamentos de Matemática Elementar I	90	06	
	Fundamentos de Matemática Elementar II	60	04	
	Pesquisa Bibl. e Redação sobre o Ensino da Matemática	60	04	
	Introdução à Educação	60	04	
	Introdução à Filosofia	60	04	
	Matriz, Vetores e Geometria Analítica	60	04	
	Educação Física I	60	04	
II	Lógica da Matemática	60	04	
	Cálculo I	90	06	Fund. de Matemática Elementar I e II
	Língua Portuguesa e Comunicação	60	04	
	Psicologia da Educação	90	06	
	Fundamentos de Matemática Elementar II	60	04	
	Educação Física II	60	04	
III	Cálculo II	90	06	Cálculo I
	Álgebra Linear	60	04	Matriz, Vetores e Geometria Analítica
	Física Teórica I	60	04	
	Física Experimental I	30	04	
	Estrut. e Funcionamento de Ensino de 1º e 2º Graus	90	02	
IV	Equações Diferenciais e Ordinárias	90	06	Cálculo I
	Física Teórica II	60	04	Física Teórica I e Física Experimental I
	Física Experimental II	30	02	Física Teórica I e Física Experimental I
	Didática Geral	90	06	Psicologia da Educação
	Introdução à Álgebra	90	06	
V	Álgebra	90	06	Introdução à Álgebra
	Cálculo III	90	06	Cálc. II e Matr., Vet. e Geom. Analítica
	Desenho Geométrico I	60	04	
	Introdução à Sociologia	60	04	
	Trabalho de Conclusão de Curso	60	04	
VI	Álgebra para o Ensino de 1º e 2º Graus	60	04	Didática Geral
	Teoria dos Números	90	06	Introdução à Álgebra
	Geometria Descritiva	60	04	Desenho Geométrico I
	Probabilidade Estatística	60	04	
	Instrumentação para o Ensino de Matemática	90	06	Didática Geral
VII	Geometria para o ensino de 1º e 2º Graus	60	04	Fund. de Mat. Elem. II e Didát. Geral
	Cálculo Numérico	90	06	Cálculo II
	Introdução à Computação	60	04	
	História da Matemática	90	06	
VIII	Tópicos de Matemática Financeira	60	04	
	Estudos sobre Recursos Regionais	60	04	
	Aplicação da Informática ao Ensino	60	04	Introdução à Computação
	Prática de Ensino da Matemática	300	10	Didática Geral
IX	Desenho Geométrico II	60	04	Desenho Geométrico I
	Física Teórica III	60	04	Fís. Teórica I e II e Fís. Exper. I e II
	Física Experimental III	30	02	Fís. Teórica I e II e Fís. Exper. I e II
Optativa	Prática de Ensino de Desenho	300	10	Didática Geral
	Prática de Ensino de Física	300	10	Didática Geral

Fonte: Coordenação do Curso de Matemática

Curso de Pedagogia :

a) Orientação Educacional

e

b) Supervisão Escolar

CURSO DE PEDAGOGIA:

a) Orientação Educacional: Reconhecido pela Portaria MEC nº 1.251/96, DOU 12.06.96
b) Supervisão Escolar: Reconhecido pela Portaria MEC nº 1.251/96, DOU 12.06.96

Bloco	Disciplina	Carga Horária	Crédito	Pré-Requisito
I	Língua Portuguesa e Comunicação	60	04	
	Introdução à Filosofia	60	04	
	Introdução à Educação	60	04	
	Introdução à Metodologia das Ciências Sociais	60	04	
	Introdução à Sociologia	60	04	
II	História da Educação I	90	06	Introdução à Educação
	Psicologia da Educação I	90	06	Introdução à Filosofia
	Sociologia da Educação I	90	06	Introdução à Sociologia
	Economia da Educação	60	04	
	Educação Física	60	04	
III	Didática I	60	04	Introdução à Educação
	Psicologia da Educação II	90	06	Psicologia da Educação I
	Sociologia da Educação II	90	06	Sociologia da Educação I
	História da Educação II	90	06	História da Educação I
	Educalção Física II	60	04	
IV	Didática II	90	06	Didática I
	Est. e Func. de Ensino de 1º e 2º Graus	90	06	História da Educação II
	Psicologia da Educação III	90	06	Psicologia da Educação II
	Filosofia da Educação I	90	06	Introdução à Filosofia
V	Estatística Aplicada à Educação	60	04	
	Filosofia da Educação II	90	04	Filosofia da Educação I
	Biologia da Educação	60	06	
	Antropologia Cultural	60	04	
	Planejamento Educacional	60	04	Didática II
VI	Medidas Educacionais	60	04	Estatística Aplicada à Educação
	Fund. da Língua Portuguesa e Processos Lingüísticos	60	04	Língua Portuguesa e Comunicação
	Teoria do Currículo	60	04	
	Metodologia da Pré-Escola	60	04	Didática II
	Metodologia da Educação Artística	60	04	Didática II
	Literatura Infanto-Juvenil	60	04	
	Prática I A (Matéria Pedagógica 2º Grau)	100	03	Es. Fun. Ensino / Soc. da Educ. II / Psicol. da Educ. III / Fil. Educ. II / Hist. Educ. II
VII	Currículos e Programas	60	04	Teoria do Currículo
	Pesquisa Educacional	90	06	Estatística Aplicada à Educação
	Metodologia da Língua Portuguesa	60	04	Didática II
	Métodos e Técnicas de Alfabetização	60	04	Didática II
	Prática I B ((Matéria Pedagógica 2º Grau)	100	03	Prática I A
	Princípios e Métodos da Orientação Educacional	120	08	
	Princípios e Métodos da Supervisão Escolar	120	08	
VIII	Metodologia da Geografia	60	04	Didática II
	Metodologia da História	60	04	Didática II
	Metodologia das Ciências Física e Biológica	60	04	Didática II
	Metodologia da Matemática	60	04	Didática II
	Orientação Vocacional	60	04	
	Orientação na Escola de 1º e 2º Graus	90	06	Princ. e Mét. de Orientação na Escola
	Supervisão na Escola de 1º e 2º Graus	90	06	Princ. e Mét. de Orientação na Escola
IX	Prática II (Magistério Séries Iniciais do 1º Grau)	200	06	Todas as Metodologias
	Prática III (Habilitação em Supervisão na Escola)	200	06	Supervisão na Escola de 1º e 2º Graus
	Trabalho de Conclusão de Curso	60	04	
	Prática IV (Habilitação em Orientação Educacional)	200	06	Orientação na Escola de 1º e 2º Graus

Fonte: Coordenação do Curso de Pedagogia

Curso de

Secretário Executivo

Curso de SECRETÁRIO EXECUTIVO
Autorizado pelo CONSU
Reconhecido pela Portaria MEC nº 162/96, DOU 22.02.96

Matéria	Disciplina	Carga Horária		Pré-Requisito
		Teoria	Prática	
OBRIGATÓRIAS				
Língua Portuguesa	Língua Portuguesa e Comunicação	60		
	Língua Portuguesa I	60		Língua Portuguesa e Comunicação
	Língua Portuguesa II	60		Língua Portuguesa I
	Língua Portuguesa III	60		Língua Portuguesa I
	Redação e Correspondência	30	30	Língua Portuguesa I
Língua Inglesa	Língua Inglesa I	60		
	Língua Inglesa II	60		Língua Inglesa I
	Língua Inglesa III	60		Língua Inglesa I
	Língua Inglesa IV	60		Língua Inglesa I
	Versão e Trad. da Língua Inglesa	60		Língua Inglesa I
	Redação Téc. da Língua Inglesa	90		Versão e Trad. da Língua Inglesa
Téc. de Secretariado	Técnica de Secretariado I	30	30	
	Técnica de Secretariado II	30	30	Técnica de Secretariado I
	Documentação e Arquivo	30	30	
	Cerimonial	30	30	
Administração	Introdução à Administração	60		
	Administração de Pessoal	60		Introdução à Administração
	Organização e Método I	60		Introdução à Administração
	Organização e Método II	30	30	Organização e Método I
Informática	Informática I	30	30	
	Informática II	30	30	Informática I
Economia e Mercado	Introdução à Economia	60		
	Economia e Mercado	60		Introdução à Economia
Contabilidade Geral	Contabilidade Geral	30	30	
Estatística	Estatística	30	30	
Psicologia	Introdução à Psicologia	60		
	Psicologia Social	60		Introdução à Psicologia
	Psicologia Organizacional	60		Psicologia Social
Educação Física	Educação Física I	30	30	
	Educação Física II	30	30	Educação Física I
Estágio Supervisionado	Estágio Supervisionado	30	210	Todas as discip. cursadas, exceto o TCC
COMPLEMENTARES				
Filosofia	Introdução à Filosofia	60		
Sociologia	Introdução à Sociologia	30	30	
	Ciência Política	60		Introdução à Sociologia
Metod. Ciências Sociais	Introd. à Met. Ciências Sociais	60		
Direito	Instit. de Direito Público e Privado	60		
	Direito de Legislação	60		Instit. de Direito Público e Privado
Matemática	Matemática Comercial	60		

	Matemática Financeira	30	30	
Trab. de Conc. de Curso	Trabalho de Conclusão de Curso I	30		75% das Disciplinas Cursadas
	Trabalho de Conclusão de Curso II		30	Todas as disciplinas cursadas, exceto Estágio Supervisionado

Fonte: Coordenação do Cuso de Secreatariado Executivo

3.3. Autorização de Curso de Graduação:

A Autorização de um Curso, sujeita-se a elaboração pela Pró-Reitoria de Ensino Superior – PROESU de Projeto Pedagógico de Curso (PPC) do qual deve constar:

I. Da Universidade

1.1. Histórico da UNIFAP, atividades e principais áreas de atuação; descrição dos Cursos que a Instituição já oferece, indicando a situação legal de cada um (autorização e reconhecimento, com número de vagas, turnos, fluxo nos 3 últimos vestibulares, o nº de alunos e o número e tamanho das turmas);

1.2. Administração e Gestão da Instituição, formas de participação do Corpo Docente na administração; mecanismos de representação interna;

1.3. Demonstração dos Resultados nas Avaliações Institucionais e no Exame Nacional de Cursos;

1.4. Grau de envolvimento do Corpo Docente na elaboração do projeto pedagógico do Curso proposto;

II. Do Curso Proposto

2.1. Identificação do Curso

Curso:

Modalidade:

Nº de vagas semestrais e anuais:

Turno:

Sistema de Matrícula:

Integralização:

Mínimo

Máximo

Total de h/a:

2.2. Introdução, Justificativa

2.3. Objetivos do Curso

Objetivo Geral

Objetivos Específicos

2.4. Concepção do Curso

2.5. Perfil profissional do egresso

> Concepção da formação do profissional;

> Competências profissionais para o exercício da profissão;

> Habilidades profissionais para o exercício da profissão;

2.6. Formação para atuação multidisciplinar do egresso;

2.7. Formação para o desenvolvimento na profissão, do egresso;

2.8. Critérios para o trabalho monográfico e defesa em Banca;

2.9. Fundamentos filosóficos, epistemológicos e pedagógicos da organização curricular;

2.10. Definição dos campos de estágio curricular e sistema de coordenação e supervisão;

2.11. Sistemática de Avaliação:

a) Institucional;

b) Da aprendizagem.

2.12. Pesquisa, Extensão e Atividades Complementares;

2.13. Administração Acadêmica do Curso:

2.14. Coordenação do Curso (com a indicação do Coordenador, com titulação e comprovação de experiência e carga horária);

2.15.Colegiado de Curso;

2.16. Núcleos de:

a) Pesquisa;

b) Extensão;

c) Apoio Docente.

2.17. Organização Curricular;

2.18. Ementas das disciplinas, Bibliografia básica e complementar;

2.19. Programa de Qualificação Docente;

2.20. Corpo Docente para o 1º ano do Curso contendo:

a) Nome;

b) CPF / RG / endereço;

c) Formação (graduação);

d) Titulação (pós-graduação "Lato" e "Stricto Sensu");

e) Mini Currículo;

f) Disciplina(s) para a qual é indicado;

g) Regime de Dedicação.

2.21. Biblioteca e Videoteca:

a) Acervo e Organização (inclusive periódicos e fitas de vídeo);

b) Espaço físico para os diversos fins;

c) Informatização;

d) Identificação do Bibliotecário;

e) Horário de Funcionamento;

f) Plano de expansão;

g) Critérios de atualização do acervo.

2.22. Instalações Físicas e Laboratórios:

a) Laboratórios para o curso (especificação, regulamentos e horário de funcionamento);

b) Salas de Aula;

c) Gabinetes de Professores;

d) Direção / Coordenações / Secretaria-Geral;

e) Área de Convivência e Lazer;

f) Lanchonete, restaurante e outros;

g) Estacionamento;

h) Condições facilitadoras para portadores de necessidades especiais.

Os projetos, deverão ser desenvolvidos em formulários próprios aprovados pelo CONSU.

Autorizado o Curso, a Pró-Reitoria de Ensino Superior – PROESU, elabora, através da Coordenação específica do Curso, o Programa de cada disciplina, contendo:

3.4. PLANOS DE ENSINO

Os Planos de Ensino de cada disciplina contidos nos Projetos Pedagógicos de cada Curso se constituem em documento e instrumento organizador de cada curso e são elaborados pelo professor da disciplina e estão sujeitos a aprovação por parte do Departamento respectivo, conforme estabelece o Regimento Geral.

Os Planos de Ensino de cada disciplina que compõem os Currículos Plenos dos Cursos deverão ser formulados em formulário próprio e padrão da Instituição, contendo campos específicos para as seguintes informações:

Logotipo da UNIFAP;
TÍTULO – PLANO DE ENSINO;
CURSO;
Disciplina;
Carga horária;
Créditos;
Professor (es)
Objetivo Geral da Disciplina;
Objetivos Específicos;
Ementa;
Programa da Disciplina;
Cronograma de Execução do Programa;

Bibliografia Básica;

Bibliografia Complementar;

Instrumentos de Avaliação;

Softwares utilizados;

Metodologia;

Instrumentos de apoio didático;

Data de aprovação pelo Departamento;

Assinatura do Coordenador, Professor (es).

Os Planos de Ensino passam a integrar os Projetos Pedagógicos de cada Curso, depois de autorizados pelo CONSU.

3.5. RECONHECIMENTO:

A partir do 2º ano do Curso a UNIFAP requer junto ao MEC o reconhecimento do Curso através de processo formalizado segundo os Padrões/MEC.

3.6. CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DOS NOVOS CURSOS DE GRADUAÇÃO PROJETADOS:

Novos Cursos Projetados Para o Qüinqüênio 2002 / 2006								
Curso	**Modalidade**	**Duração / anos**		**Ano**				
		Min	**Max**	**2002**	**2003**	**2004**	**2005**	**2006**
Normal Superior: Magistério da Educação Infantil	Licenciatura							
Normal Superior: Magistério dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	Licenciatura							
Comunicação Social – Jornalismo	Bacharel							
Comunicação Social – Publicidade e Propaganda	Bacharel							
Comunicação Social – Relações Públicas	Bacharel							
Administração – Mercados Internacionais	Bacharel							
Ciências Contábeis	Bacharel							
Ciências Econômicas	Bacharel							
Educação Física	Licenciatura							
Farmácia / Bioquímica	Bacharel							
Fisioterapia	Bacharel							
Psicologia	Lic / Bel / Formação de Psicólogo							
Química	Lic / Bel							
Ciências da Computação	Bacharel							
Engenharia em Computação	Bacharel							
Licenciatura em Computação	Magistério							
Sistemas de Informação	Bacharel							
Engenharia Ambiental	Bacharel							*
Engenharia de Pesca	Bacharel							*
Engenharia Civil	Bacharel							*
Arquitetura e Urbanismo	Bacharel							*
Engenharia de Alimentos	Bacharel							*

(*) A ser definido pela Reitoria

3.7. O PROCESSO SELETIVO E SUAS FUNÇÕES

O Processo Seletivo para ingresso nos cursos de nível superior da UNIFAP, permanece sob a égide da prática anterior à nova LDB de 1996.

O processo é unificado para todos os cursos oferecidos pela Universidade e, por este motivo aguarda-se a conclusão dos estudos e propostas do grupo de trabalho designado para definir as normas e sistemas do Processo Seletivo para a UNIFAP, a ser aplicado a partir de 2.003.

Hoje se adota o tradicional "Vestibular", disciplinado ainda pela letra "**a**" do artigo 17 e no artigo 21 da Lei 5.540/68.

A Constituição Federal no seu artigo 208, V determina que o "dever do Estado com a Educação Superior será efetivado mediante a garantia de acesso segundo a capacidade de cada um." Essa determinação conjugada com a da Autonomia prevista no artigo 207 orienta a interpretação do artigo 51 da LDB fundamentada no artigo 44 inciso II da mesma LDB que garante o ingresso na graduação por processo seletivo.

A Lei 9.394 – LDB em seu artigo 51 referenda tal legislação quando determina: "As Instituições de Educação Superior credenciada como a UNIFAP, ao deliberar critérios e normas de seleção e admissão de estudantes, levarão em conta os efeitos desses critérios sobre a orientação do ensino médio, articulando-se com os órgãos normativos de ensino."

Atenção deve ser dada a lei 9.448, de 14 de março de 1997 ao determinar que o INEP dentre outras finalidades "definirá e proporá parâmetros, critérios e mecanismos para realização de exames de acesso ao ensino superior. Considerando a sistemática constitucional e a LDB essa competência fica restrita ao Sistema Federal de Ensino e apenas às instituições não universitárias, respeitadas recomendações do CNE".

Essa legislação traz possibilidades de mudanças significativas para os procedimentos de ingresso no ensino superior.

A mudança é substantiva e abre às IES a possibilidade de desenvolver e aperfeiçoar seu sistema de admissão aos cursos de graduação. Parece-nos necessário incentivar a busca de formas alternativas que atendam diferenças regionais e institucionais.

É importante encontrar formas que garantam aos candidatos igualdade de oportunidades por meio de processos válidos e fidedignos.

Para tanto programas, estrutura do processo, data das provas, exames ou avaliações e outras informações pertinentes deverão ser dadas a conhecer aos candidatos, com muita antecedência, pelo menos 5 (cinco) meses antes da prova, mediante edital e meios de inscrição.

Os processos de seleção deverão, além de avaliar a capacidade dos alunos para entrar, deverão também avaliar principalmente, a sua capacidade para cursar e prosseguir em sua formação continuada ao longo da vida, de modo compatível com as exigências do mundo moderno em contínua transformação.

Quanto à determinação de considerar a influência o processo sobre o ensino médio é necessário lembrar que o termo particular significa estabelecer formas de interação.

Nesse sentido são aconselháveis procedimentos como:

- Estabelecimento de diretrizes para os programas inerentes ao processo seletivo por grupos compostos por professores de ensino fundamental, médio e universitário;

- Os resultados do processo deverão servir como mais uma orientação às escolas do ensino médio para avaliação sobre o aproveitamento dos alunos e deficiências nos cursos e que devem ser sanadas;

- Relatórios, reuniões e cursos para docentes dos vários graus de ensino atenderão a necessidade de fazer a articulação preconizada pela lei, conjugando esforços para melhorar o aprendizado dos alunos;

- Os resultados dos processos seletivos deverão ser amplamente divulgados e incluídos nos processos de reconhecimento de cursos;

- Qualquer que seja o processo escolhido para selecionar os estudantes, deverá ser por esta demonstrada proficiência em português.

É preciso evitar que pessoas, já penalizadas pela falta de oportunidades e até por preconceito, sejam de novo alienadas pelo seu despreparo para enfrentar os cursos universitários.

Será necessário dar aos jovens talentosos, chances de preparação anterior à entrada no ensino universitário, de modo a permitir-lhes pleno êxito nos seus cursos de graduação.

O Ensino Médio seria a instância em que várias lacunas de formação poderiam ser preenchidas. Por outro lado, parte do processo seletivo pode compensar a injustiça social pela adoção de procedimentos que dependem mais de ambiências culturais do que de classe social ou poder aquisitivo. Os testes de aptidão podem se constituir em terreno fértil nesse sentido.

Algumas outras possibilidades são:

- Promover cursos e/ou concursos para identificar jovens capazes de freqüentar o curso superior e supri-los de bolsas de estudo durante o ensino fundamental e médio procurando equilibrar as diferenças de formações e de oportunidades, as quais têm origem nas desigualdades sociais.
- Organizar cursos de reposição para os estudantes de potencial mas não devidamente preparados para cursar a UNIFAP.

Em todo caso, o que de mais essencial se deve acentuar é a preocupação em assegurar a qualidade do processo seletivo-avaliativo.

Nesse sentido, terão que ser levados em consideração, como norteadores dos procedimentos avaliativos, padrões já definidos para associação de programas, projetos e materiais, em um consenso universalmente aceito.

Tais padrões, agrupados em quatro categorias, dizem respeito à utilidade, ou seja, a avaliação deve responder às necessidades dos clientes e depois lhes passar informação relevante, de modo claro, conciso e a tempo. Outro grupo de padrões se concentra na viabilidade, entendendo-se que deva ser passível de realização, em situações reais e, nessa perspectiva, ser prudente, diplomática, política e economicamente factível. O terceiro grupo de padrões se relaciona à ética no sentido de que uma avaliação deva sempre ser conduzida com justiça, retidão e respeito, em relação a todos os envolvidos no processo, ou aqueles afetados por seus resultados. Finalmente, o quarto grupo de padrões enfatiza a curabilidade enquanto descobre e comunica informação adequada sobre o projeto em questão, para julgar seu mérito e sua relevância. É, pois nesse marco referencial que a abordagem avaliativa será delineada, desenvolvida e aperfeiçoada, ao longo da realização plena do projeto.

A dimensão do mérito se refere à deficiência e à eficácia de cada projeto, enquanto que a dimensão relevância refere à efetividade social das ações em termos de seus impactos no contexto em que se insere e na população a que se destina. Em termos operacionais, a eficiência diz respeito, entre outros à produtividade, aos custos, ao número e à qualificação dos recursos humanos aos processos decisórios vigentes em cada projeto. Enquanto que a eficácia está relacionada aos resultados mais imediatos alcançados pelos projetos. Já a efetividade ao descrever os benefícios que

a execução do projeto trouxe para os seus destinatários, representa o impacto ou relevância social dos projetos, ou seja, os verdadeiros resultados.

Isto posto, nos termos da Lei, dois princípios terão que ser observados: há que definir um processo seletivo e há que classificar os candidatos. A Lei da premissa de que o número de vagas a serem preenchidas é finito e que, portanto, deve haver algum procedimento para atribuir as vagas disponíveis àqueles candidatos que satisfizeram os critérios estabelecidos no processo seletivo. Estes critérios, no entanto, não serão fixada ao livre arbítrio das instituições de ensino superior, vez que terão que atender às imposições maiores da Constituição, vale dizer:

- "Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios**:**

I. Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; *(grifos nossos)*

- Art. 208. O **dever do Estado** com a educação será efetivado mediante a garantia de *(grifos nossos)*

II. Acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um." *(grifos nossos)*

Em sendo assim, os procedimentos e critérios de seleção que vierem a ser estabelecidos pela UNIFAP, assegurarão a igualdade de condições para todos os candidatos, não podendo admitir qualquer forma de discriminação. Isto deve estar explícito em regulamento e nos respectivos editais.

Admitida essa premissa, os processos seletivos que venham a ser definidos pela UNIFAP, poderão assimilar, como parte do processo, aferições do desempenho do candidato ao longo ou ao final do ensino médio, ou ambos, mas sem restringir a possibilidade de acesso a candidatos que atendam a outros requisitos. Ou seja, os processos seletivos deverão garantir oportunidades de acesso a candidatos que hajam concluído o ensino médio a qualquer tempo e segundo quaisquer das formas admitidas pela lei.

A premissa implica também que não se poderá admitir a "reserva" de vagas para candidatos oriundos de determinados estabelecimentos de ensino médio ou de localidades específicas, a menos que estes participem de um processo público e aberto de competição, isto é, que comporte a avaliação de desempenho dos candidatos por avaliadores externos às instituições de origem e em comparação com candidatos por procedentes de outras origens.

Poder-se-ia admitir processos seletivos em que uma proporção minoritária das vagas ficasse reservada a candidatos oriundos de uma precedência definida mas desde que submetidos a procedimentos de avaliação externos a instituição de ensino e de origem do candidato e que esta procedência definida seja, porém, passível de ser acessada por quem o desejar, tanto quanto o seja o outro mecanismo concomitante de acesso igualmente democrático, previsto para a maioria das vagas. Isto significa que é preciso garantir que os candidatos possam todos estar participando, livremente, de acordo com suas conveniências em um, em outro ou em ambos processos seletivos previstos para a instituição.

Por outro lado, ao estabelecer novos procedimentos de seleção para o acesso, não se pode ignorar a experiência das décadas de aplicação do exame ou concurso vestibular, e a sua evolução ao longo do tempo.

Várias iniciativas que vêm sendo implementadas no contexto da política educacional do governo federal estão dirigidas para a correção de algumas das iniqüidades que ocorrem no ensino fundamental e médio. Dentre estes, destacam-se os procedimentos que buscam avaliar o desempenho escolar dos alunos e identificar as possíveis causas desse desempenho. Nesse sentido, o SAEB – Sistema de Avaliação do Ensino Básico – tem se revelado um importante mecanismo.

Os processos seletivos precisam levar em consideração inovações e incluir **novas formas de articulação com o ensino médio**. Essa articulação deve ser pensada, como mecanismo de superação das diferentes formas de discriminação de caráter sócio-econômico que ocorrem na escola fundamental e média.

O Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM) representa uma possibilidade nova. Sendo de conteúdo único para todo o país, e realizado fora do processo regular de ensino-aprendizagem, oferecerá uma medida parametrizada do conhecimento dominado por todos os possíveis candidatos ao ingresso no ensino superior. O resultado do Exame poderá ser utilizado na medida em que se generalize a adesão ao Exame, tanto de candidatos, como de instituições. Os resultados do Exame deverão ser utilizados como critério complementar no processo de seleção, combinados, por exemplo, com o desempenho do aluno ao longo do ensino médio, acrescido ou não do desempenho em um exame de entrada. No futuro, poderá ser um critério determinante, com a exigência ou não de um desempenho mínimo pré-fixado.

Em assim entendendo e conforme o pensamento do ilustre Conselheiro do Conselho Nacional de Educação Carlos Alberto Serpa de Oliveira é que a UNIFAP, estabelecerá o seu processo seletivo de ingresso nos Cursos de nível superior, tornando como regras principais:

a) Considerar os efeitos sobre a orientação do ensino médio, articulando-se com os órgãos normativos de ensino;

a) Envolver forma de seleção, avaliação de conteúdos e capacidades e admissão que garantam igualdade de oportunidades a todos os candidatos;

b) Aferir a pró-eficiência dos candidatos em língua portuguesa, em qualquer forma de seleção que vier a ser praticada;

c) Divulgar de forma ampla a estrutura do processo seletivo, respeitadas as disposições que emanarem dos órgãos normativos, além da Portaria Ministerial 878/97 e do Decreto Presidencial nº 2.306/97;

d) Divulgar amplamente os resultados.

3.8. DIVULGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO

3.8.1. O Processo Seletivo é divulgado através dos seguintes instrumentos:

a) Publicação de Edital;

b) Catálogo de Cursos;

c) Folders;

d) Outdoor;

e) Mídia (Televisão, Rádio, Jornal e Internet).

O resultado do Processo Seletivo é divulgado por afixação nos quadros de avisos da Universidade.

Concluindo:

Cada IES, tem liberdade para decidir seu próprio processo seletivo, mantendo, entretanto, os demais princípios constitucionais, como os princípios de igualdade, de oportunidade e de seletividade que devem estar presentes em qualquer processo de seleção.

A ciência é uma função da vida. O fim da ciência é a sobrevivência humana. Mas nem sempre é assim.

Só se aprende quando se gosta, quando se ama o que se estuda.

Os vestibulares, como vilões da educação superior no Brasil, não tiram apenas o prazer de estudar, mas também escondem a injustiça que se cometeu no início, pois os pobres são eliminados antes que a corrida comece.

Vejamos, diz Rubem Alves, o eu e o fracasso nos concursos vestibulares provoca:

> *"Os pais começam a se odiar a si mesmos, pensando naquilo que devem ter feito de errado e daí passam a odiar os filhos, convencidos de que se eles se esforçarem acabariam por passar. E os moços começam a odiar os pais, por haverem colocado sobre eles tantas expectativas, e a se odiarem a si mesmos por não serem capazes de passar, como os poucos afortunados." (Rubem Alves)*

4. OS CURSOS SEQÜENCIAIS: UMA NOVA OPORTUNIDADE DE ACESSO A EDUCAÇÃO SUPERIOR

Os cursos seqüenciais por campo do saber, de diferentes níveis de abrangência, pela junção de disciplinas afins, são abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em regulamento próprio a ser aprovado pelo Conselho Universitário e pelas normas emanadas dos Órgãos do Ministério da Educação, além dos dispositivos constantes do Regimento Geral da Universidade.

5. A MATRÍCULA E SEU PLANEJAMENTO

A matrícula é o ato de vinculação do acadêmico com a Universidade e está regulamentada no Regimento Geral.

A matrícula, ato formal de ingresso no curso e de vinculação com a UNIFAP, realiza-se no Departamento de Registro e Registro de Controle Acadêmico – DERCA da Pró-Reitoria de Ensino Superior - PROESU em prazos estabelecidos no calendário acadêmico, instruído o requerimento com a seguinte documentação:

I. Documento oficial de identidade;

II. Título de eleitor;

III. Prova de que está em dia com suas obrigações militares (se do sexo masculino);

IV. Certificado de conclusão do ensino médio ou equivalente;

V. Certidão de nascimento ou casamento;

VI. Duas fotografias 3/4.

No caso de diplomado em curso de graduação, é exigida a apresentação de cópia autenticada do diploma, devidamente registrado, em substituição ao documento previsto no item IV, acima e aceita mediante processo seletivo, em havendo vaga.

A matrícula é renovada nos prazos estabelecidos no calendário acadêmico.

A não renovação da matrícula implica abandono de curso e desvinculação do aluno da Universidade.

A matrícula regular inicial se realiza após a classificação em processo seletivo mediante a apresentação dos documentos exigidos no Regimento Geral da Universidade e divulgados no edital de regulamentação do processo.

Realizada a matrícula dos classificados no Processo Seletivo, após todas as chamadas as vagas remanescentes são destinadas portadores de diploma de graduação superior, devidamente registrado, obedecidas as normas que regem a matéria, emanadas dos órgãos normativos. Considera-se a exigência do processo seletivo, também para a matrícula de portadores de diploma de graduação superior. Procedida a matrícula dos classificados no processo seletivo e dos graduados em curso de nível superior, em havendo vagas remanescentes admir-se-a processo seletivo e conseqüente matrícula dos classificados daqueles que tenham solicitado matrícula por transferência.

As rematrículas, passam pelo aconselhamento ao acadêmico, por parte das respectivas Coordenações de Cursos, objetivando orientação que o possibilite um encaminhamento mais adequado para que o mesmo possa fluir, sempre respeitando o cumprimento dos pré-requisitos.

6. OS CONCLUINTES E POLÍTICA DE EGRESSOS

Fala-se muito em avaliação institucional, a realizar-se, para ser mais correta, por grupos externos à instituição. Entendem alguns, e com muitas razões, que uma inteligência desinteressada julgaria melhor; avaliaria sem interferências. O Governo Federal tem um projeto que desenvolve o processo de avaliação das Universidades Brasileiras: é o PAIUB – Programa de Avaliação das Instituições Universitárias Brasileiras. E com o Exame Nacional de Cursos, criado por Medida Provisória e consagrado pela Lei Federal nº 9.131/95, pretendendo avaliar o produto, avaliar cada curso, seja de instituição pública ou particular, seja de instituição universitária ou de isolada de ensino superior. E o mercado de trabalho (que sempre falou a verdade) vai, certamente, ficar de olho na avaliação dos cursos –divulgado pelo MEC.

A moda hoje é a chamada qualidade total – de que alguns já cuidam, com competência e desde sempre – desde a Arca de Noé. Independentemente de qualquer consideração, a preocupação é importante e há técnicos no assunto, disponíveis para nos ajudar a oferecer o melhor serviço e encontrar o melhor caminho, sob todos os aspectos. Nada mais daquilo de colocar o servente bêbado na Portaria porque ele não sabe varrer e ainda briga com os colegas.

Na UNIFAP, a Política de Egressos está inserida no Sistema de Avaliação Institucional que é tratado mais adiante neste projeto, cuja política além do acompanhamento do egresso no Mercado de Trabalho, orientação para Capacitação Permanente (Pós-Graduação Lato e *Stricto Sensu*, aperfeiçoamentos, participação em seminários, simpósios, congressos), leva em consideração as exigências do Mercado de Trabalho, com vistas a uma adequação de conteúdos programáticos das disciplinas dos diversos cursos.

A Política de Egressos na UNIFAP, será institucionalizada por Resolução do Conselho Universitário.

7. FORMAS DE INTEGRAÇÃO DA GRADUAÇÃO COM A COMUNIDADE

A integração da graduação com a comunidade é o meio pelo qual a instituição contribui, de um lado em favor do desenvolvimento humano e por outro oportuniza ao acadêmico e professores integrados no processo meios para trazer para dentro da UNIFAP realidades concretas das necessidades que se apresentam, fazendo com que surjam perspectivas de desenvolvimento das pessoas. O ensino é indissociável da pesquisa e da extensão.

Do ponto de vista do desenvolvimento humano, o relevante é não apenas a magnitude da expansão da atividade produtiva, mas sua natureza e qualidade. É crucial, portanto, a forma pela qual os frutos do crescimento econômico são partilhados pela população – em particular, a parcela apropriada por seus contingentes mais pobres e o volume de recursos destinados à expansão e melhoria dos serviços públicos, sobretudo os de saúde e educação básica. Assim, a noção de desenvolvimento humano ao mesmo tempo em que enfatiza a necessidade do crescimento econômico, afirma que é preciso enfoca-lo a partir da perspectiva do desenvolvimento para as pessoas.

Dessa forma, a equidade aparece como um segundo componente essencial do desenvolvimento humano: as pessoas devem ter acesso a iguais oportunidades, de modo que

possam participar e se beneficiar dos frutos e das opções criadas pelo processo de crescimento econômico. Contudo, dado à acentuada avaliação de desigualdade observado na maioria das nações, essa equidade não depende apenas da eliminação de eventuais barreiras que possam impedir as pessoas de usufruir plenamente aquelas oportunidades e benefícios, na verdade, a desigualdade e a pobreza são, em si mesmas, as maiores barreiras a essa participação. Por conseguinte, a equidade tem que ser construída através de uma ação positiva (envolvendo sobretudo investimentos em nutrição, saúde e educação), que capacite os contingentes menos favorecidos da população a se integrarem efetivamente na vida econômica, política, social e cultural do país. Nesse sentido, **a noção de desenvolvimento humano significa desenvolvimento das pessoas.**

Cabe chamar a atenção para uma dimensão particular da equidade: é necessário assegurar às gerações futuras a oportunidade de usufruir, pelo menos, o mesmo nível de bem-estar hoje disponível. Portanto, o conceito de desenvolvimento humano tem como seu terceiro componente essencial à noção de sustentabilidade (desenvolvimento sustentável tem sido definido como aquele que satisfaz eqüitativamente as necessidades das gerações atuais, sem limitar o potencial para satisfazer as necessidades das gerações futuras).

A experiência passada sugere que a industrialização, a expansão da fronteira agrícola e a urbanização têm criado pressões significativas na base natural de uma economia, seja pela utilização acelerada de recursos naturais exauríveis, seja pela poluição e degradação da qualidade ambiental. Tal experiência tem implicado que, freqüentemente, crescimento econômico e preservação ambiental sejam apontados como objetivos antagônicos. Essa oposição, no entanto, não pode ser aceita. As nações – e os países em desenvolvimento, em particular – não podem escolher entre crescer ou não crescer. O crescimento econômico é condição necessária para o desenvolvimento humano; no caso dos países em desenvolvimento, é um requisito para a superação da pobreza e para a construção de um padrão de vida digno.

Os seres humanos nascem com certas capacidades potenciais. O objetivo do desenvolvimento é criar um ambiente no qual todas as pessoas possam expandir as suas capacidades e no qual se ampliem as oportunidades da geração presente e das futuras. O fundamento real do desenvolvimento humano é o universalismo do direito à vida.

O paradigma do desenvolvimento humano sustentável é o dos valores da própria vida humana. A vida não é valorizada apenas porque as pessoas podem produzir bens materiais. Nem a vida de uma pessoa vale mais do que a de outra.

No seu nascimento, nenhuma criança deve ser condenada a uma vida curta ou miserável apenas por ter nascido na "classe errada", no "lugar errado".

O desenvolvimento deve permitir a todos os indivíduos desenvolver ao máximo as capacidades humanas e fazer delas o melhor uso em todos os campos econômico, social, cultural e político.

O universalismo dos direitos da vida é o fio condutor comum, que une a busca do desenvolvimento humano com as exigências do desenvolvimento de amanhã, especialmente com a necessidade de preservação e regeneração do ambiente para o futuro. Há uma necessidade ética de se garantir às gerações futura oportunidades iguais às que gerações anteriores desfrutaram. Esta garantia é fundamental para o "desenvolvimento sustentável". Mas sustentabilidade não faz sentido se significar sustentar formatos de vida que conduzam à miséria e à indigência: o objetivo não pode ser o de sustentar, perpetuar, as carências humanas, nem negar aos menos privilegiados de hoje a atenção que estamos dispostos a conceder às gerações futuras. Desenvolvimento e sustentabilidade são, assim, componentes essenciais da mesma ética do universalismo dos direitos da vida, a qual exige equidade para com a geração presente e para com a geração futura. Esta equidade significa oportunidades e não necessariamente resultados finais. Cada indivíduo, bem como cada geração, tem direito a oportunidades que lhe permitam fazer melhor uso das suas capacidades potenciais. A forma pela qual realmente são aproveitadas essas oportunidades, e quais os resultados alcançados, é um assunto que só tem a ver com a escolha que fizerem. Mas têm que ter a possibilidade da escolha agora e no futuro. O". universalismo dos direitos da vida é o fundamento da busca da satisfação das necessidades mais básicas do ser humano. Este universalismo torna as pessoas mais capazes, protege os mais elementares direitos humanos (econômicos, sociais, cívicos, políticos e ambientais), considerando sagrados direitos que vão desde a simples alimentação até o ato de votar.

Dentro deste enfoque é que a UNIFAP, desenvolve ações com vistas à integração - cursos de graduação e comunidade.

O conceito de integração remete à ação de juntar, tornando parte integrante de um todo unitário, pessoas e recursos até então difuso nas instituições. Reúnem-se os indivíduos de

forma harmônica com o objetivo de, dotados de todos de um sentido único de ação, buscarem os mesmos objetivos maximizando a utilização dos recursos disponíveis.

Para que se alcance os pressupostos básicos até aqui explicitados a Universidade desenvolve, de forma continuada, ações junto a Comunidade, capazes de contribuir de forma decisiva em favor do desenvolvimento humano e, por sua vez, de toda a comunidade.

Em assim sendo os programas de extensão universitária se apresentam como o melhor meio para a integração junto a comunidade. **E é desta forma que a UNIFAP pratica a Extensão.**

Simpósios, congressos, seminários, cursos de capacitação e qualificação profissional, palestras, projetos especiais nas áreas da cultura, lazer, esportes e artes, feiras e exposições. São eventos permanentes viabilizadores da integração da graduação com a comunidade.

Estes eventos e certames alcançam ainda mais seus objetivos quando realizados através de convênios, contratos e ajustes com as entidades de classe profissionais, associações representativas do comércio e da indústria além das organizações comunitárias de bairros, setores da comunidade e também com escolas de ensino fundamental e médio, além dos Órgãos Públicos da Administração Direta e Indireta.

A integração aqui preconizada se completa com os programas de extensão justificados mais adiante, neste Projeto Pedagógico Institucional.

A Extensão será objeto de regulamentação por parte do CONSU, mediante Resolução.

8. PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO PERMANENTE

A Universidade desenvolverá plano institucional de capacitação de seus recursos humanos, que tem por objetivo promover a melhoria da qualidade das funções de ensino, pesquisa, extensão e gerência.

Essas atividades são desenvolvidas por meio de cursos de pós-graduação (lato e stricto-sensu), graduação e de treinamento e atualização profissional, voltado para a sua comunidade interna e externa, oportunizando a seus professores e pessoal técnico e de apoio administrativo condições de aprofundamento e/ou aperfeiçoamento de seus conhecimentos científicos, tecnológicos e profissionais.

Para atingir tais objetivos, a instituição desenvolverá programas de:

- Bolsas de estudos para os cursos de doutorado, mestrado, especialização ou aperfeiçoamento, em instituições brasileiras, mantendo para isto convênio com CNPq ou outros órgãos oficiais;

- Concessão de bolsas a recém-graduados, para os cursos de pós-graduação lato-sensu, como incentivo para o ingresso na carreira de magistério da UNIFAP, tendo preferência os ex-monitores. Esta prática ensejará a formação de professores para a própria Universidade, além de atender uma necessidade do mercado docente no Estado;

- Concessão de auxílio para os seus professores e funcionários participem de congressos, seminários, simpósios e eventos similares, em sua área de atuação ou em área afim;
- Oferta de cursos de treinamento e atualização profissional, com bolsas, aos seus funcionários;
- Divulgação e/ou publicação de teses, dissertações, monografias ou outros trabalhos acadêmicos ou profissionais de seu pessoal docente ou técnico-administrativo, através de sua futura editora;
- Oferta de infraestrutura para que os seus professores e funcionários imprimam ou editem suas produções científicas;
- Licença, sem perda do vencimento (integral ou parcial), para participação em programas, externos ou internos, de pós-graduação e/ou de treinamentos profissionais.

Os programas serão previamente aprovados pelo Conselho Universitário na forma institucional, e serão executados pelos departamentos, de acordo com a proposta aprovada.

Os orçamentos anuais ou plurianuais da Universidade, destinarão recursos suficientes para a execução do plano de capacitação.

A qualificação será objeto de Regulamento próprio aprovado pelo CONSU.

9. PERFIL IDEAL DO PROFESSOR DA UNIFAP

9.1. Equilíbrio Emocional – requisito básico para que o professor exerça sua função de forma serena e tranqüila, como forma de alcançar a estabilidade necessária para a tomada de decisões no fazer pedagógico, principalmente nos momentos de conflito em sala de aula. Não esquecer que a Ética e Moral, Maturidade, Companheirismo, Responsabilidade e honestidade fazem parte destes fatores. Não esquecer também que "*os sentimentos são indispensáveis nas decisões racionais e que o cérebro emocional está tão envolvido no raciocínio quanto o cérebro pensante*." (Damásio, março/97).

9.2. Sensibilidade – dentro de um sistema de valores cristãos, o professor deve reconhecer sempre que a pessoa é mais importante que a função e/ou situação em que está inserida. Portanto, deverá culturar e aguçar a sua sensibilidade no sentido de melhor interpretar e compreender os diferentes aspectos que estão inter-relacionados em uma situação de ensino-aprendizagem, quanta a comunicabilidade a política, informabilidade, acessibilidade aos diferentes

níveis, senso autocrítico, sociável, espírito de cooperação e trabalhar em equipe.

9.3. Matriz Referencial – professor educador deverá ser a matriz referencial para o seu aluno, o espelho no qual o aluno se "olha" e se "projeta", onde se abstrai significamente "valores positivos" formadores e modeladores. Seu discurso deve estar refletido na sua prática e sua ação deve ser o reflexo do conjunto de suas idéias e pensamentos. Este movimento dialético deve estar fundamentado na **verdade, na justiça e na igualdade,** visando a construção de uma educação integral, compartilhada e co-responsável no processo ensino-aprendizagem. Também visão holística, capacidade de acompanhar os avanços científicos, ser inovador, ter visão sistêmica, profissionalismo, gerência humanista, competência técnica, reflexivo e pró-ativo e comprometimento.

9.4. Habilidades Necessárias

9.4.1. Segurança – provém do resultado de sua qualificação sistemática, que busca e amplia o seu horizonte intelectual, além de ser o produto das relações que se constroem na socialização do saber, sistematização no saber pensar e expor idéias no universo da Instituição.

9.4.2. Convicção – é decorrente da identificação e do prazer "ser professor". É algo que está implícito na determinação, no empenho, na capacidade comunicativa, na capacidade de analise e síntese, no discernimento e que se harmoniza pelo gosto de se estar fazendo o que realmente se quer.

9.4.3. Entusiasmo – é o resultado de sua identificação com a profissão e com a Instituição, aliado à convicção de ser um profissional coerente, sereno,

motivado para realizar projetos, otimização das idéias; criar expectativa, produto de sua opção consciente;

9.4.4. Parceria – é o resultado de sua interação com a Instituição de forma responsável e compartilhada na procura da qualidade do ensino através dos projetos que venham inovar e qualificar melhor a Instituição, articulações interinstitucionais, empresariais e internacionais.

9.4.5. Conhecimento – resultado da apropriação da ciência e da técnica, de forma elaborada e sistematizada, e da experiência (aplicação, interpretação) deste saber para a compreensão das relações que se produzem no mundo. Este conhecimento é utilizado como elemento estimulador e gerador de novas idéias, é colocado de forma articulada e solidária com vistas ao atendimento da realidade existente, socializando a produção científica e incentivando a pesquisa e extensão.

Ao se delinear o PERFIL DO PROFESSOR da UNIFAP, deve ressaltar o que se espera deste profissional como requisitos básicos para o desempenho de sua função.

9.5. Relacionamento Interpessoal – base para o exercício profissional. Compromisso profissional: pontualidade e assiduidade, valorização profissional (professor x aluno), remuneração, transparências nas ações, postura política e consensual, postura ética perante seus pares e discentes, mediador de situações polêmicas, não omisso no seu fazer profissional, respeito nas relações interpessoal e entre professores e alunos, capacidade de intervir na relação homem-ambiente preservando os valores ambientais e culturais, garantia nos cursos a adequação dos conteúdos à realidade amazônida para a formação profissional integrado a realidade local e globalizada, garantia da fundamentação teórica básica de cada área de conhecimento, garantia e possibilitar a formação humana-técnica política e sócio-econômica, desenvolver a capacidade de apropriar, construir e reconstruir o conhecimento

de forma a intervir na realidade em busca da consolidação da cidadania, desenvolver a capacidade de leitura das diversas realidades que o rodeia; quanto ao confronto de pluralidade de idéias, respeitando os valores e configurando o caráter ético na tomada de decisões, fomentar a cultura da paz e da solidariedade como premissa para uma sociedade justa, preparar o profissional para conviver com as diversas formas culturais da Amazônia, formação humanista e crítico-social, através da convivência do quotidiano (extra muro), predomínio do humano e do ambiental sobre o econômico. Importante para sua auto-estima e fator que determina o bem-estar, sua eficiência, suas atividades e seu comportamento

9.6. Identificação com a sua Função Docente – valoriza a sua profissão e seu grupo de trabalho. Busca a sua elevação social e cultural através da aquisição do conhecimento. É uma relação onde estão contemplados certos valores, com a ética e a consciência de responsabilidade, de forma a contribuir na construção da ciência, da sociedade e da própria vida.

9.7. Condições Profissionais – a identificação pedagógica não é suficiente, é preciso que seja reforçada por técnicas profissionais como a de conhecer profundamente sua área de formação e atuação, com preocupação constante em buscar novas descobertas em suas áreas, compreendê-las e colocá-las em prática.

9.8. Vocação Pedagógica – o professor deve pertencer ao tipo de criatura humana e social, que lidera e valoriza sua profissão e seu grupo. A vocação pedagógica se desdobra em:

9.8.1. Amor Pedagógico – é um amor a serviço da elevação cultural e do conhecimento de seus educandos, na interação afetiva com o conteúdo e com os alunos, aceitar cada aluno como ser singular, considerar as

especificações de cada turma e resgatar a auto-estima do corpo ao relação ao censo.

9.8.2. Sentido de Valores – seu trabalho deve ser orientado para a vivência, juntamente com seus educandos, dos valores da ética e da cultura como elementos que contribuem para a construção da ciência, da sociedade e da própria vida, levando a despertar a clientela para a importância social do aluno, a fortalecer o compromisso com a educação pública, a respeitar a dignidade humana (humanização das relações) e levar em consideração que o sentido de valores reflete a visão de como a universidade pretende atuar, de forma dinâmica, moderna e eficaz, na pesquisa e na extensão, implementando qualidade na educação, através de ações solidárias e empreendedoras, com o objetivo de ser uma universidade de referência nacional.

9.8.3. Consciência de Responsabilidade – é preciso que o educador tenha como referencial de sua ação o comprometimento com as obrigações inerentes à própria profissão e que estão relacionadas com a disciplina, com o aluno e com a Instituição. O educador que tem uma consciência de responsabilidade deverá observar algum tópico necessário para a realização de suas atividades em sala de aula, assim como: pontualidade, assiduidade e compromisso acadêmico com seus alunos. Além disso, o educador tem o dever de preparar-se para ministrar suas aulas, mostrando segurança e domínio do conteúdo e ao mesmo tempo respeitando e acatando as idéias do grupo.

Para isso, o professor deve buscar permanentemente a especialização na disciplina e a preocupação com a ampliação de sua titulação. Aliadas a essas técnicas, alegria e o bom humor são qualidades necessárias ao bom educador para que possa haver **confiança, espontaneidade** e **idealismo** no convívio entre professor e aluno.

9.9. O Compromisso Social do Professor com a Universidade

- Estar identificado com a Universidade através do conhecimento da filosofia educacional, seus objetivos e metas.

- Ser um divulgador da UNIFAP, através da participação com sua produção científica em eventos nacionais, regionais, estaduais e internacionais.

- Colocar seus conhecimentos, suas habilidades profissionais e seu esforço pessoal como parceria da UNIFAP na busca da excelência.

- Participar das ações e eventos propostos pela Universidade no sentido de somar esforços, fortalecendo o ensino e conseqüentemente, reforçando a identidade cultural, social e científica da mesma.

- Procurar permanentemente ampliar a sua titulação, no sentido de se adequar às metas propostas pela UNIFAP para o seu quadro de docentes.

9.10. Atividades Administrativas

O docente, enquanto profissional da Instituição, deverá desempenhar de forma integrada e articulada as questões administrativas/pedagógicas decorrentes da sua função, observando as orientações e as normas estabelecidas pelos órgãos administrativos, especialmente no que se refere ao:

- Encaminhamento, ao coordenador de curso no início de cada período letivo dos programas de ensino e de atividades a seu encargo;
- Registro permanente da matéria ministrada no diário de classe;
- Registro da freqüência dos alunos às aulas programadas;
- Encaminhamento, no final de cada avaliação dos resultados do trabalho escolar dos seus alunos em termos de freqüência e aproveitamento;
- Informar aos alunos os resultados obtidos em suas avaliações;

- Cumprimento de encargos, como participação em reuniões, comissões, colegiado de curso e outros eventos decorrentes do interesse do ensino, da pesquisa e da extensão quando for convidado e/ou convocado;
- Cumprimento do calendário escolar programado;
- Cumprimento do horário integral das aulas;

Todas as questões administrativas/pedagógicas são formalidades necessárias para o desenvolvimento e funcionamento da Universidade, e devem fazer parte do **"FAZER BEM DO PROFESSOR".** A compreensão das mesmas é parte da sensibilidade e capacidade de cada professor de se inserir integralmente no contexto da Universidade Federal do Amapá.

10. O FUTURO

A UNIFAP entende que “ensinar exige compreender que a educação é uma forma de intervenção no mundo” (Freire, 1917, p.110). E, como tal, requer um profundo conhecimento da realidade, uma consciência crítica apurada, de forma que se estabeleçam os diferentes vínculos entre passado e presente, como produto de um saber sistematizado aliado a uma visão projetada em um futuro cujo limite do conhecimento não tem fronteiras.

O Futuro do Professor na UNIFAP:

- Desenvolver pesquisa atrelada ao ensino;
- Estimular os alunos para o campo científico;
- Participar da instituição de forma crítica;
- Ser um cidadão professor pesquisador.

A extensão universitária deverá ser pautada no respeito a vida e diversidade cultural local, tendo como ponto de partida o homem, sua inserção no contexto social e a melhoria de sua qualidade de vida.

A missão da universidade enquanto instituição pública, deve vir pela melhoria de qualidade de vida do homem em todos os seus aspectos, quais sejam o saber, a saúde, na inserção

do contexto social, zelando pela qualidade do seu habitat e da produção dos conhecimentos científicos, como a forma eficiente dos conhecimentos científicos como a forma eficiente de formação do bem-estar social.

A Universidade Federal do Amapá comprometida com a sociedade, com a democracia e com o futuro, quer ter, nos seus docentes parceiros na qualidade, visando construir uma Instituição que rompa definitivamente com os velhos paradigmas positivistas/funcionalistas e se estruture em um novo paradigma – o da sociedade do conhecimento – processo e produto.

Para atingirmos nossa meta a UNIFAP está se organizando, se estruturando, procurando estabelecer uma base administrativa/pedagógica que dê o suporte para que o ensino nas suas unidades tenha um diferencial, projetado na competência "do saber fazer" e na presença da "ética", como dimensão desta competência.

Entendemos que a tarefa do ensino na UNIFAP é a formação/capacitação dos discentes, de forma que possam cumprir múltiplas funções e tarefas no conjunto da sociedade. Devem ser indivíduos 'ágeis' no 'pensar' e habilidosos no 'fazer'. Que sejam líderes positivos, que promovam o crescimento individual e coletivo de seu grupo e, principalmente, que tenham uma sólida formação humanista, reforçada por valores positivos.

Esta parceria de ensino da Universidade e do docente, elemento principal no processo de formação do indivíduo, será o sinônimo do crescimento e da projeção da Instituição.

11. CORPO DISCENTE

11.1. Sistema de Acompanhamento e de Orientação Pedagógica

O Corpo Discente da UNIFAP merece especial atenção desde o primeiro contato com a Universidade – no processo seletivo.

A UNIFAP mantém um setor encarregado do apoio, acompanhamento e de orientação pedagógica que se encarrega destas ações junto aos acadêmicos.

De acordo com o seu Regimento Geral, ficam fixados os direitos e deveres do Corpo Discente que são os seguintes:

> "**Art. 281** – O corpo discente da UNIFAP organiza-se em um Diretório Central dos Estudantes – DCE, Diretórios e Centros Acadêmicos – DA´s e CA´s e Associações, para integração de seus membros e defesa de seus direitos.
> **Parágrafo único** – As entidades de representação são independentes e autônomas, sendo organizadas por seus próprios Regimentos.
> **Art. 282** – Os alunos da UNIFAP considerados regulares tem direito à representação nos órgãos colegiados, na forma da lei vigente.
> **Art. 283** – A indicação de representantes será feita por eleição organizada:
> I) pelo Diretório Central dos Estudantes para o CONSU e demais Colegiados que assim exigem;
> II) pelos respectivos Centros Acadêmicos para o Colegiado de Curso.

Art. 284 – O ato da matrícula implica o estudante no compromisso de respeitar o Estatuto, este Regimento Geral e os regimentos específicos, bem como as Resoluções dos Conselhos Superiores."

Os alunos do curso de graduação podem atuar como monitores, em cooperação com o corpo docente, e sob a responsabilidade dos departamentos, através de professor designado, não criando vínculo empregatício, conforme regulamento a ser aprovado por Resolução do Conselho Universitário.

Deverá ser criado por Resolução do CONSUN o Núcleo de Apoio Discente, integrado ao Apoio Docente sintonizados pelo mesmo objetivo: "Favorecer o professor e o aluno na busca de um ensino por excelência", da melhoria da qualidade e do processo ensino-aprendizagem.

É mister que este apoio seja de fato um sustentáculo para o professor e especialmente para o aluno.

O apoio discente deve funcionar como uma bússola norteando os passos dos acadêmicos dentro da Instituição.

Este apoio discente terá como funções precípuas:

- Estimular os acadêmicos a freqüência às aulas e a participação nas atividades curriculares e extracurriculares bem como atividades complementares de estudos, pesquisa e extensão.
- Conscientizar quanto a conservação do patrimônio institucional;
- Distribuir calendário acadêmico, grade horária e outros comunicados emanados da direção e/ou coordenação de cursos;
- Orientar quanto ao número de faltas às aulas, bem como os casos que são permitidos exercícios domiciliares.
- Controlar o empréstimo dos multimeios da instituição de acordo com a necessidade dos professores e quando necessário dos alunos;
- Orientar quanto à sistemática dos meios governamentais de financiamento dos estudos;
- Relacionar-se com os acadêmicos de forma amigável buscando sobretudo a valorização do ser humano;

- Comunicar quanto aos horários de provas, substituição de avaliação e exame final, bem como entregar provas, trabalhos ou quaisquer objetos de natureza semelhante;
- Promover ações que visem incentivar e motivar os acadêmicos quanto à freqüência às aulas, assiduidade, pontualidade e em especial a continuidade dos estudos procurando evitar a evasão.

O Apoio Discente deverá ser exercido por um profissional de nível superior possuidor de experiência escolar e demonstre habilidade necessária para as relações interpessoais com os acadêmicos e demais integrantes do Corpo Social da Universidade.

11.2. Programa de Iniciação Científica

A pesquisa na Universidade se caracteriza por propostas de investigação da práxis pedagógica como foco central em um movimento de articulação ensino-pesquisa, bem como a construção do conhecimento, voltada para os interesses da comunidade na sua área de influência. **A definição das linhas de pesquisa que atendam as necessidades dos cursos e da comunidade será feita conjuntamente com a Pró-Reitoria de Pesquisa, Intercâmbio Científico e Tecnológico, Departamentos e Coordenações de Cursos e sujeitar-se-ão a Regulamento próprio aprovado pelo Conselho Universitário.**

11.3. Podem Participar deste Programa:

a) alunos de Cursos de Graduação, regularmente matriculados em disciplina(s) profissionalizante(s);

b) alunos de pós-graduação, regularmente matriculados.

O aluno só poderá participar, no mesmo período, de um único projeto neste Programa.

A pesquisa é orientada e acompanhada em todos os momentos por um profissional vinculado a Universidade. Este profissional, para o presente propósito, é denominado Professor-Orientador.

No projeto figurará como professor-orientador o profissional que, após entendimentos entre eles e o interessado, for indicado pelo aluno e homologado pelo Coordenador do Curso no qual o aluno está matriculado.

11.4. A UNIFAP ao definir as Linhas de Pesquisa, estabelecerá:

- Auxiliares de Pesquisa;
- Bolsistas de Iniciação Científica: alunos dos cursos de graduação, regularmente matriculados em disciplinas profissionalizantes, em dia com suas obrigações perante a Instituição e com o bom aproveitamento acadêmico;
- Bolsista de Aperfeiçoamento Científico: alunos de pós-graduação, regularmente matriculados, em dia com suas obrigações perante a Instituição e com bom aproveitamento acadêmico.

11.5. Sistema de Monitoria

A função de monitor tem como objetivo estreitar os vínculos entre professores e alunos, e despertar, entre estes, vocações para o ensino e a pesquisa **e será regulamentada através de Resolução do CONSU.**

11.6. Ao Monitor poderão ser atribuídas as seguintes atividades:

a) apoiar e orientar em experiências, projetos e coleta de dados;

b) ajudar os alunos em suas dificuldades de aprendizagem;

c) preparar o material didático necessário;

d) elaborar exercícios práticos;

e) colaborar na preparação e execução de seminários e outras atividades assemelhadas.

As atividades do Monitor distinguem-se do estágio supervisionado pelo fato de acontecerem em todo e qualquer curso e no decorrer deste.

O Coordenador de Curso ou Chefe de Departamento interessado na utilização dos serviços de Monitor deverá apresentar à Pró-reitoria de Ensino Superior, através da Coordenação de Curso, um plano de trabalho no qual conste:

a) o número de Monitores necessários;

b) as atividades previstas;

c) a carga horária.

A regulamentação da função de Monitor será disciplinada em Resolução do Conselho Universitário.

11.7. Formas de Participação e Representação do Corpo Discente nos Colegiados da Universidade :

- No Conselho Universitário;
- No Conselho Diretor;
- Na Comissão de Avaliação Institucional;
- Nos Comitês de Avaliação Específica de Cursos;
- Nos Colegiados de Curso;
- Nos Departamentos.

11.8. Direitos e Deveres do Corpo Discente:

São direitos e deveres dos membros do corpo discente:

I. Freqüentar as aulas e participar das demais atividades curriculares;

II. Utilizar os serviços postos à sua disposição pela UNIFAP;

III. Recorrer de decisões de órgãos executivos e deliberativos;

IV. Zelar pelo patrimônio da UNIFAP.

12. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-ACADÊMICA: O PROJETO PEDAGÓGICO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO

12.1. Sistema de Registro e Controle Acadêmico

Os registros acadêmicos são totalmente informatizados.

1) Estrutura da Organização Didático-Acadêmica

A escrituração escolar e arquivo consistem em:

- registrar os fatos relativos à vida escolar de cada aluno em particular;
- guardar os documentos concernentes e estes fatos (arquivo)

A Universidade dispõe de um Departamento de Registro e Controle Acadêmico que tem como competência principal à escrituração, quer da Universidade, quer de cada aluno em particular. Adota os seguintes documentos na escrituração escolar:

a) Requerimento de matrícula;

b) Diário de Classe que inclui entre outros, os seguintes elementos essenciais:

- relação completa dos alunos da turma, procedida do número de ordem;
- colunas verticais para o registro diário da freqüência;
- coluna vertical para o lançamento do total de presenças de cada aluno;
- colunas verticais para o lançamento dos resultados da avaliação;

- discriminação da matéria lecionada em cada aula;
- indicações do total de aulas dadas e previstas;
- atas de resultados finais;

c) Ficha individual ou cumulativa da vida escolar de cada aluno de acordo com o currículo pleno do curso;

d) Histórico escolar;

e) Certificado ou Diploma (emissão, registro e controle)

f) Avaliação de atualização dos dados controlados;

g) Facilidade de acesso dos usuários às informações: sempre que solicitadas;

h) Qualificação e idoneidade das pessoas responsáveis: conforme registro no MEC;

i) Diário de Classe: controle diário;

j) Registro de Diplomas e Certificados.

12.2. Planejamento de Ensino de Graduação

Quando se pensa a relação da escola com a sociedade, são possíveis pensamentos diversos. Obviamente, qualquer um deles representa corrente de interpretação (com fundamentação filosófica, científica, ideológica ou do senso comum) e é portanto, parcial. Uns abrangem mais elementos explicativos, sendo deste modo, mais completos e globalizantes. Outros, por contemplarem menos elementos na análise, são mais restritos e pobres.Todos, a seu modo, contêm verdade mais ou menos ampla, explicando, portanto, de maneira mais ou menos clara a realidade.

Há uma primeira interpretação, completamente ingênua, mas bastante coerente a de que a escola (toda a educação, para alguns), quando bem conduzida é responsável pelo bom andamento social. De tal modo isso é pensado que é comum a afirmação de que boa escolarização produz bons cidadãos, boas pessoas. Essas pessoas, com a responsabilidade que a escola lhes teria passado, produziriam uma boa sociedade.Mas como não temos uma boa educação, não temos uma boa sociedade.

Mais pelo seu modo geral de se expressar do que por definições muito explícitas, sabe-se que uma boa sociedade é aquela em que a harmonia esteja presente a custo de qualquer outro valor e na qual o conflito não apareça sob forma alguma. São, em geral, pessoas

conservadoras, aliadas a muitos professores que buscam o significado de seu trabalho na integração dos jovens aos valores sociais mais salientes (do ponto de vista do senso comum ou da ideologia). Acreditam na desigualdade entre as pessoas: sempre haverá pobres e ricos, ignorantes e sábios, chefes e súditos... e isso faz parte da natureza humana. Assim, é bom quem cumpre o seu dever, isto é, quem trabalha com força e energia, de maneira responsável ocupando, sem reclamar, seu lugar na pirâmide social.

Esta pirâmide social não deve ser questionada, porque é "assim mesmo." O máximo que se pode fazer (isto é desejável e é a função da educação) é esforçar-se por ascender nesta pirâmide com o próprio esforço e até com o lema "amigos, amigos; negócios à parte." Para este modo de pensar escola e sociedade se relacionam de tal modo que um bom sistema escolar constrói uma sociedade boa.

Uma segunda interpretação da relação escola-sociedade é feita a partir de um ponto de vista, de um critério, elemento eu não estava de forma explícita na primeira. Este critério é uma finalidade: o desenvolvimento. Se naquela grande utopia (palavra que nem lá nem aqui seria aceita) era a harmonia e o consenso, nesta, é uma finalidade mais ousada e claramente expressa: o desenvolvimento. Se não se consegue circunscrever de modo específico os que defendem a primeira interpretação, nesta segunda alinham-se os economistas, outras pessoas interessadas em crescimento econômico e muito (ou poucos?) professores menos idealistas. A educação, a escola em particular, direciona a sociedade porque "educação é investimento, porque a sociedade cresce, desenvolve-se na proporção direta do investimento, em educação". É preciso, assim, dirigir a escolarização, a fim de que ela responda às necessidades de desenvolvimento da sociedade. A escola é indicada como investimento para a formação de mão-de-obra.

Estas duas correntes, com possibilidade de várias subdivisões, conforme elaborem pensamentos específicos sobre necessidades sociais, acreditam basicamente que a relação entre escola e sociedade é a de que são possíveis transformações sociais a partir de mudanças na escola ou, dito de outra maneira, que é possível introduzir alterações significativas na escola sem que tais alterações estejam antes na sociedade. O investimento em educação é imprescindível, segundo essas correntes, porque entendem que a escola "boa" é causa de uma sociedade "boa". A primeira diria, como exemplo, que as pessoas são mais importantes do que as estruturas para uma mudança e a Segunda que o Japão é rico porque investiu na escolarização. Nunca reconheceriam os primeiros

que as estruturas de vida nem os segundos, que o Japão investiu mais em educação porque mais se desenvolveu.

É preciso ressaltar ainda que cada uma das interpretações contém verdade; o que as faz muito frágeis é o fato de que o ponto de vista de que partem é muito restrito, o que as torna tão parciais que já pouco explicam da realidade.

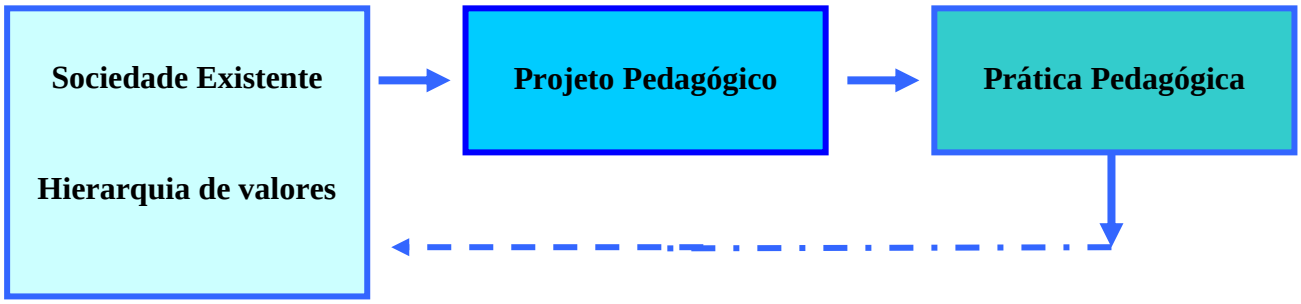
A terceira interpretação é completamente oposta no que diz respeito ao entendimento sobre a relação escola/sociedade. Enquanto as duas primeiras sublinham a força da escola, esta terceira diz que a escola é simplesmente uma função da sociedade, ou seja, as escolas serão reflexo da sociedade naquele determinado momento.

É um pensamento que nasce da reflexão dos sociólogos e que tem, como critério de análise, a busca da igualdade social. Perguntam-se os adeptos desta corrente: as escolas podem ajudar na igualdade social numa sociedade de desigualdades como a nossa? E a resposta lhes parece óbvia: não, nenhum sistema educativo pode, naqueles pontos que são verdadeiramente importantes, ser significativamente diferente (melhor ou pior) do que é esta mesma sociedade.Neste sentido é que um processo educacional tomado como um todo e, especialmente, o escolar, nos seus processos e efeitos globais, é reprodução.

Muitos autores trabalham bem estas idéias.

Uma sociedade tem uma hierarquia de valores, tem seu projeto pedagógico global, tem sua prática educativa, tudo para que esta contribua com a confirmação daquele tipo de sociedade que a criou.

Representamos isto graficamente, da seguinte forma:



Esse esquema parece bem claro para não trazer dúvidas. Se pensarmos qualquer sociedade e examinarmos seus processos educacionais, vamos descobrir que estes são reflexo da hierarquia de valores muitas vezes ideológica-daquela sociedade. Às vezes, o projeto educativo é explícito e a relação causa-efeito no processo de reprodução é consciente; outras se escondem ideologicamente todo o processo e os discursos são noutra direção, exatamente para que as pessoas pensem que estão fazendo outra coisa e não reproduzindo uma hierarquia de valores com que não concordam.

Há assim, possibilidade de caracterizar as pessoas que trabalham em educação tendo como critério o modo como percebem esta situação e a prática que nela realizam.

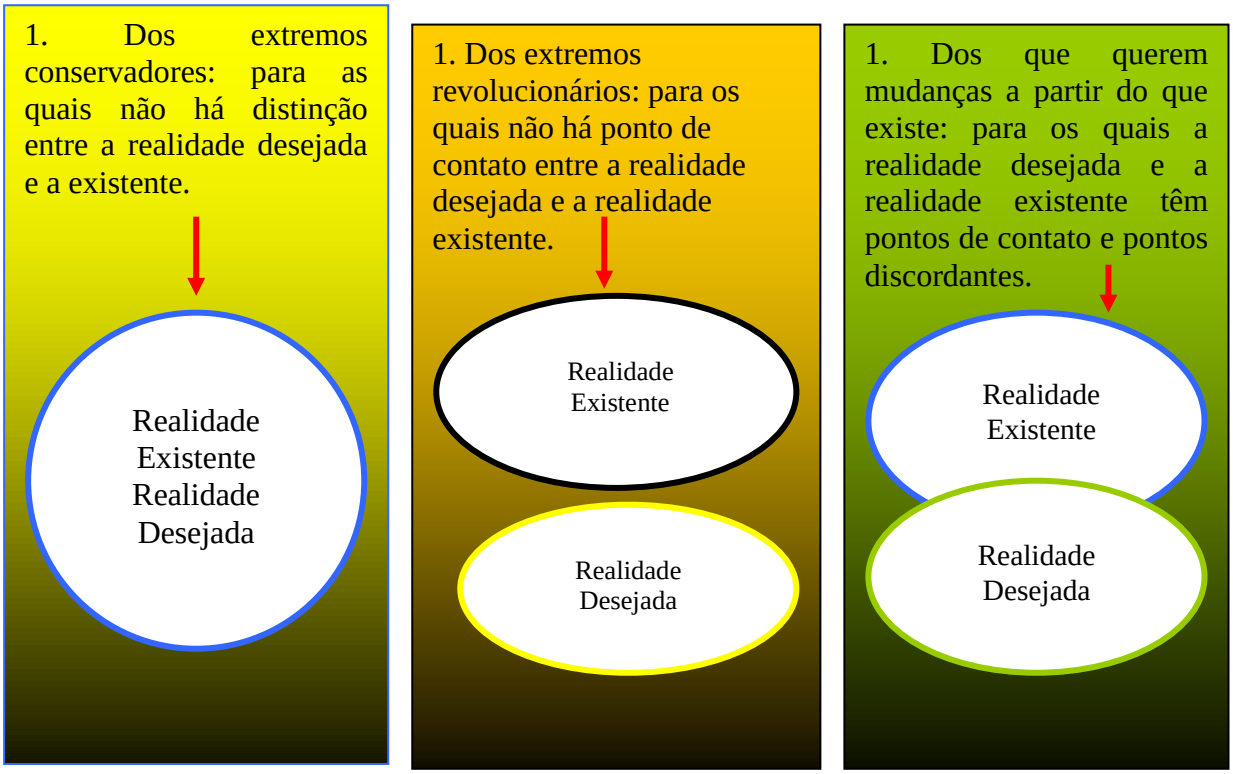
1. Os que não se dão conta da incoerência entre o que se diz e o que se faz. Pertencem, geralmente, ao grupo que acima chamei de conservadores; sentem, muitas vezes, uma insatisfação em seu trabalho mas não sabem bem sua origem.Tentam soluções, sempre parciais, na linha do planejamento operacional (ver "Planejamento e Administração: a busca dos meios no rumo dos fins"). Não têm propostas globais nem sonham que poderiam existir. Muitos se apavoram quando se os ajuda a descobrir isso; outros compreendem e mudam suas perspectivas.

2. Os que se dão conta desta situação, mas que, por comodismo, por interesse, por "boa vontade" ou por convicção, desejam que tudo siga como está. Alcançam o planejamento operacional e, muitas vezes, são eficazes nisto. De muitos deles pode-se dizer que chagam ao planejamento político-social porque investem na globalidade e no médio prazo, esforçando-se para que não se alterem as estruturas básicas da sociedade.

3. Os que dão conta desta prática reprodutiva, estudam-na e quer transformações de maior ou menor envergadura. Há, os que pensam que não há saída e realizam ações esporádicas e desarticuladas; os que se assustam e nada realizam; os que assumem atitudes revolucionárias extremas, querendo destruir tudo e inteiramente, para uma nova estrutura global; os que se propõem a uma luta

global de transformação, a partir do que existe, do que é possível e do que é oportuno.

Do ponto de vista prático incluindo todas as possibilidades – dos que se dão conta e dos que nem suspeitam que não fazem o que querem temos três tipos de ações.



Quadro "B"

Obviamente a alternativa mais promissora para a existência do planejamento político-social é a C. Nas outras duas, ou o grupo (instituição, movimento) tem uma proposta tão conservadora (A) que não deseja nenhuma mudança que não seja funcional e quer apenas aperfeiçoamento; ou tão revolucionária (B) que perde o contato com a realidade e já não pode fazer mudanças a não ser pelas armas. No caso da alternativa C, as duas realidades podem superpor-se de tal maneira que se aproxime situação A ou distanciar-se tanto que quase chegue ao caso B.

De qualquer modo, o posicionamento representado por C supõe dar-se conta ou não da incoerência do fenômeno da reprodução, mas supõe, sobretudo, a deliberação prática de produzir

mudanças na realidade social existente tendo como meio o campo de trabalho em que se atua. Sua análise nos ajuda a compreender a vitalidade do planejamento – sobretudo do político-social e, na prática, como se realiza a reprodução e quais as possibilidades de uma ação transformadora.

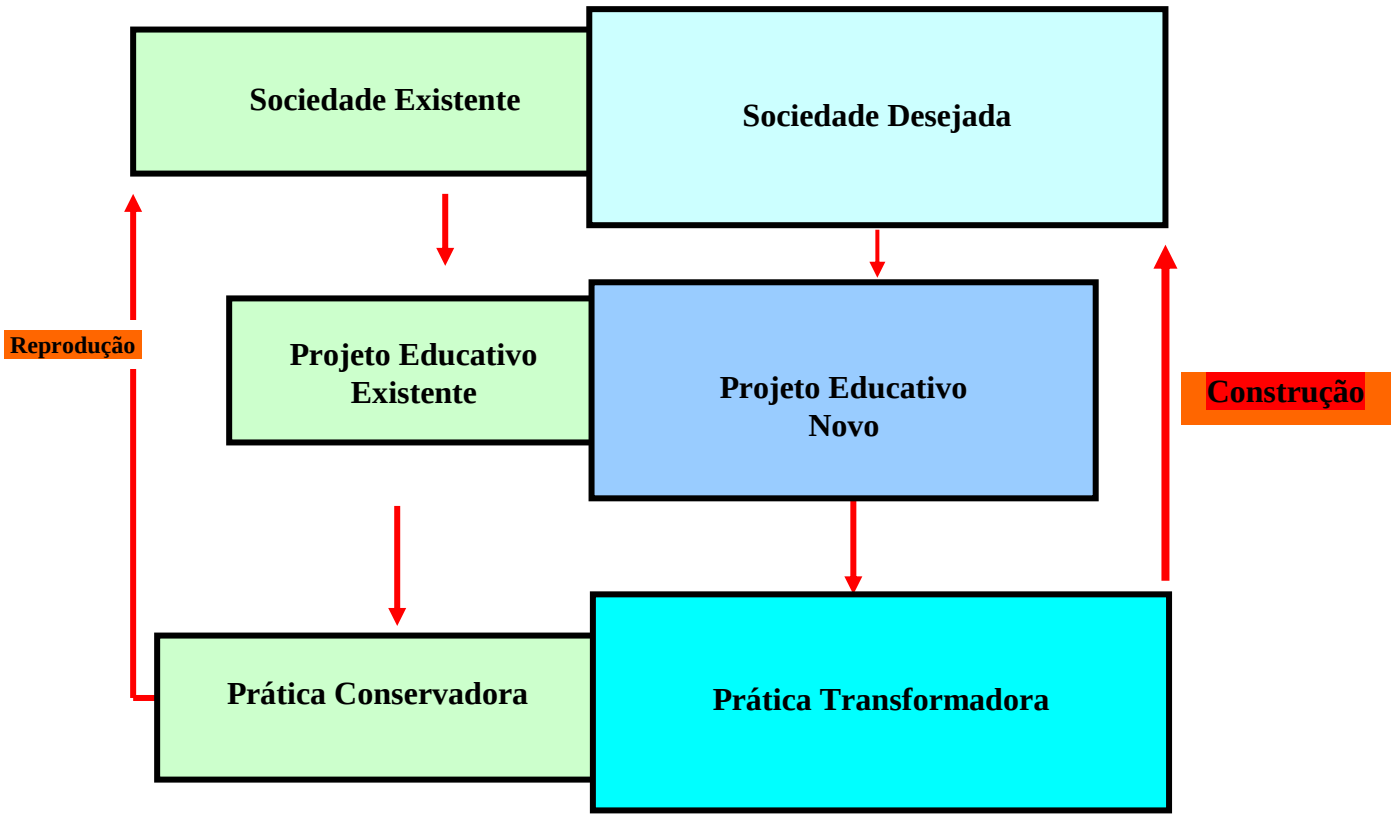
A UNIFAP opta pela proposta 3 do quadro anterior, comprometido com um programa de trabalho que busca uma transformação social.

Desde logo, querer uma transformação não é tudo: são necessárias uma proposta consistente e uma metodologia adequada para alcançar algo. Sabe-se que somente quando idéias e valores se encontram em vias de maturação e, por isso, sejam buscados por distintos setores e por muitos grupos, movimentos e instituições é que podem vingar numa sociedade. Não cabe aqui discutir alternativas como a da força ou outras que busquem manter o povo na consciência ingênua ou mítica como, por vezes, acontece em campanhas nos meios de comunicação social.

Falamos da transformação que envolve o crescimento da consciência crítica. Compreendemos que se encontram num processo de reproduzir. Se as pessoas envolvidas não querem viver esta função sem questionamento, é radicalmente importante um posicionamento firme, claro e eficaz da impor a seu trabalho um cunho transformador.

Como pode ser feito? Através de um **processo de planejamento** no qual o mais importante seja a tensão, a dialética entre a realidade existente e a realidade desejada. Assim, na luta de forças que é normalmente qualquer sociedade, há tempos em que ele é homogêneo porque há uma hierarquia de valores razoavelmente reconhecida pela grande maioria ou é mantida submissa por ditadura ou por esquemas demasiadamente concordantes dos meios de comunicação social; neste caso, instituições, grupos ou movimentos pouco ou nada podem fazer pela transformação social. Mas, no geral, há, nas sociedades, idéias divergentes, hierarquias de valores contraditórias; é sobre esta situação que se dá a possibilidade de transformação; esta possibilidade baseia-se na reprodução do diferente, do que não é hegemônico, para reforçar-lo, para faze-lo crescer, para contribuir na construção de uma nova sociedade, dentro, é claro, dos limites de poder e força e, sobretudo de convicção e de capacidade de luta de quem deseja a mudança. De fato, não é possível criar sociedade, através do processo de reprodução consciente e livre.

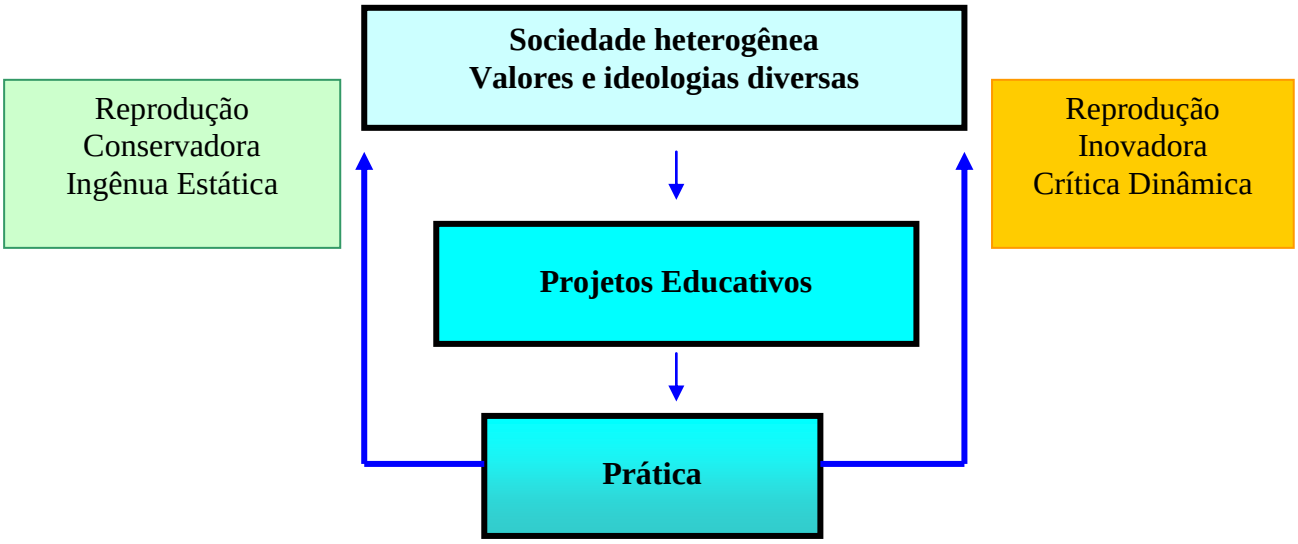
O processo de luta, na participação com outros agentes sociais, para fortalecer hierarquias de valores que interessem à instituição que se planeja, pode ser representado por um quadro.



Quadro "C"

O quadro "C" tenta mostrar processos diferentes de prática na relação entre a sociedade global e suas instituições, grupos e movimentos: reprodução ingênua e conservadora, por um lado, e reprodução crítica e transformador, por outro. Vale a pena pensar um novo quadro, que mostre isto de maneira mais exata, dentro dos limites que apresentam os modelos de explicação da realidade. O processo é menos maniqueísta do que possa indicar o quadro "C": a sociedade existente e a sociedade desejada estão muito mais acordoadas e tudo o que segue tem esta mistura. Dentro dela, por um processo de planejamento, pessoas, grupos, movimentos e instituições escolhem seus caminhos, mas, fundamentalmente, sua utopia.

O seguinte quadro explica de maneira mais adequada o que acontece na realidade e na prática.



Quadro "D"

Entende-se pelo Quadro "D", que muitos pensamentos e muitas correntes estão representados nesta sociedade heterogênea, permitindo avanços e, principalmente, possibilidades de alianças e de aprendizagens. Quanto mais claras, consistentes e fruto de consciência forem as propostas de utopia (sociedade desejada), mais possibilidades haverá para uma ação própria e adequada a esta utopia.

Há problemas teóricos e práticos nesta concepção. Sua vitalidade e força derivam, por um lado, de sua capacidade de interpretar o real e, por outro, das possibilidades que abre para o planejamento estratégico (político-social) no Instituto.

Com estas colocações a Universidade, procura adotar um processo de Planejamento do Ensino de forma participativa, envolvendo a comunidade acadêmica como um todo, os órgãos representativos da sociedade, entidades de classe e órgãos governamentais.

O modelo de Danilo Gandin, nos parece bastante adequado para ser adotado pela Universidade.

Aspectos a considerar	Significado de cada parte	Modelo (esquema) do plano
a) Realidade global existente	Diz como o grupo percebe a realidade global em seus problemas, desafios e esperanças.	1.1. Marco situacional
b) Realidade global desejada	Expressa a utopia social, o "para que direção nos movemos" do grupo. Expõe as opções sobre o homem e sobre a sociedade e fundamenta essas opções em teoria.	1.2. Marco doutrinal
c) Realidade desejada do campo de ação e (sobretudo) da instituição (grupo ou movimento) em processo de planejamento	Expressa a utopia instrumental do grupo. Expõe as opções (em termos ideais) em relação ao campo de ação e à instituição (grupo ou movimento) e fundamenta essas opções em teoria	1.3. Marco operativo
d) Confronto entre C e D	Expressa o juízo que o grupo faz da sua realidade, em confronto com o ideal traçado para seu fazer. Deste julgamento (avaliação) ficam claras as necessidades da instituição.	I.Diagnóstico Necessidades
e) Realidade institucional existente	São a realidade e a prática específica da instituição	Subsídios para o diagnóstico
f) Transformações propostas para a realidade institucional existente no período do plano.	Propõe 1) ações; 2) comportamento, atitude; 3) normas e 4) atividades permanentes para modificar a realidade existente (da instituição, do campo de ação e, indiretamente, a global), para diminuir a diferença entre C e D	II. Programação Objetivos Políticas Estratégias Determinações gerais Atividades permanentes

Quadro "E"

Assim, diante destas reflexões a UNIFAP vê o Planejamento de Ensino em três níveis interdependentes entre si e perfeitamente condizentes com o Planejamento Estratégico da Universidade, sabendo que o estágio atual de desenvolvimento da Humanidade exige que os homens se valham intensamente de suas capacidades de reflexão e de planejamento. Mediante a reflexão, o homem interpreta a realidade em que vive de forma cada vez mais aprimorada,

favorecendo, assim, condutas inteligentes nas situações novas que lhe são apresentadas. Mediante o planejamento, o homem organiza e disciplina sua conduta, tornando-se capaz de desempenhar atividades cada vez mais complexas.

Nos tempos atuais tudo requer planejamento. Desde as complexas ações governamentais em campos como os da economia, segurança e educação até simples atividades, como a realização de compras num supermercado ou um passeio de automóvel.

O planejamento assume tamanha importância a ponto de se constituir como objeto de teorização. Tanto é que podem ser encontradas várias teorias de planejamento. Uma das mais modernas é a que se vincula à Teoria Geral dos Sistemas. Segundo este enfoque, o planejamento envolve quatro elementos necessários e suficientes par a sua compreensão: processo, eficiência, prazos e metas. (Carvalho, 1976, p. 14).

A partir desses elementos pode-se aplicar o conceito de planejamento às mais diversas atividades humanas. Assim, planejamento educacional pode ser definido como o processo sistematizado, mediante o qual se pode conferir maiôs eficiência as atividades educacionais para, em determinado prazo, alcançar o conjunto das metas estabelecidas.

De acordo com o enfoque sistêmico, o planejamento não se extingue com a elaboração dos documentos correspondentes. A efetivação do planejamento implica considerar como interdependentes as partes que constituem o conjunto sistêmico e também garantir o fornecimento de feedback ao longo do processo. Assim, o planejamento educacional pode ser concebido em três etapas: preparação, acompanhamento e aperfeiçoamento, conforme explicitado anteriormente,no quadro “D”.

a) na fase de preparação procede-se à formulação dos objetivos e à previsão de todos os passos necessários para garantir a concretização desses objetivos;

b) a fase de acompanhamento tem lugar depois de ter sido o plano colocado em ação. Nesta fase acompanha-se a ação educativa do professor e o aprendizado do aluno.

c) a fase de aprimoramento, por fim, envolve a avaliação do alcance dos objetivos na fase de preparação. A partir dessa avaliação procede-se aos ajustes que se fizerem necessários para a consecução dos objetivos.

Como se pode verificar, de acordo com o enfoque sistêmico, o planejamento de ensino vincula-se diretamente à execução. Assim, planejamento não pode ser visto como atividade separada e envolve naturalmente o concurso de elementos envolvidos nas mais diversas etapas do processo educacional.

É como vê e pratica a Universidade Federal do Amapá.

12.3. Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação

Os Projetos Pedagógicos de cada curso são estruturados com dados sólidos tomando os pressupostos básicos deste Projeto Institucional e de conformidade com as especificidades de cada Curso.

13. ATIVIDADES DOS DEPARTAMENTOS E COORDENAÇÕES DO CURSO DE GRADUAÇÃO

As competências dos Departamentos e as atribuições dos respectivos chefes do Departamento estão definidas no Regimento Geral e se constituem de:

13.1. Competências dos Departamentos

I. a distribuir as atividades de ensino, pesquisa e extensão entre seus professores, respeitadas as especialidades, e coordenar-lhes as atividades;

II. a aprovar os programas e planos de ensino das suas atividades;

III. fixar os pré-requisitos das disciplinas;

IV. elaborar os planos de pesquisa e extensão e executá-los depois de aprovados pelo Conselho Universitário;

V. exercer as demais competências previstas no Regimento Geral.

13.2. Atribuições dos Chefes de Departamentos:

- Representar o Departamento;

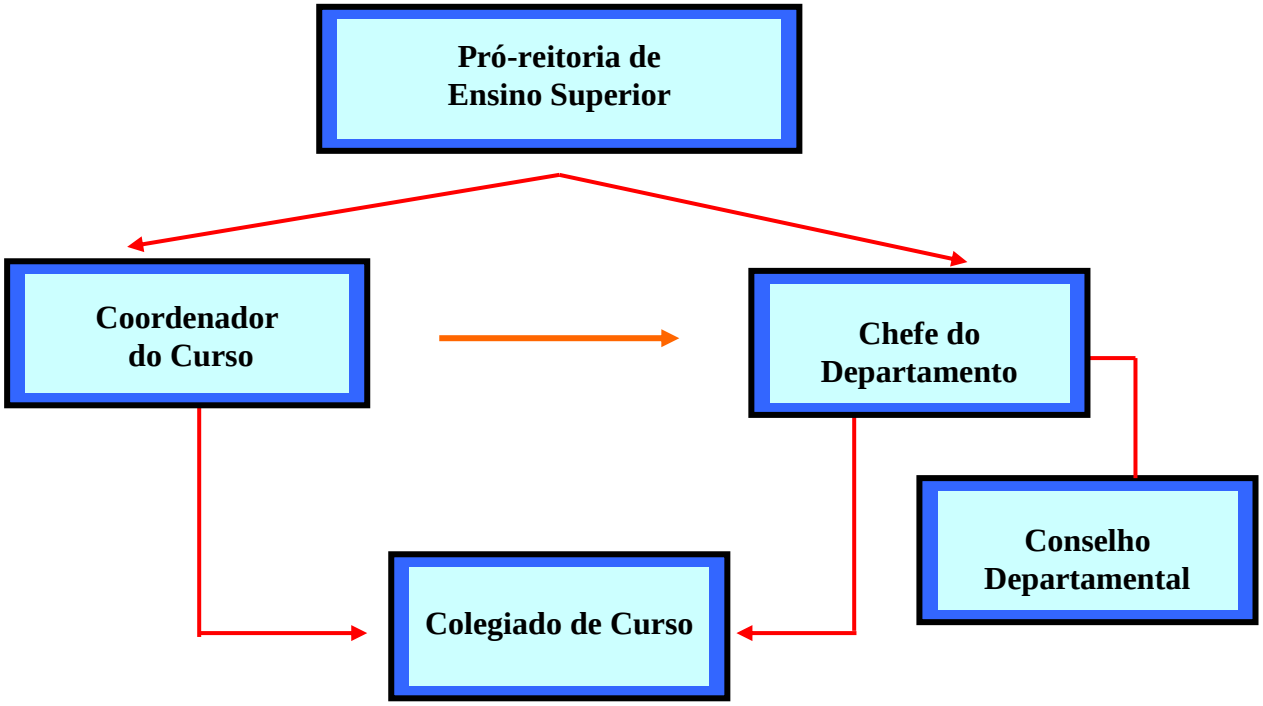
- Presidir as reuniões do Departamento;

- Supervisionar e fiscalizar a execução das atividades programadas bem como a assiduidade e pontualidade dos professores;
- Apresentar, semestralmente, ao Coordenador do Curso o relatório das atividades do seu Departamento;
- Sugerir a contratação ou dispensa do pessoal docente;
- Exercer as demais atribuições previstas no Regimento Geral.

A Coordenação Acadêmica de cada curso de Graduação é exercida por um Coordenador, designado na forma do que estabelece o Regimento Geral e tem como atribuições.

- Manter articulação permanente com os departamentos co-responsáveis pela eficiência do ensino;
- Acompanhar e avaliar as atividades docentes e a execução curricular;
- Propor a revisão nos programas das disciplinas, objetivando compatibiliza-las;
- Elaborar, mediante entendimentos com os Chefes dos Departamentos a oferta de disciplina para cada período letivo;
- Planejar a matrícula do curso;
- Acompanhar e controlar o cumprimento do regime escolar e a execução dos programas e horários do curso;
- Zelar pela manutenção da ordem e disciplina no âmbito do curso;
- Participar dos Colegiados;
- Apreciar a indicação de professor;
- Conferir avaliação da aprendizagem;
- Cumprir e fazer cumprir disposições do Regimento Geral e demais normas pertinentes.

A Coordenação Didática Acadêmica dos Cursos de Graduação pode ser representada pelo gráfico que se segue:



13.3. Avaliação da Aprendizagem

Processos, critérios e mecanismos de avaliação

O sistema de avaliação na UNIFAP, abrange duas grandes partes: nível de desempenho do curso e nível de desempenho do alunado.

Freqüentemente, a avaliação é criticada por não trazer em seus resultados as conclusões relevantes para o aperfeiçoamento daquilo que foi o objeto da sua indagação.

Decisões efetivas só podem ser tomadas quando as informações que as incrementam são portadoras de embasamento sólido, porque resultante da análise global e ininterrupta das variáveis e dos indicadores apontados.

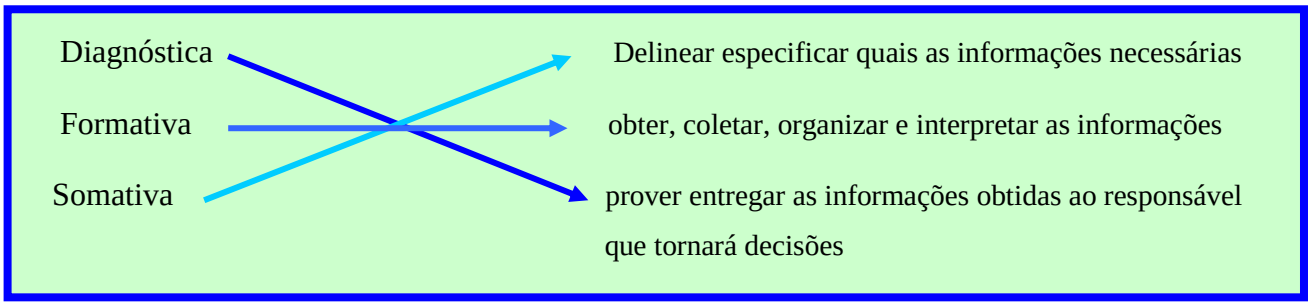
"A avaliação é o processo de delinear, de obter e prover informações úteis para julgar alternativas de decisão." (Stuffle Beam).

Considera-se, assim, a avaliação como meio facilitador da realização total do projeto de ensino em suas três grandes fases:

Fase de	Embasada pela	Capacitação
Planificação	Avaliação Diagnóstico	A que identifica necessidades, recursos e problemas
Desenvolvimento	Avaliação formativa	A que detecta sucessos e desvios
Conclusão	Avaliação somativa	A que verifica o alcance dos objetivos

Seja qual for o tipo de avaliação (diagnóstica, formativa ou somativa), ela será sempre executada através de seus três momentos fundamentais: delinear, obter e provar. Assim se relacionam os três momentos aos três tipos de avaliação:

Tipos de Avaliação



Atuam no desenvolvimento da avaliação tanto os Coordenadores de Curso, Chefes de Departamentos Professores e Assessorias encarregadas de coordenar os trabalhos pertinentes.

É somente através de uma avaliação contínua desde a sua fase inicial de identificação de necessidades (avaliação diagnóstica), de acompanhamento dos sucessos e das dificuldades (avaliação formativa) e de verificação final de resultados em função dos objetivos (avaliação somativa) que se poderá tomar as decisões pertinentes, as quais resultarão no melhor

funcionamento do Curso, e, mais amplamente, na melhoria da qualidade do processo ensino-aprendizagem.

Exigir-se-á sempre dos Coordenadores de Curso, chefes de Departamentos e Assessorias, sensibilidade em destacar os aspectos positivos de cada situação ou pessoa avaliada, antes de proceder a crítica do que deve ser contido. E mesmo em se tratando dessa crítica, é preciso distinguir sempre entre a pessoa e a tarefa.

Um trabalho incorreto ou menos significativo pode e deve ser apontado como tal, para ser logo corrigido, mas o valor humano e profissional de quem o produziu não deve ser alvo de julgamento.

Tal sutileza é imprescindível no processo avaliativo se quer preservar os valores éticos da avaliação educacional. E é somente através desse em que se obtêm os melhores resultados de todo esse processo avaliativo, em termos do crescimento pessoal das pessoas envolvidas no trabalho, de aperfeiçoamento da tarefa em si e da expansão de seus efeitos benéficos. A imitação de modelos técnicos e ao mesmo tempo éticos dessa natureza ocorrerá, sem dúvida, e é desse tipo de lição pedagógica que tanto carece a educação de hoje, sobretudo no que diz respeito a falta de respeito na avaliação. Não tem sido poucos os casos em que a interpretação imprudente e infundada de situações educacionais ou comportamentos humanos aos quais se atribuem "conceitos" pouco estimulantes tem provocado a deterioração do processo educativo, o que é justamente o inverso daquilo que se deseja alcançar com a avaliação.

O processo de avaliação da aprendizagem é parte do processo de ensino e obedece às normas e procedimentos pedagógicos estabelecidos pelo Conselho Universitário e segundo o que estabelece o Regimento Geral.

13.4. Os Estágios Supervisionados e Trabalho de Conclusão de Curso (Monografias)

O Estágio Curricular na UNIFAP tem por objetivo oportunizar ao acadêmico a aplicação dos conhecimentos adquiridos ao longo do Curso propiciando-lhe convivência com a prática.

O estágio curricular, tem carga horária de acordo com o estabelecido no currículo, segundo a legislação. Sempre que possível é de campo e deverá ser realizado ao longo do curso, com o intuito de consolidar as seguintes diretrizes:

- Os trabalhos de Estágio deverão ser desenvolvidos em função das exigências das organizações e instituições onde são desenvolvidos e sempre direcionadas as áreas de interesse dos alunos;
- **Os trabalhos e a orientação de Estágio deverão ter acompanhamento e avaliação sistemática previamente definidos no Regulamento de Estágio do Curso, aprovado por Resolução do CONSU;**
- O Estágio deverá ser interpretado como ponto convergente do curso, devendo ter como critérios orientadores a excelência, a praticidade, a qualidade e a utilidade da produção acadêmica;
- O trabalho de estágio deverá gerar um banco de dados no qual estejam inseridos conhecimentos por parte do aluno de forma que possam ser relacionados e aplicados em outras Organizações e Instituições;
- O trabalho de estágio deverá ser um elo facilitador no ajustamento natural do aluno no campo profissional;
- A avaliação do trabalho de estágio deverá contemplar simultaneamente, o produto final do Estágio deverá ser em forma de relatório e ou monografia conforme metodologia específica estabelecida no manual, atendendo a normatização da ABNT e defendendo perante banca examinadora;
- **Cada curso dispõe do seu manual de estágios, proposto pelo Colegiado de Curso e aprovado pela Pró-Reitoria de Ensino Superior;**
- O estagiário deverá estar respaldado por um instrumento legal, celebrado com a organização concedente e a interveniência da Universidade, remunerado ou não com seguro de acidentes pessoais obrigatório;
- O produto final do Estágio pode constituir-se no trabalho de conclusão de curso TCC.

Portanto, os Estágios assim estruturados constam de atividades práticas e pré-profissionais. Para cada aluno é obrigatória a integralização da carga horária do estágio, nela podendo incluir as horas destinadas ao planejamento e avaliação das atividades.

13.4.1. No desenvolvimento dos estágios, a forma obedece a característica de cada Curso.

a) planejar e avaliar as atividades dos estágios;

b) orientar e acompanhar a execução dos estágios.

13.4.2. Coordenação dos Estágios: Atribuições e Competências da Coordenação

a) Planejar, coordenar, executar e avaliar o pleno desenvolvimento dos estágios;

b) Elaborar com o Corpo Docente a organização e o cronograma de atividades;

c) Proceder a análise e estudo de situações e projetos emitindo parecer sobre a matéria;

d) Orientar o Corpo Docente e Discente sobre o planejamento e a estruturação dos Estágios;

e) Analisar criticamente os relatórios recebidos dos Supervisores ao Final dos Estágios;

f) Elaborar relatórios semestrais sobre as atividades desenvolvidas pela Coordenação;

g) Realizar visitas e reuniões periódicas, nos locais de Estágio, com o intuito de avaliar e registrar as atividades, problemas e necessidades;

h) Elaborar e encaminhar ao Coordenador do Curso os registros semestrais (livro ata) de atividades desenvolvidas;

i) Promover reuniões de planejamento e avaliação.

13.4.3. Do Corpo Docente/Discente

a) Definir, juntamente com os Docentes Supervisores de cada Estágio, as normas, atividades e sistemas de avaliação e integração vertical e horizontal das atividades;

b) Realizar reuniões periódicas com a equipe de supervisores, a fim de acompanhar a evolução dos estágios;

c) Providenciar, junto ao Corpo Docente, a relação do material de consumo indispensável para o desempenho das atividades práticas;

d) Promover reuniões entre professores supervisores e alunos para avaliação parcial e geral da s atividades práticas com visão crítica dos elementos que interferem no processo Ensino-Aprendizagem;

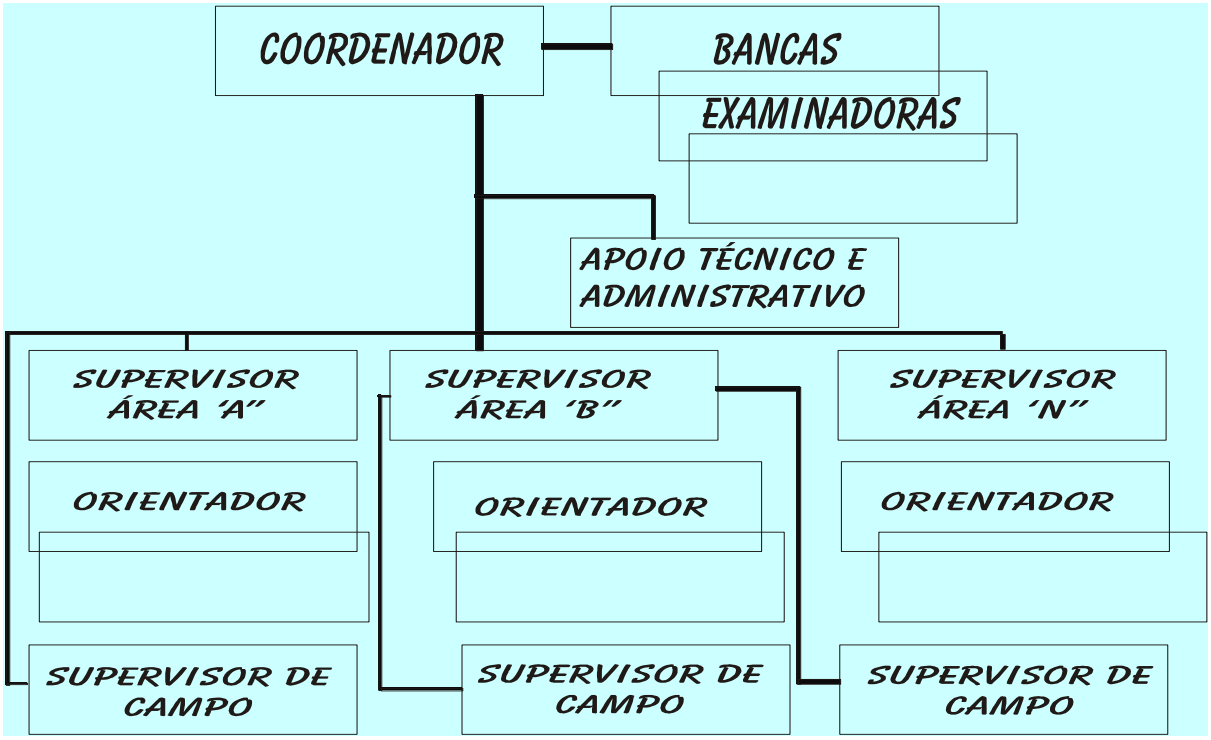
e) Dar atendimento individual e grupal aos alunos, visando a participação dos membros integrantes do processo;

f) Fornecer informações ao Corpo Docente e Discente referente a Normas Acadêmicas e Administrativas, bem como das sugestões que visem a melhor eficiência e eficácia dos processos de Ensino-Aprendizagem, supervisão e avaliação, objetivando atitudes participativas nas mudanças que façam necessárias;

g) Apoiar e estudar formas para aperfeiçoamento dos processos e mecanismos de integração, visando a melhor qualificação dos recursos humanos.

A Coordenação Geral de Estágios Supervisionados deve contar com infra-estrutura física, incluindo máquinas, equipamentos, disponibilidades de internet, telefone, fax, etc.

Para um bom funcionamento a Coordenação disporá de uma estrutura organizacional mínima que contemple:



A forma de que trata os estágios curriculares está disciplinada na Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, regulamentada pelo Decreto nº 87.497, de 18 de agosto de 1982. A função do estágio, que é uma metodologia de ensino, é completar formação do profissional pelo exercício direto da atividade ou mesmo pela participação em atividades do ambiente onde ela vai desenvolver-se. A carga horária dos Estágios Curriculares são estabelecidas nos respectivos currículos de cada curso, em função da legislação peculiar a cada curso.

O Trabalho de Conclusão de Curso e o Estágio Curricular Supervisionado disporão de Regulamento próprio aprovado pelo Conselho Universitário.

14. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As atividades complementares dos Cursos de Graduação serão objeto de Regulamento específico aprovado por Resolução do Conselho Universitário.

15. O PROJETO INSTITUCIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Segundo o que dispõe a Legislação Federal do Ensino Superior no Brasil, de forma especial as LICENCIATURAS, sujeitam-se a Projeto Institucional de Formação de Professores a ser aprovado por Resolução do Conselho Universitário.

16. ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO

16.1. Pós-Graduação “Lato-Sensu” e “Stricto-Sensu”

Objetivando a qualidade e a quantidade de alternativas e serviços colocados ao alcance da sociedade, dos egressos e profissionais da comunidade, a UNIFAP desenvolverá Cursos de Pós-Graduação *“Lato-Sensu”*, capacitando profissionais em diversos setores. No seu PDI prevê a implantação dos Cursos de Pós-Graduação *“Lato-Sensu”*, desafiando o fazer pedagógico de uma instituição de nível superior.

As disciplinas serão ministradas por corpo docente qualificado, composto de doutores, mestres e especialistas que orientam os alunos segundo as áreas de interesse.

Os Cursos de Especialização caracterizam-se pela adequação, agilidade, eficiência e eficácia na tarefa da apropriação e atualização de conhecimentos profissionais.

Isto posto os Cursos de Pós-Graduação *“Lato-Sensu*”, serão abertos a portadores de diploma de graduação ou equivalente, que satisfaçam os requisitos exigidos em cada caso, destinam-se a formação de especialistas, mediante aprofundamento dos estudos superiores ou treinamento em técnicas especializadas.

Dar-se-ão ênfase as Ciências da Educação.

16.2. Pesquisa e Linhas de Pesquisa

16.2.1. Pesquisa

A autocompreensão no que tange à pesquisa é a de que a UNIFAP, é ao lado de outras IES – Instituição de Ensino Superior e organismos reconhecidos de pesquisa, o *"lócus"*, por excelência, de geração de conhecimento. Isto porque o conhecimento gerado pela pesquisa pode ser aplicado nela mesma, via ensino, e no ambiente social, especialmente naquele de abrangência da Instituição, via extensão, realimentando a pesquisa. Assim, a pesquisa na UNIFAP se caracterizará por buscar, permanentemente, a articulação com o ensino e a extensão, por meio de uma investigação científica associada à comunidade na qual está inserida. Acredita-se que, também assim, estimular-se-á o crescimento de uma formação crítica capaz de auto-sustentar um processo de qualificação docente/discente, bem como técnica, capaz de participar na elaboração de conhecimentos que visem à promoção de desenvolvimento auto-sustentado, local e regional. Consoante com a filosofia de pesquisa na UNIFAP, o saber produzido realimenta a docência na graduação, sendo a retroalimentação da pesquisa pelas aulas, também um movimento verdadeiro. De forma mais cautelosa, porque em âmbito mais complexo, as pesquisas servirão de base para a estruturação de cursos de Pós-Graduação.

Há recursos humanos habilitados para a pesquisa. Os pesquisadores devem também exercer docência na UNIFAP. Mesmo que seja admitido um pesquisador sênior, mais especificamente com vistas ao desenvolvimento de pesquisa, a ele deverão ser atribuídas disciplinas. A ampliação dos quadros da UNIFAP com pesquisadores já titulados e com larga experiência, visa à formação de uma massa crítica não endogênica.

Quanto aos níveis de deliberação na instituição relativamente à pesquisa, esta gera-se nos cursos, pois todos os pesquisadores são docentes, passam por um primeiro nível decisório nas Coordenações de Cursos e respectivos colegiados, são aprovadas (ou não) *ad referendum* da Pró-reitoria de Pesquisa, Intercâmbio Científico e Tecnológico e Conselho Universitário, segundo critérios constantes no Regulamento de Pesquisa. Não consiste em um processo decisório vertical,

pura e simplesmente, mas, inobstante o estabelecimento de papéis claros para cada nível decisório, consiste, sim, em uma prática dialógica e democrática de trabalho.

Assim como o planejamento da pesquisa dá-se de forma estruturada nas diversas instâncias decisórias, que atuam articuladamente, a avaliação de seu desempenho é feita a par de um acompanhamento específico da Coordenadoria de Pesquisa, no dia a dia com pesquisadores, por meio de relatórios parciais e finais de pesquisa e os salões de Iniciação Cientifica, através das publicações e resultados, etc. Mediante uma avaliação, ao final de cada período letivo (Colóquio de Pesquisa), em que se fazem presentes, não só os integrantes dessa Coordenadoria, mas, igualmente os pares que integram a mesma Linha de Pesquisa e os que constituem linhas afins, bem como Coordenações de Cursos que discutem o desenvolvimento de cada projeto em diferentes aspectos, em especial as bases metodológicas de cada um.

16.2.2. Linhas de Pesquisa

A pesquisa na UNIFAP, estrutura-se hegemônica e prioritariamente em Linhas de Pesquisa, inseridas no Plano Global das Coordenações. A compreensão de linhas de pesquisa contém as idéias de estudos que possuem um mesmo eixo temático ou uma tônica teórico-metodológica, tendo em vista a concentração de esforços para o aprofundamento de temas mais relevantes e o emprego de metodologias de trabalho interdisciplinar, evitando assim a pulverização, a fragmentação ou a duplicação de esforços diversos.

Os projetos engajados nas linhas terão prioridade sobre os projetos não vinculados às linhas, com relação aos critérios de avaliação por parte da Coordenadoria de Pesquisa.

16.2.3. Poderão participar das linhas de pesquisa:

a) Docentes pesquisadores (no mínimo em número de dois) dos cursos de graduação e/ou pós-graduação *"lato-sensu",* bem como pesquisadores com função técnico administrativo, que desenvolvam pesquisa na temática determinada pela linha.

Os pesquisadores doutores integrantes de linhas de pesquisa estruturadas com Instituições visitantes daquelas instituições e centros de pesquisas conveniados serão professores pesquisadores visitantes daquelas instituições, bem como doutores integrantes daquelas serão professores pesquisadores visitantes da UNIFAP.

b) Auxiliares de Pesquisa:

b1. Bolsistas de Iniciação Científica: alunos dos cursos de graduação, regularmente matriculados em disciplinas profissionalizantes;

b2. Bolsistas de Aperfeiçoamento Científico: alunos de pós-graduação, regularmente matriculados.

c). Poderão participar como coordenador de linha: Docentes pesquisadores que tenham, no mínimo, título de mestre e que não acumulem mais de um cargo, se em nível de graduação e doutores, se em nível de Pós-Graduação.

a) Podem ser elaboradas, no máximo, três linhas por curso na graduação e 2 no Pós-Graduação, sendo que até 6 linhas por curso em nível de mestrado e doutorado e até 2 linhas, por curso, em nível de especialização.

O documento no qual se explicitam Linhas de Pesquisa deverá ser encaminhado à Pró-Reitoria de Pesquisa e Intercâmbio Científico e Tecnológico - PROPIC no mínimo quatro meses antes da previsão de implantação da linha ou linhas de pesquisa.

Compete à Coordenação de pós-Graduação, Pesquisa e Extensão a coordenação propriamente dita das pesquisas.

O CONSU deverá aprovar o Regulamento da Pesquisa, por Resolução.

17. METODOLOGIA DO ENSINO SUPERIOR

A Metodologia do Ensino Superior envolve os procedimentos que devem ser adotados pelo professor para alcançar os seus objetivos, que geralmente são identificados com a aprendizagem dos alunos. Assim, procura estabelecer o professor acerca da elaboração de planos de ensino, formulação de objetivos, seleção de conteúdos, escolha das estratégias de ensino e instrumentos de avaliação da aprendizagem.

A Didática do Ensino Superior, por sua vez, apresenta um domínio mais amplo e também mais complexo.Costuma-se definir Didática como “arte e a ciência do ensino”.Desta forma, a Didática do Ensino Superior envolve não apenas conteúdos que se pretendem verdadeiros em função das evidências científicas mais também componentes intuitivos e valorativos. Os conteúdos desta disciplina apresenta pontos de contato com a Metodologia do Ensino Superior. Todavia, tornam-se distintos à medida que, ao considerarem a utilização dos conhecimentos e habilidades pedagógicas, enfatizam “a maneira artística com que o professor desempenha a sua ação em sala de aula.” (Godoy1988, p.45).

18. POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

18.1. Filosofia de Comunicação

A UNIFAP tem uma Assessoria responsável pela comunicação. É a Assessoria Especial da Reitoria que discute, planeja e executa tudo o que se refere à comunicação.

Jornalismo, Publicidade, Marketing, Relações Públicas, Cerimoniais e Área de Serviços ao aluno e ao Público Externo são as razões de uma Assessoria de Comunicação Social de uma Instituição de Ensino Superior. É necessário ser abrangente e específico ao mesmo tempo, uma vez que se pretende atender de forma globalizada o macro processo e, no detalhe, a especificidade de cada etapa.

18.2. Por que Comunicação

Através da Comunicação o homem evita a frustração do isolamento e encontra um meio de satisfazer suas necessidades e desejos. A comunicação é um processo histórico. Uma

necessidade humana e social de relacionamento na sociedade de massa, uma arte, uma ciência e uma técnica ao mesmo tempo.

A estratégia de comunicação compreende uma dosagem adequada de meios e recursos disponíveis a serem precisamente selecionados. O mix da comunicação integrada tem por fim preparar e sensibilizar a opinião pública, promover a divulgação dos produtos e serviços de forma criativa e atrativa, e apresentar a proposta com a seriedade necessária à confiança do cliente. Assim, a força da comunicação solidifica a imagem da Instituição de forma a criar um conceito construtivo e inquestionável no mercado.

18.3. As Ferramentas

O estudo, a pesquisa e o desenvolvimento de mercado são ferramentas indispensáveis. O poder de atração e persuasão são inegáveis. Entretanto, há de se avaliar o componente emocional de cada ser,fator determinante de qualquer opção ou decisão que venha a tomar na vida.

A propaganda e o Marketing são forças que interagem entre o produto e o público.Todavia, sem fim específico é o de atuar sobre o estado de espírito do público a fim de conduzi-lo à melhor escolha.

A Comunicação praticada de forma integrada é a responsável pela satisfação do cliente e o sucesso do marketing da Universidade. A coleta de dados necessários à configuração da situação em pauta e o planejamento de ação detectam a demanda e conduzem a estratégia apontada para o alvo correto.

O fato de o homem ter necessidades e desejos e de haver produtos e serviços capazes de satisfazê-los é importante, mas não suficiente para definir o marketing. O marketing existe quando o homem decide satisfazer suas necessidades e desejos e recebe por isso algo em troca.

A oferta de mercado coloca o cliente numa posição confortável de escolha, então há que se ter um diferencial para que a troca real seja estabelecida. O atendimento, a informação precisa, o tratamento personalizado e a oferta fazem a diferença. Neste contexto, a pesquisa entra como ferramenta aliada e condição imprescindível para detectar a satisfação do público alvo.

Todo processo de relacionamento é do conhecimento, aprendizagem e estrutura.

18.4. As funções da Assessoria Especial

A atividade da comunicação não se restringe apenas à aplicação de técnicas. É, também, uma função administrativa, na medida em que transmite e interpreta as informações de uma entidade para seus diferentes públicos, bem como busca informações do interesse precípuo desses públicos, para que surja daí um sólido programa de ação que conte com a inteira compreensão, aquiescência e apoio dos mesmos. Nesses termos, é recomendável a existência de pelo menos três veículos impressos de comunicação institucional, periódicos:

- um que leva a informação ao público externo e funcione, ao mesmo tempo, como elemento de promoção e integração com os públicos internos e externos que se ligam à instituição;
- um que leve a informação aos alunos, podendo adicionar outras notícias de interesse do público jovem e que não ocorram necessariamente ao âmbito da instituição de ensino superior em que estudam;
- um que atenda exclusivamente aos funcionários, já que existem peculiaridades nesse processo que não precisam circular entre os estudantes e muito menos entre o público externo.

A comunicação da UNIFAP está em constante evolução e aperfeiçoamento buscando aproximar cada vez mais alunos, professores, direção e funcionários. É idéias tornar a Instituição cada vez mais agradável, comunicativa e alegre.

Levar este estado de realização para a comunidade é sempre o maior alvo.

19. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PERMANENTE – (PEP)

A globalização da economia, a concorrência entre instituições de ensino superior, nos grandes centros, a consciência do uso dos direitos do consumidor, nos serviços educacionais, a necessidade de desenvolvimento e, no mínimo, de sobrevivência devem conduzir às IES a um processo de planejamento, a curto e médio prazos, que possa viabilizar o seu crescimento dentro de parâmetros aceitáveis e de sua capacidade de responder às demandas do mercado e da sociedade.

Dentre os mecanismos que podem ser utilizados, com sucesso, está o planejamento estratégico, largamente em uso nas organizações empresariais e pouco empregados nas IES.

O Planejamento Estratégico Permanente (PEP) é uma adaptação dos diversos tipos de planejamento estratégico para as IES, acolhendo, de autores, e profissionais consagrados, contribuições valiosas, para que essas organizações possam se utilizar do mesmo instrumental das empresas comerciais e industriais. É permanente, como a avaliação, que não pode ser episódica, para que os seus efeitos possam ser duradouros e o processo possa ser corrigido, alterado, ampliado ou melhorado, ao longo de sua execução.

O planejamento, na área organizacional, pode ser conceituado, de um modo geral, como um processo racional, sistêmico e flexível, destinado a oferecer subsídios para tomadas de decisões, o estabelecimento de rumos e para o alcance de objetivos institucionais.

O planejamento estratégico pode ser conceituado como uma metodologia gerencial caracterizada por um processo continuado e adaptativo em que a organização direciona as suas ações, compatibilizando suas características com as mudanças ambientais, locais, regionais, nacionais e mundiais.

O Planejamento Estratégico Permanente visa compatibilizar métodos e técnicas existentes para oferecer às IES instrumental atualizado para o seu planejamento, que deverá ser modificado, ajustado e melhorado à medida que ocorrem mudanças de situação, das variáveis envolvidas e de previsão dos atores que participam da operacionalização e análise da progressão do PEP. Deve ser visto,pois, como um processo de aprendizagem interativo e contínuo.

19.1. Principais características do PEP:

- É contínuo e sistemático;
- Apresenta alternativa para o futuro;
- Proporciona análise antecipatória do ambiente para identificação de oportunidades e ameaças;
- É um processo misto: utiliza métodos qualitativos e quantitativos;
- É voltado à adaptação da organização ao ambiente;
- Requer a participação integrada dos vários níveis da organização;
- Analisa os impactos futuros das decisões tomadas agora;
- Visualiza a organização como um sistema aberto;
- É um processo indutivo.

Ao adotar o PEP, a UNIFAP segue o seguinte processo:

19.1.1. Operacionalização

O PEP possui as seguintes etapas, para sua operacionalização:

19.1.1. a) Definição de Missão

Qual a área de atuação da organização? Qual é o seu negócio?

As funções das IES são conhecidas: ensino, pesquisa e extensão. O seu principal produto é o saber, sua criação e disseminação. Mas qual é sua missão? O que ela pretende fazer dessas funções?

19.1.1.b) Análise Ambiental

A análise ambiental é feita a partir de dados da realidade sócio-econômica em que a Universidade está inserida, objetivando identificar cenários, para que possa projetar ações no futuro.

O mapeamento abrange o macroambiente, o ambiente operacional e o ambiente interno. As fronteiras do macroambiente são definidas pela Universidade, a partir das variáveis externas que possam afetar o seu desempenho.O ambiente operacional é identificado como a região geoeducacional, a área de afluência da instituição. O ambiente interno é composto pelo conjunto das variáveis da própria organização.

19.2. As principais variáveis do macroambiente consideradas são:

- Econômicas: inflação, taxa de juros, estabilidade monetária, mercado de capitais, desenvolvimento econômico, etc.;
- Políticas: políticas e diretrizes governamentais, política de expansão do ensino superior, plano nacional de educação, políticas econômicas, normas para autorização e reconhecimento de cursos; normas para credenciamento e recredenciamento; planos de apoio à pesquisa; planos de apoio à capacitação de docentes, etc.;
- Legais: legislação aplicável;
- Culturais: indicadores governamentais sobre alfabetização, níveis de escolaridade, evasão, repetência e conclusões do ensino médio, estrutura dos sistemas educacionais, equipamentos culturais da região ou da unidade da federação;

- Sociais: estrutura sócio-econômica da população, nível de empregos, níveis salariais, programas sociais, etc.;
- Tecnológicas: nível de desenvolvimento tecnológico, capacidade de aquisição e desenvolvimento tecnológico, mudanças tecnológicas, avanços científicos, etc.;
- Ecológicas: ecossistema, condições de desenvolvimento sustentado do Estado do Amapá.

O ambiente operacional é marcado por intenso e constante intercâmbio de relações diretas entre a organização e a comunidade externa, da área de influência imediata. **As suas principais variáveis são da seguinte forma:**

- Estudantes, usuários diretos de seus serviços;
- Professores e pessoal técnico-administrativo;
- Pais e/ou responsáveis por alunos;
- Associações de classe e sindicatos, centros acadêmicos;
- Mídia;
- Governos (federal, estadual e municipais – a sede e os municípios vizinhos);
- Ambiente sócio-cultural;
- Situação econômica da comunidade;
- Programas governamentais para a sede do Centro e/ou área de influência;

19.3. As principais variáveis do ambiente interno são identificadas nos seguintes pontos:

- Fatores humanos: planos de desenvolvimento e de benefícios, de carreira do magistério e de cargos e salários;
- Recursos financeiros,materiais e tecnológicos: estágio atual; perspectivas;
- Estrutura organizacional; níveis de processualismo;
- Estrutura de poder,centralização e descentralização, estilo administrativo;
- Clima e cultura organizacionais; estágio atual perspectivas.

As variáveis ambientais são selecionadas e classificadas, quanto ao tipo de impacto que vêm causando ou podem causar à instituição. Há, portanto, necessidade de se conhecer profundamente o ambiente em que está inserido, de onde vêm as principais ameaças e coações e as principais oportunidades.

19.4. Objetivos

A partir da definição da missão e da elaboração dos cenários futuros, define-se os "alvos a serem atingidos", dentro das condições e na velocidade em que a organização possa atuar. O objetivo é a operacionalização da missão.

19.4.1. Níveis de Planejamento

19.4.1.1. Planejamento Educacional

O Planejamento educacional é o que se desenvolve em nível mais amplo. É o que prevê a estruturação e o funcionamento do sistema educacional como um todo. Este planejamento está a cargo das autoridades educacionais, no âmbito do Ministério da Educação e do Conselho Nacional de Educação.

Em relação ao Ensino Superior, cabe ao Ministério da Educação a identificação de necessidades de aperfeiçoamento do sistema educacional e a realização de estudos para a formulação de diretrizes. Ao Conselho Nacional de Educação, por sua vez, cabe fixar as diretrizes curriculares dos cursos superiores, bem como definir critérios para autorização de funcionamento e reconhecimento desses cursos. É também de sua competência a definição de critérios para a formação e aceitação de docentes para o ensino superior e ainda o estabelecimento dos Padrões de Qualidade.

19.4.1.2. Planejamento Curricular

O Planejamento curricular desenvolve-se no âmbito da Universidade. Sua função é a de concretizar os planos elaborados em nível imediatamente superior, ou seja, do planejamento educacional, considerando a realidade em que a Instituição está inserida.

O Planejamento Curricular é de natureza multidisciplinar, envolve a Reitoria, Pró-reitoria, o Corpo Docente, os Coordenadores e também os especialistas na área. Seu resultado é concretizado em planos, que definem os objetivos que a instituição espera atingir, o perfil do profissional que pretende formar e as estratégias a serem adotadas para favorecer o processo ensino-aprendizagem.

O Planejamento Curricular constitui tarefa complexa, pois requer o contínuo estudo das circunstâncias que envolvem a Universidade, bem como dos avanços técnicos, verificados na área educacional. Assim, o planejamento curricular é encarado como atividade permanente. E que tem como objetivo fundamental harmonizar as exigências de uma formação efetiva com os recursos humanos,materiais e financeiros disponíveis.

19.4.1.3. Planejamento de Ensino

O Planejamento de ensino é o que se desenvolve basicamente a partir do professor.Visa ao direcionamento metódico e sistemático das atividades desempenhadas pelo professor junto a seus alunos para alcançar os objetivos propostos.

O professor de ensino superior, ao assumir uma disciplina, precisa tomar decisões. Precisa, por exemplo, decidir acerca dos objetivos a serem alcançados pelos alunos, do conteúdo programático adequado para o alcance desses objetivos e dos recursos que vai adotar para facilitar a aprendizagem, dos alunos, avaliação, etc...

Todas essas decisões fazem parte do processo de planejamento de ensino cada vez mais se configura como condição essencial para o êxito do trabalho. De fato, à medida que as ações docentes são planejadas, evita-se as improvisações.

19.4.1.4. Estratégias

As estratégias são estabelecidas a partir da análise ambiental, tendo em vista os obstáculos e as perspectivas futuras, identificadas. As estratégias vão fixar o posicionamento da UNIFAP, frente ao contexto ambiental analisado, às ações que devem ser empregadas e aos recursos a serem utilizados, para que se possa alcançar os objetivos delineados.

19.4.1.5. Planos Táticos e Planos Operacionais

Definição de metas e projetos para os diversos setores da Instituição, desde a direção superior, até os níveis básicos da organização, tendo presente a missão e os objetivos institucionais, a análise ambiental e as estratégias definidas. É o resultado final do PEP.

19.4.1.6. Reavaliação

O PEP ocorre de forma dinâmica e sob a ótica de constante reavaliação, que permite a flexibilidade na alteração de rumos,metas e projetos

20. A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA UNIFAP

A avaliação supõe exame apurado de uma dada realidade, a partir de parâmetros que julgamos derivados dos objetivos que orientam a instituição.

Avaliar é importante para impulsionar um processo criativo de autocrítica.

Avaliar é importante para se conhecer como se realizam e se inter-relacionam as tarefas acadêmicas em suas dimensões de ensino, pesquisa, extensão e administração.

Avaliar é uma forma de reestabelecer compromissos com a sociedade.

Avaliar para evoluir.

A avaliação na Universidade Federal do Amapá não é mais um conceito abstrato, mas uma tendência mundial que já vem sendo também incorporada pelo Sistema de Ensino Superior.

Compreendida como um processo, ela deve ser uma atividade permanente em si mesmo, e nem como instrumento de punição e controle. Ao contrário, deve ser capaz de gerar mudanças, veicular idéias, estimular a participação da comunidade acadêmica na construção de uma cultura avaliativa.

A UNIFAP, assume o compromisso perante a sociedade de consolidar a qualidade do ensino na instituição.Entre esses, destaca-se o de avaliar-se permanentemente, ampliando um processo que foi iniciado desde sua concepção.

A análise dos resultados contribui para o amadurecimento institucional e para o reconhecimento da necessidade da elaboração de Planos Globais de Ação, que expressam a filosofia e os princípios norteadores das ações institucionais da Instituição.

A principal função da avaliação é trazer a questão da qualidade acadêmica para o primeiro nível de preocupação de todos os que participam, de uma forma ou de outra.

A sua aceitação, participação e envolvimento trazem, como conseqüência, seu compromisso para que ocorram as mudanças necessárias.

Assim, a UNIFAP desenvolverá seu processo avaliativo baseando-se nos seguintes princípios:

a) conscientização da importância da avaliação;

b) confiança na autenticidade do processo como um todo;

c) envolvimento e compromissos de todos na sua execução e no desenvolvimento de medidas necessárias à melhoria do desempenho da Instituição.

O objetivo geral deste processo é promover, um autoconhecimento, que permita examinar o exercício das funções do ensino, pesquisa e extensão, de seu impacto na comunidade, observando-se para isto, indicadores que permitam mensurar a qualidade dos trabalhos acadêmicos.

A viabilização do atual programa de avaliação institucional exige da UNIFAP o cumprimento de etapas, o envolvimento progressivo de todos os setores e disponibilidade de recursos humanos, materiais e financeiros. A Universidade organizar-s-á de forma a desenvolver as seguintes etapas:

1) Conscientização e envolvimento da comunidade acadêmica, utilizando-se de palestras, seminários e reuniões.
2) Validação e aplicação de instrumentos de coleta de dados;
3) Organização e análise dos dados de informações;
4) Divulgação dos resultados;
5) Tomada de decisão, visando à manutenção e/ou reformulação dos padrões de qualidade.

O processo de avaliação institucional enfatizará a avaliação do ensino de graduação e terá como referência dados, informações e análises constantes dos relatórios apresentados pelos grupos de trabalhos e comissões, ensejando entre outros:

a) O redimensionamento das políticas institucionais;

b) A ênfase no compromisso com a realidade sócio-econômica;

c) A possibilidade de maior articulação com as forças sociais existentes na sociedade, sensíveis ao resgate da qualidade;

d) A reafirmação da importância da extensão como fator de inter-relação-comunidade e como referencial básico para a pesquisa e ensino de fatos relevantes a nível social;

e) A melhoria da qualidade institucional, entendida como qualidade de professores, alunos, servidores e da própria Instituição como um todo;

f) A aplicação de critérios objetivos para a tomada de decisão sobre a distribuição dos seus recursos;

g) A otimização do próprio sistema de informações.

Enfim, esta avaliação possibilitará a configuração detalhada do seu complexo, para garantir um domínio mais sólido daquilo que fundamenta sua própria existência.

Nenhuma instituição responsável que se pretenda competente, pode prescindir da avaliação de seus propósitos, ações e resultados, considerados o contexto global e particular em que está inserida. Razões sócio-político-científicas e acadêmicas justificam essa imprescindibilidade. Será através delas que os resultados e os esforços dos agentes envolvidos na disseminação e produção do conhecimento serão apreciados e valorados; as decisões e as ações se revestirão de melhor qualidade e maior objetividade porque fundamentadas em dados e análises; a instituição prestará contas do seu fazer e de sua produção à sociedade e os questionamentos, problemas, necessidades e prioridades deverão se constituir em subsídios ao delineamento de políticas na área da educação.

Como a avaliação, na forma concebida, supõe a interiorização pela comunidade da busca constante do aperfeiçoamento das ações, características da implementação de um processo contínuo de avaliação na UNIFAP.

A Avaliação Institucional na Universidade Federal do Amapá será objeto de Regulamentação Específica a ser aprovada por Resolução do Conselho Universitário.

21. ESPORTE, ARTE E CULTURA

O esporte se destaca como a forma mais perfeita e adequada para a integração da comunidade acadêmica, tanto no ambiente interno como externo. Equipes constituídas por alunos de todos os níveis, farão parte do Programa e são incentivados pela Universidade na prática de várias modalidades :

- Basquete;
- Vôlei;
- Futsal;
- Natação;
- Tênis de mesa
- Judô;
- Ballet;
- Canto coral;
- Orquestras.

A cultura complementando a educação deve ser incentivada e promovida com corais, recitais de músicas eruditas, recitais de flauta, piano. O projeto inclui a formação da orquestra da câmara nos próximos 5 (cinco) anos.

A par da música está a dança com os grupos regionais e o balé clássico, incentivado com salas e professores especializados, desde o balé "baby-cláss" para os alunos da educação infantil.

O lazer soma-se como atividade permanente com gincanas, passeios ciclísticos e atividades assemelhadas.

Estas práticas não podem estar distante da atividade escola x comunidade.

22. PLANO EDITORIAL

O Plano editorial inclui:

a) Jornal da UNIFAP, com tiragem inicial de 1.800 exemplares, bimestrais;

b) Informativo da FUNDAP, mensal e circulação interna, com tiragem de 600 exemplares;

c) Revista Científica, com a tiragem de 300 exemplares e que entrará em circulação a partir do ano de 2005.

23. PROGRAMA DE QUALIDADE

O Ser Humano Total.

A Escola é o pico para o surgimento do Ser Humano Total.

Fazendo uma análise histórica sumária do Homem. Em relação ao trabalho, é possível delinear três cenários bastante diferenciados.

No centro do cenário passado, encontra-se o homem como Mão-de-Obra. O trabalho manual era considerado uma tarefa indigna dos indivíduos de prestígio e saber, cabendo aos escravos realiza-los.A imagem mais recente que retrata este momento, é a do operário *Charle Chaplin*, em sua linha de montagem, símbolo maior dos tempos modernos.

O homem neste paradigma reducionista e mecanicista é visto como uma mera peça da engrenagem.Uma coisa a quem competia construir (*stricto sensu*) usando as mãos.

No centro do cenário presente encontra-se o homem como Recurso Humano. Mesmo com a evolução, continua o divórcio entre as mãos e a cabeça, alargando-se o fosso entre o fazer e o saber. O humano entra como um utensílio, acompanhando o software e o hardware, e também aparece como um dos componentes da trilogia, ao lado dos recursos materiais e financeiros.

O homem, neste paradigma do conhecimento, é visto como um elemento a mais a quem compete usar a cabeça para construir o novo (que pode ser a sua própria redenção ou destruição.)

No cenário futuro, encontra-se o homem como Ser Humano Total. Neste momento substitui-se o Homem-Meio/Homem Objeto pelo Homem-Fim/Homem-Sujeito, que será o grande responsável por uma nova revolução (silenciosa) da Qualidade, cujos primórdios já estamos vivenciando em diferentes lugares do Mundo.

O Homem, neste paradigma do comprometimento e da cooperação, é visto como uma unidade holística (global e integral): um ser pensante e executor, que coloca o coração no trabalho que realiza.

Eis o Ser Humano Total – reunificado em suas partes constitutivas! Eis a Pessoa da Qualidade.

A UNIFAP, preocupa-se permanentemente com a Qualidade e para sua implementação estabelece:

23.1. ROTEIRO PARA INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PROGRAMA DE QUALIDADE

23.1.1. VISÃO:

Até o ano 2005 estar a UNIFAP, numa posição de qualidade que o coloque no ranking de uma das dez melhores do Brasil.

23.1.2. MISSÃO:

Desenvolver na Universidade a busca da qualidade total através da união de esforços de todos os integrantes que constituem a UNIFAP.

23.1.3. META:

Chegar ao final de 2005 com a implantação total do Programa de Qualidade e Produtividade em Educação, Cultura, Esporte, Lazer e Saúde.

23.1.4. MACRO-OBJETIVOS

Aprimorar e solidificar a Universidade Federal do Amapá através da seriedade, competência e qualidade em todas as suas ações.

Melhorar a qualidade de vida dos seus alunos, professores e funcionários através da Educação.

23.1.5. OBJETIVOS:

Desenvolver a filosofia da Qualidade Total em todos os segmentos da Instituição.

Ampliar o nível de satisfação das pessoas que fazem parte da Instituição.

Promover a capacitação e avaliação dos segmentos que compõem a Instituição.

23.1.6. SENSIBILIZAÇÃO E MOTIVAÇÃO

Preparar todos os segmentos da Universidade para entender e absorver todos os aspectos relevantes do Programa de Qualidade e Produtividade em Educação.

23.1.7. CAPACITAÇÃO:

Estimular a formação e a capacidade de Recursos Humanos em áreas específicas.

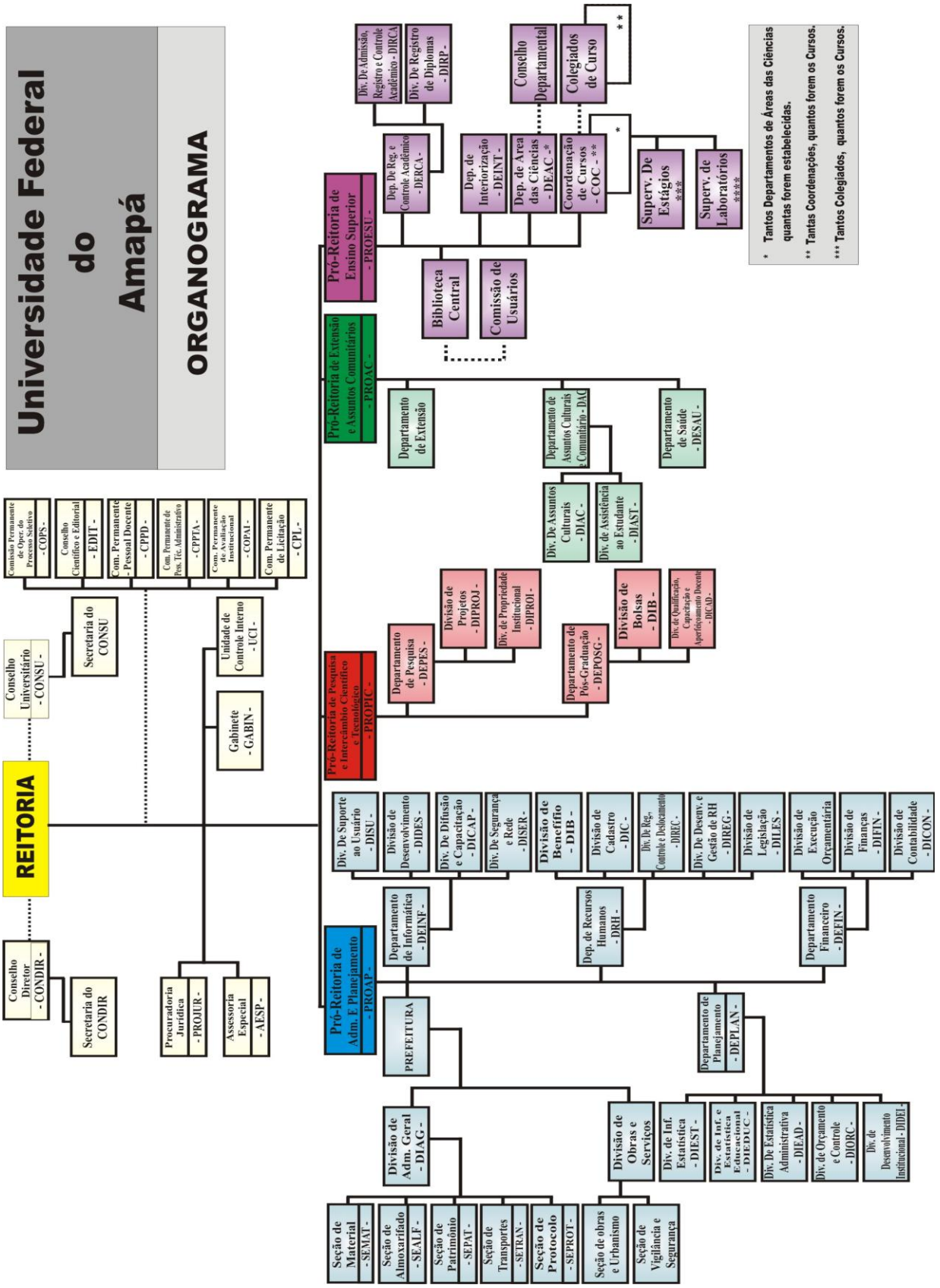
23.1.8. ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

Articularas ações do Comitê Central e os diversos segmentos da Universidade.

23.1.9. AVALIAÇÃO:

Estimular a avaliação do Programa de Qualidade

24. ORGANOGRAMA GERAL DA UNIFAP


Universidade Federal do Amapá
ORGANOGRAMA
REITORIA
Conselho Universitário - CONSU -
Secretaria do CONSU
Conselho Diretor - CONDIR -
Secretaria do CONDIR
Gabinete - GABIN -
Unidade de Controle Interno - UCI -
Procuradoria Jurídica - PROJUR -
Assessoria Especial - AESP -
Comissão Permanente de Oper. do Processo Seletivo - COPS -
Conselho Científico e Editorial - EDIT -
Com. Permanente - Pessoal Docente - CPPD -
Com. Permanente de Pes. Téc. Administrativo - CPPTA -
Com. Permanente de Avaliação Institucional - COPAI -
Com. Permanente de Licitação - CPL -
Pró-Reitoria de Adm. E Planejamento - PROAP -
PREFEITURA
Departamento de Informática - DEINF -
Departamento Financeiro - DEFIN -
Departamento de Planejamento - DEPLAN -
Div. De Suporte ao Usuário - DISU -
Divisão de Desenvolvimento - DIDES -
Div. De Difusão e Capacitação - DICAP -
Div. De Segurança e Rede - DISER -
Divisão de Benefício - DIB -
Divisão de Cadastro - DIC -
Div. De Reg., Controle e Deslocamento - DIREC -
Div. De Desenv. e Gestão de RH - DIREG -
Divisão de Legislação - DILES -
Divisão de Execução Orçamentária
Divisão de Finanças - DIFIN -
Divisão de Contabilidade - DICON -
Dep. de Recursos Humanos - DRH -
Pró-Reitoria de Pesquisa e Intercâmbio Científico e Tecnológico - PROPIC -
Departamento de Pesquisa - DEPES -
Divisão de Projetos - DIPROJ -
Div. de Propriedade Institucional - DIPROI -
Departamento de Pós-Graduação - DEPOSG -
Divisão de Bolsas - DIB -
Div. de Qualificação, Capacitação e Aperfeiçoamento Docente - DICAD -
Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários - PROAC -
Departamento de Extensão
Departamento de Assuntos Culturais e Comunitário - DAC
Departamento de Saúde - DESAU -
Div. De Assuntos Culturais - DIAC -
Div. de Assistência ao Estudante - DIAST -
Pró-Reitoria de Ensino Superior - PROESU -
Dep. De Rg. e Controle Acadêmico - DERCA -
Dep. de Interiorização - DEINT -
Dep. de Area das Ciências - DEAC -*
Coordenação de Cursos - COC - **
Div. De Admissão, Registro e Controle Acadêmico - DIRCA
Div. De Registro de Diplomas - DIRP -
Conselho Departamental
Colegiados de Curso
Superv. De Estágios ***
Superv. de Laboratórios ***
Biblioteca Central
Comissão de Usuários
* Tantos Departamentos de Áreas das Ciências quantas forem estabelecidas.
** Tantas Coordenações, quantos forem os Cursos.
*** Tantos Colegiados, quantos forem os Cursos.
Divisão de Adm. Geral - DIAG -
Seção de Material - SEMAT -
Seção de Almoxarifado - SEALF -
Seção de Patrimônio - SEPAT -
Seção de Transportes - SETRAN -
Seção de Protocolo - SEPROT -
Divisão de Obras e Serviços
Seção de obras e Urbanismo
Seção de Vigilância e Segurança
Div. de Inf. Estatística - DIEST -
Div. de Inf. e Estatística Educacional - DIEDUC -
Div. De Estatística Administrativa - DIEAD -
Div. de Orçamento e Controle - DIORC -
Div. de Desenvolvimento Institucional - DIDEI -

25. O PLANO DE EXPANSÃO DE CURSOS DA UNIFAP ESTÁ ESTABELECIDO CONFORME O QUADRO QUE SE SEGUE:

Cronograma de Implantação dos Novos Cursos de Graduação projetados:

Novos Cursos Projetados Para o Qüinqüênio 2002 a 2006									
Curso	**Modalidade**	**Duração / anos**		**Ano**					
		Min	**Max**		**2002**	**2003**	**2004**	**2005**	**2006**
Normal Superior Magistério da Educação Infantil	Licenciatura								
Normal Superior Magistério dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	Licenciatura								
Comunicação Social – Jornalismo	Bacharel								
Comunicação Social – Publicidade e Propaganda	Bacharel								
Comunicação Social – Relações Públicas	Bacharel								
Administração – Mercados Internacionais	Bacharel								
Ciências Contábeis	Bacharel								
Ciências Econômicas	Bacharel								
Educação Física	Licenciatura								
Farmácia / Bioquímica	Bacharel								
Fisioterapia	Bacharel								
Psicologia	**Lic / Bel / Formação de Psicólogo**								
Química	Lic / Bel								
Ciências da Computação	Bacharel								
Engenharia em Computação	Bacharel								
Licenciatura em Computação	Magistério								
Sistemas de Informação	Bacharel								
Engenharia Ambiental	Bacharel								*
Engenharia de Pesca	Bacharel								*
Engenharia Civil	Bacharel								*
Arquitetura e Urbanismo	Bacharel								

(*) a ser definido pela Reitoria

26. PLANO DE EXPANSÃO DO ACERVO

SITUAÇÃO ATUAL

Descrição	ATUAL		ANO 2002				ANO 2003				ANO 2004				Índice de crescimento no Triênio %	
	Total				Total				Total				Total			
	Tit	Vol	Tit	Vol	Tit	Vol	Tit	Vol	Tit	Vol	Tit	Vol	Tit	Vol	Tit	Vol
Livros	5.874	20.490	587	1.762	6.461	22.252	646	1.938	7.107	24.190	710	2.130	7.817	26.320	33,07	28,45
Fitas de Vídeo	0,0			250		250		25		275		27		302		20,8
CDs	0,0			100		100		10		110		11		121		21,0

Obs.:
1) Este plano poderá ser radicalmente alterado (para mais) em razão da implantação de novos cursos no período.
2) A aquisição de novas obras éf eita mediante a indicação por parte dos Coordenadores de Curso, professores e usuários. A periodicidade formal de aquisição é semestral, podendo ocorrer ao longo do semestre em decorrência de necessidade identificada.

Nos “Campi” existentes no interior do Estado o Plano de Expansão apresenta-se da seguinte forma:

a) Campus de Oiapoque

PLANO DE EXPANSÃO DO ACERVO

SITUAÇÃO ATUAL

Descrição	ATUAL		ANO 2002				ANO 2003				ANO 2004				Índice de crescimento no Triênio %	
	Total				Total				Total				Total		Tit	Vol
	Tit	Vol	Tit	Vol	Tit	Vol	Tit	Vol	Tit	Vol	Tit	Vol	Tit	Vol		
Livros	1.174	3.522	117	351	1.291	3.873	129	387	1.420	4.260	142	426	1.562	4.686	33,04	33,04
Fitas de Vídeo		29		3		32		4		36		5		41		41,37
CDs		17		2		19		3		22		4		26		52,94

Obs.:
1) Este plano poderá ser radicalmente alterado (para mais) em razão da implantação de novos cursos no período.
2) A aquisição de novas obras éf eita mediante a indicação por parte dos Coordenadores de Curso, professores e usuários. A periodicidade formal de aquisição é semestral, podendo ocorrer ao longo do semestre em decorrência de necessidade identificada e disponibilidade orçamentária.

b) Campus de Macapágea

PLANO DE EXPANSÃO DO ACERVO

SITUAÇÃO ATUAL

Descrição	ATUAL		ANO 2002				ANO 2003				ANO 2004				Índice de crescimento no Triênio %	
	Total				Total				Total				Total		Tit	Vol
	Tit	Vol	Tit	Vol	Tit	Vol	Tit	Vol	Tit	Vol	Tit	Vol	Tit	Vol		
Livros	1.174	3.522	117	351	1.291	3.873	129	387	1.420	4.260	142	426	1.562	4.686	33,04	33,04
Fitas de Vídeo		29		3		32		4		36		5		41		41,37
CDs		17		2		19		3		22		4		26		52,94

Obs.:
1) Este plano poderá ser radicalmente alterado (para mais) em razão da implantação de novos cursos no período.
2) A aquisição de novas obras éf eita mediante a indicação por parte dos Coordenadores de Curso, professores e usuários. A periodicidade formal de aquisição é semestral, podendo ocorrer ao longo do semestre em decorrência de necessidade identificada e disponibilidade orçamentária.

c) Campus do Amapá

PLANO DE EXPANSÃO DO ACERVO

SITUAÇÃO ATUAL

Descrição	ATUAL		ANO 2002				ANO 2003				ANO 2004				Índice de crescimento no Triênio %	
	Total				Total				Total				Total		Tit	Vol
	Tit	Vol	Tit	Vol	Tit	Vol	Tit	Vol	Tit	Vol	Tit	Vol	Tit	Vol		
Livros	1.174	3.522	117	351	1.291	3.873	129	387	1.420	4.260	142	426	1.562	4.686	33,04	33,04
Fitas de Vídeo		29		3		32		4		36		5		41		41,37
CDs		17		2		19		3		22		4		26		52,94

Obs.:
1) Este plano poderá ser radicalmente alterado (para mais) em razão da implantação de novos cursos no período.
2) A aquisição de novas obras éf eita mediante a indicação por parte dos Coordenadores de Curso, professores e usuários. A periodicidade formal de aquisição é semestral, podendo ocorrer ao longo do semestre em decorrência de necessidade identificada e disponibilidade orçamentária.

d) Campus de Porto Grande

PLANO DE EXPANSÃO DO ACERVO

SITUAÇÃO ATUAL

Descrição	ATUAL		ANO 2002				ANO 2003				ANO 2004				Índice de crescimento no Triênio %	
	Total				Total				Total				Total		Tit	Vol
	Tit	Vol	Tit	Vol	Tit	Vol	Tit	Vol	Tit	Vol	Tit	Vol	Tit	Vol		
Livros	1.174	3.522	117	351	1.291	3.873	129	387	1.420	4.260	142	426	1.562	4.686	33,04	33,04
Fitas de Vídeo		29		3		32		4		36		5		41		41,37
CDs		17		2		19		3		22		4		26		52,94

Obs.:
1) Este plano poderá ser radicalmente alterado (para mais) em razão da implantação de novos cursos no período.
2) A aquisição de novas obras éf eita mediante a indicação por parte dos Coordenadores de Curso, professores e usuários. A periodicidade formal de aquisição é semestral, podendo ocorrer ao longo do semestre em decorrência de necessidade identificada e disponibilidade orçamentária.

e) Campus de Laranjal do Jari

PLANO DE EXPANSÃO DO ACERVO																
SITUAÇÃO ATUAL																
Descrição	**ATUAL**		**ANO 2002**				**ANO 2003**				**ANO 2004**				**Índice de crescimento no Triênio %**	
	Total				**Total**				**Total**				**Total**		**Tit**	**Vol**
	Tit	**Vol**	**Tit**	**Vol**	**Tit**	**Vol**	**Tit**	**Vol**	**Tit**	**Vol**	**Tit**	**Vol**	**Tit**	**Vol**		
Livros	1.174	3.522	117	351	1.291	3.873	129	387	1.420	4.260	142	426	1.562	4.686	33,04	33,04
Fitas de Vídeo		29		3		32		4		36		5		41		41,37
CDs		17		2		19		3		22		4		26		52,94

Obs.:
1) Este plano poderá ser radicalmente alterado (para mais) em razão da implantação de novos cursos no período.
2) A aquisição de novas obras éf eita mediante a indicação por parte dos Coordenadores de Curso, professores e usuários. A periodicidade formal de aquisição é semestral, podendo ocorrer ao longo do semestre em decorrência de necessidade identificada e disponibilidade orçamentária.

27. CONCLUSÃO

"Todos nós educamos o tempo todo. Educamo-nos por meio das múltiplas formas de comunicação, das inúmeras interações com as pessoas que convivemos e com as instituições de que participamos. Todos nós educamos e somos educados pelos demais."

Educar, numa perspectiva ampla, consiste em ajudar a si mesmo e a outros a aprender a viver, ajudá-los a desenvolver todas as habilidades de compreensão, emoção e comunicação que lhes permitem encontrar seus espaços pessoais, sociais e profissionais, tornando-se pessoas e cidadãos realizados e produtivos.

As relações educativas que ocorrem no cotidiano institucional são amplas, complexas e estão em permanente construção/reconstrução, daí porque já percebemos que o conteúdo deste Projeto Pedagógico Institucional pode se tornar limitado e nunca atualizado, pois a dinamicidade do processo histórico faz com que as construções de um tempo e de um lugar determinados sejam sempre provisórias.

Isto significa que este Projeto Pedagógico Institucional que, por ora, finalizamos, não objetiva levar a alguma conclusão, a uma palavra terminal. Visa, pelo contrário, à abertura de novas perspectivas de análise e reflexão, a um compromisso, de nossa parte, no sentido de dar continuidade a nossas indagações, reflexões e discussões, tendo como princípio maior, a busca da educação que

queremos; o tipo de profissional que precisamos formar e o perfil do profissional educador que necessitamos para isto, isso se dá pela própria característica do projeto, ser dinâmico e não estático.

Através deste Projeto Pedagógico Institucional fundamentado em uma filosofia democrática e ética entende-se que a existência do homem adquire significado e sentido à medida que o ser humano possa a atuar, espontaneamente, de acordo com sua vocação específica de participante e cooperador da obra do Criador do mundo. Portanto, vale dizer que, se a educação é processo dialogal, em que os homens constroem-se em reciprocidade, para, no consenso, construírem seu mundo, o mundo do convívio e da comunhão este processo que consideramos como relação face a face, agora, para sermos fieis a todas as discussões e propósitos que até agora nos conduziu, necessita ser percebido num âmbito mais profundo que o mundo das aparências que só os olhos percebem, mas necessita sim alicerçar a educação no mundo dos homens que ouvem uns aos outros e que se respeitam mutuamente.

Esperamos que com esse Projeto Pedagógico Institucional que está sendo construído de forma participativa e integrado por parte dos profissionais envolvidos, que consideramos privilegiados pela honra de poder colocá-lo como base sobretudo a atuação construtora do saber numa relação perfeita.

As mudanças na educação dependem também de termos uma abertura na administração, que haja o entendimento das dimensões que estão envolvidos no processo pedagógico, além dos empresariais; que apóiem os professores inovadores; que incentivem as mudanças estimulando mais as iniciativas positivas; que equilibrem o gerenciamento empresarial e humano contribuindo para que haja um ambiente de maior inovação, intercâmbio e comunicação.

No entanto, quaisquer que sejam as mudanças impostas pelas circunstâncias históricas, não invalidarão a riqueza do conteúdo deste projeto, sobretudo pelas convicções construídas de que o trabalho coletivo, o comprometimento, o enraizamento da instituição em sua realidade, a explicitação da intencionalidade política e a abertura da Universidade Federal do Amapá, à participação e integração são ingredientes necessários à construção de um projeto político-pedagógico: elementos que dão sustentação a práticas comprometidas e conseqüentes.

Ao concluirmos o presente Projeto Pedagógico Institucional fica a certeza de que o seu fim é o primeiro passo para o novo começo. Atualização, flexibilidade, fazer uso das suas diretrizes é nosso grande desafio. Esperamos que seus princípios e os benefícios sociais oriundos de sua aplicação,

tanto no ensino, como na pesquisa ou na extensão, sejam os frutos que esperamos colher desta semente plantada em terra fértil. Nossa proposta entende pois, ser consistente.

UNIFAP